

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

CRISTIANE SOUSA DA SILVA BATTAGLINI

**PRÁTICAS ESPACIAIS E ORGANIZATIVAS DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
ESCOLAS PRIVADAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 NA CIDADE
DE MARINGÁ/PR**

Maringá
2022

CRISTIANE SOUSA DA SILVA BATTAGLINI

**PRÁTICAS ESPACIAIS E ORGANIZATIVAS DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
ESCOLAS PRIVADAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 NA CIDADE
DE MARINGÁ/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá – PPA/UEM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração.

Orientadora: Professora Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B335p

Battaglini, Cristiane Sousa da Silva

Práticas espaciais e organizativas da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia da Covid-19 na cidade de Maringá/PR / Cristiane Sousa da Silva Battaglini. -- Maringá, PR, 2022.

137 f.: il. color., figs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2022.

1. Covid-19 - Escolas particulares – Maringá. 2. Práticas organizativas - Comunidade escolar – Pandemia. 3. Educação - Ensino remoto – Maringá. 4. Práticas organizativas - Administração. 5. Administração escolar. I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 658.16

ATA DE DEFESA PÚBLICA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, realizou-se, por videoconferência, em conformidade com os Decretos nº 4230/2020 e 4258/2020 do Governo do Estado do Paraná, e a Portaria nº 122/2020-GRE, a apresentação do Trabalho de Conclusão, sob o título: "Práticas espaciais e organizativas da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia da Covid-19 na cidade de Maringá/PR", de autoria de CRISTIANE SOUSA DA SILVA BATTAGLINI, aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos professores: Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas (presidente), Dr^a. Larisse Kupski (membro examinadora externo - IFSC) e Dr^a. Josiane Silva de Oliveira (membro examinadora do PPA).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a candidata foi aprovada com correções pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pela coordenadora e pelos membros da Banca Examinadora.

Maringá, 10 de agosto de 2022.



Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas
(presidente)



Documento assinado digitalmente

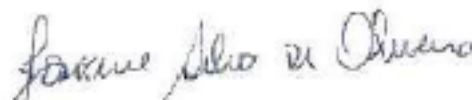
LARISS KUPSKI

Data: 10/08/2022 10:39:01-0300


CPF: 034.175.060-08

Verifique as assinaturas em <https://v.ifsc.edu.br>

Dr^a. Larisse Kupski
(membro examinador externo – IFSC)



Dr^a Josiane Silva de Oliveira
(membro examinadora do PPA)



Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa
(coordenadora do PPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar coragem de aceitar os desafios de um mestrado, e pela força necessária durante esse período que, mesmo em meio à pandemia da Covid-19, trouxe grandes contribuições para minha vida.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo apoio e por entenderem minha ausência em alguns momentos que estive me dedicando a esta pesquisa.

Agradeço a todos os professores que se preocupam com a educação e se dedicam à arte de ensinar com empenho.

Agradeço às professoras Josiane Silva de Oliveira e Larisse Kupski por aceitarem compor as bancas de qualificação e de defesa desta pesquisa. Sou muito grata também aos ensinamentos da professora Josiane Silva de Oliveira, pois suas duas disciplinas ministradas no mestrado me trouxeram muito aprendizado.

Agradeço muito a minha orientadora, professora Priscilla Borgonhoni Chagas, por acreditar em meu sonho, pela confiança e parceria. Muito obrigada pelas contribuições que, com certeza, me ajudaram a conduzir esta pesquisa.

Agradeço a todos os professores e a secretaria do PPA/UEM que contribuíram para minha formação acadêmica.

Por fim, também agradeço aos colegas de turma. Desejo muito sucesso a todos.

RESUMO

Em 2020, ocorreram várias mudanças em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O isolamento social, uma das medidas decretadas pelos órgãos públicos, impactou a vida das pessoas em todos os aspectos. Na área da Educação, houve algumas mudanças, como a suspensão das aulas e, posteriormente, o ensino presencial foi substituído pelo ensino remoto. As escolas tiveram que se reorganizar e mobilizar algumas ações frente aos decretos estaduais e municipais que visavam conter o avanço da Covid-19 na cidade. Tendo isso em vista, o objetivo desta pesquisa é compreender as práticas organizativas e espaciais realizadas na cidade de Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas frente às ações da Prefeitura no contexto de Covid-19. A pesquisa é qualitativa descritiva e envolve coleta de dados primários e secundários. A coleta de dados primários foi realizada por meio de observação direta, não participante, diários de campo e entrevistas semiestruturadas com diretores, professores e coordenadores pedagógicos de escolas particulares que oferecem Ensino Fundamental, pais e/ou responsáveis de alunos, representantes sindicais. Já a coleta de dados secundários envolveu pesquisas em documentos, artigos, reportagens de jornais da cidade, redes sociais e websites. Os dados foram interpretados por meio da técnica de análise hermenêutica-dialética. Os resultados obtidos identificaram as práticas organizativas de resistência, controle, planejamento, organização e representação, e as práticas espaciais de territorialização em sentido estrito, em sentido amplo e construção de redes espaciais. A comunidade escolar de escolas privadas interviu por meio de protestos e ações judiciais contra a suspensão das aulas presenciais decretadas pela prefeitura. No entanto, também houve manifestações favoráveis à suspensão das aulas presenciais, demonstrando como elas tomaram caminhos opostos. As demandas expressas pela comunidade escolar de escolas privadas evidenciaram as relações de poder, os conflitos, as contradições e também as desigualdades entre o ensino particular e o público que se agravou ainda mais durante a pandemia. As mobilizações que aconteceram na cidade de Maringá eram divulgadas pelas mídias sociais, com o intuito de reunir o maior número de pessoas para os protestos, sendo esses identificados como formas de territorialização expressas pela comunidade escolar de escolas privadas. Foi possível verificar que a prática de resistência estava presente não só na apropriação da cidade de forma física como também virtual, por meio das redes sociais. Dessa forma, a cidade é palco de disputas, apropriada e dominada por diversos grupos e atores sociais. Nesse contexto, este trabalho tem o propósito de contribuir com as discussões, dentro dos Estudos Organizacionais, sobre as práticas espaciais e organizativas expressas por meio da ocupação física e simbólica da cidade, entendida como organização. São as interações entre os diversos atores sociais que constituem a organização-cidade a partir dos espaços praticados.

Palavras-chave: Cidade. Práticas organizativas. Práticas espaciais. Comunidade escolar.

ABSTRACT

In 2020, several changes occurred as a result of the new coronavirus (Covid-19) pandemic. Social isolation, one of the measures enacted by public bodies, has impacted people's lives in every aspect. In the area of Education, there were some changes, such as the suspension of classes and, later, face-to-face teaching was replaced by remote teaching. Schools had to reorganize and mobilize some actions in the face of state and municipal decrees that aimed to contain the advance of Covid-19 in the city. With this in mind, the objective of this research is to understand the organizational and spatial practices carried out in the city of Maringá by the school community of private schools in the face of the actions of the City Hall in the context of Covid-19. The research is qualitative and descriptive and involves the collection of primary and secondary data. Primary data collection was carried out through direct, non-participant observation, field diaries and semi-structured interviews with directors, teachers and pedagogical coordinators of private schools that offer Elementary School, parents and/or guardians of students, representatives institutions. Secondary data collection involved research in documents, articles, city newspaper reports, social networks and websites. Data were interpreted using the hermeneutic-dialectical analysis technique. The results obtained identified the organizational practices of resistance, control, planning, organization and representation, and the spatial practices of territorialization in the strict sense, in the broad sense and construction of spatial networks. The school community of private schools intervened through protests and lawsuits against the suspension of face-to-face classes decreed by the city hall. However, there were also manifestations favorable to the suspension of face-to-face classes, demonstrating how they took opposite paths. The demands expressed by the school community of private schools highlighted the power relations, conflicts, contradictions and also inequalities between private and public education that worsened even more during the pandemic. The mobilizations that took place in the city of Maringá were publicized by social media, in order to bring together the largest number of people for the protests, which were identified as forms of territorialization expressed by the school community of private schools. It was possible to verify that the practice of resistance was present not only in the appropriation of the city in a physical way but also in a virtual one, through social networks. In this way, the city is the stage for disputes, appropriated and dominated by various groups and social actors. In this context, this work aims to contribute to the discussions, within Organizational Studies, about spatial and organizational practices expressed through the physical and symbolic occupation of the city, understood as organization. It is the interactions between the various social actors that constitute the organization-city from the spaces practiced.

Keywords: City. Organizational practices. Spatial practices. School community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instituições de Maringá filiadas ao Sinepe/NOPR.....	55
Figura 2 – Mapa da cidade de Maringá.....	57
Figura 3 - Legenda constante no Projeto inicial de Maringá.....	64
Figura 4 - Plano urbanístico de Maringá.....	64
Figura 5- Anteprojeto da cidade de Maringá criado por Jorge Macedo Vieira.....	66
Figura 6 - Desfile de 7 de setembro de 1947 em Maringá.....	67
Figura 7 - Escola Isolada do Maringá Velho em agosto de 1948.....	67
Figura 8 - Grupo Escolar do Maringá Novo – 1948.....	68
Figura 9 - Ginásio Maringá no início da década de 1950.....	69
Figura 10 - Colégio Santa Cruz em 1954.....	69
Figura 11 - Localização das escolas existentes ou criadas até o final da gestão de Inocente Villanova Júnior.....	71
Figura 12 - Manifestantes em protesto contra o fechamento do comércio (26/03/2020).....	76
Figura 13 - Mobilização na praça da catedral de Maringá (20/09/20)	81
Figura 14 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (08/10/20)	85
Figura 15 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (16/01/21)	89
Figura 16 - Entrada no colégio Z no início do ano letivo em Maringá (18/02/21)	91
Figura 17 - Entrada no colégio B no início do ano letivo em Maringá (18/02/21)	92
Figura 18 - Investimentos na estrutura do Colégio B.....	93
Figura 19 - Organização da sala de aula do Colégio B.....	94
Figura 20 - Mobilização na Câmara Municipal de Maringá contra o retorno às aulas presenciais.....	98
Figura 21 - Mobilização na Câmara Municipal de Maringá a favor do retorno às aulas presenciais.....	99
Figura 22 – Fiscalização do Grupo de Gestão Integrada em Maringá (05/03/21)	101
Figura 23 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (07/03/21)	103
Figura 24 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (07/03/21)	104
Figura 25 - Mobilização na Secretaria de Estado da Educação em Maringá (15/10/21)	112
Figura 26 – Linha do tempo 2020: decretos, práticas organizativas e espaciais em Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas.....	115
Figura 27 – Linha do tempo 2021: decretos, práticas organizativas e espaciais em Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos conceitos de território.....	37
Quadro 2 - Síntese das práticas espaciais insurgentes.....	42
Quadro 3 - Síntese das práticas organizativas na cidade e exemplos de aplicações empíricas...49	
Quadro 4 - Características dos colégios.....	56
Quadro 5 - Sujeitos da pesquisa.....	58
Quadro 6 - Síntese dos Decretos/demandas e as práticas organizativas e espaciais na cidade de Maringá (2020)	113
Quadro 7 - Síntese dos Decretos/demandas e as práticas organizativas e espaciais na cidade de Maringá (2021)	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de matrículas dos estabelecimentos de Ensino Fundamental em Maringá.....	73
Gráfico 2 - Número de óbitos por Covid-19 em Maringá segundo a faixa etária (16/03/20 à 08/12/20).....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS - Organização Mundial da Saúde

SINEPE/NOPR - Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Paraná

SINFANTIL/NOPR - Sindicato das Escolas Particulares de Educação Infantil do Noroeste do Paraná

SEED - Secretaria de Estado da Educação

SESA - Secretaria de Estado da Saúde

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Cidade como objeto de estudo e campo de lutas.....	23
2.2 Território: conceitos e abordagens.....	31
2.3 Cidade, território e práticas espaciais.....	38
2.4 Práticas organizativas.....	46
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
3.1 Delimitação da pesquisa.....	52
3.2 Coleta de dados.....	54
3.3 Análise de dados.....	60
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	62
4.1 Uma breve contextualização histórica da cidade de Maringá e os primeiros estabelecimentos de ensino.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE A.....	135
APÊNDICE B.....	136
APÊNDICE C.....	137

APRESENTAÇÃO

Chamo-me Cristiane, tenho 39 anos, residente em Maringá/PR, e sou formada em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. Sou casada com o Vanderson e mãe de dois filhos, o Gustavo de 8 anos e o Davi de 5 anos. Amo muito a minha família, que é minha maior riqueza, meu alicerce, e sou muito grata a Deus por isso.

Sempre fui influenciada pela minha mãe e meus avós a estudar e confesso que sempre gostei muito da escola. Não faltava às aulas, exceto por doença. Aos 7 anos, meus pais se separaram e morei alguns anos com os meus avós maternos. Tenho mais dois irmãos, o Laércio e o Rafael, sendo eu a primogênita. Dedicada aos estudos, sempre sonhei em fazer uma graduação. Aos 18 anos, em busca de realizar esse sonho, mudei-me para Maringá.

Depois de alguns anos, ingressei no curso de Administração, na PUC, e logo comecei a estagiar em algumas empresas da cidade. Quando terminei a graduação, fiz uma especialização na área de Administração e, além de trabalhar no departamento financeiro de uma concessionária, comecei a dar aulas noturnas e aos sábados em um estabelecimento que oferta cursos profissionalizantes em Maringá. Assim, fui instrutora de Desenvolvimento Administrativo durante 3 anos. Foi uma experiência muito gratificante e eu amava lecionar.

Como percebi que eu gostava muito da Educação, deixei o meu emprego na concessionária em 2011 para trabalhar em uma Universidade Privada de Maringá. A vaga era para professora tutora mediadora, em um curso a distância, na qual trabalho atualmente. Continuei estudando, fazendo algumas pós-graduações nessa mesma instituição de ensino, que oferece incentivos aos seus colaboradores para estudar. De 2018 a 2019, além deste emprego, trabalhei também como tutora a distância na Universidade Aberta do Brasil/Universidade Estadual de Maringá, fazendo 20 horas semanais.

Depois de concluir algumas pós-graduações, surgiu o desejo de realizar um mestrado na área de Administração. Em 2019, ingressei na Universidade Estadual de Maringá – UEM, como aluna não regular, no curso de Administração. Minha primeira disciplina foi a de Território e Desenvolvimento no Contexto dos Estudos Organizacionais ministrada pela professora Priscilla. Aprendi muito e, em alguns momentos oportunos, conversei com ela sobre o meu desejo de ingressar como aluna regular no mestrado. No segundo semestre, fiz a disciplina de Culturas e Etnografias Organizacionais ministrada pela professora Josiane. Essa experiência aumentou ainda mais o meu desejo de continuar estudando. Foram minhas duas disciplinas como aluna não regular e ambas agregaram muito conhecimento para mim.

Posteriormente, no início de 2020, consegui a vaga como aluna regular no mestrado em Administração, na linha de Estudos Organizacionais e Sociedade. No entanto, com a pandemia da Covid-19, nesse ano, as aulas passaram a ser remotas e não mais presenciais. Tive a experiência como aluna e também como mãe de estudantes nesse momento de pandemia. Meus filhos estudam em escolas municipais de Maringá e ficaram um ano e meio sem aula. A prefeitura do município de Maringá só liberou o retorno às aulas presenciais a partir de julho de 2021. Nesse período sem aula, a rede municipal de ensino estava apenas com a modalidade remota e atividades em casa.

Vivenciando todo esse momento da Educação em tempos de pandemia, surgiu o interesse de entender as práticas espaciais e organizativas que estavam ocorrendo na cidade pela comunidade escolar de escolas privadas. Mediante aos decretos emitidos pelo Estado do Paraná e pela Prefeitura do Município de Maringá, a comunidade escolar de escolas privadas se organizou na cidade em busca de seus interesses. Dessa forma, proponho-me a buscar compreender como ocorreram e quais foram essas práticas dessa comunidade escolar na cidade. É isso que será discutido nas próximas páginas.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é contribuir com as discussões sobre as práticas espaciais e organizativas na cidade no campo dos Estudos Organizacionais. Dessa forma, o estudo está focado em identificar as práticas realizadas pela comunidade escolar de escolas privadas, que buscaram intervir em decisões e políticas concernentes ao combate da Covid-19 na cidade de Maringá/PR. Para essa pesquisa, foram analisados cinco colégios particulares, filiados ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Noroeste do Paraná (Sinepe/NOPR), que oferecem o Ensino Fundamental.

Os atores que serão pesquisados são diretores, professores e coordenadores de cinco colégios particulares de Maringá, os pais e/ou responsáveis de alunos matriculados nos mesmos e representantes do Sindicato das Escolas Particulares de Educação Infantil do Noroeste do Paraná - Sinfantil/NOPR e do Sinepe/NOPR.

Assim, faz-se necessário compreender a cidade como um território habitado por diversos atores com suas práticas organizativas e espaciais. Souza (2012) define o território como um espaço delimitado por relações de poder e afirma a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades. Para Raffestin (1993), o território é uma relação interespaçial de poder, não apenas aquele das fronteiras guarnecidas pelo Estado, um poder que vem de cima para baixo, mas para além do Estado-Nação.

Nessa perspectiva, Souza (2005) afirma que a cidade constitui um centro de gestão do território, considerada não apenas um espaço de produção de bens, comercialização e consumo, mas um local em que as pessoas se organizam e interagem de acordo com seus interesses e valores, formando grupos de afinidade. O autor esclarece que não é somente o espaço que condiciona as relações sociais, em um sentido material, mas as relações de poder delineadas nele, considerando-o um território com valores e símbolos culturais. Assim, esta pesquisa lança olhar à cidade para além de sua materialidade, observando as práticas dos atores sociais que nela habitam e as relações de poder.

A análise das práticas organizativas busca demonstrar o que de fato pode ser representado no contexto urbano (VIEGAS, 2014). Assim, a cidade é revelada na percepção de afetividades, aversões e sentimentos cotidianos, ainda, é mais real pela disparidade de suas interpretações do que pelo que nela há de concreto (VIEGAS; SARAIVA, 2015). Segundo Viegas (2014, p. 96), “a compreensão de cidades e práticas organizativas torna possível a constatação do pensar e agir sobre a urbes do ponto de vista dos diferentes agentes sociais, no uso de inúmeros recursos”.

Com relação a definição de “prática”, de acordo com Silva (2018, p. 27), é [...] “o modo que as ações são executadas no cotidiano organizacional frente a dimensão do “plano abstrato”, do planejamento, da ordenação à reconceitualização do próprio modo de enxergar a organização”. No momento em que a prática é destacada como unidade central das análises, desloca-se a noção de um simples padrão de ação para compreender um complexo de fazeres indissociáveis às relações entre praticantes, artefatos e espaço-temporalidades econômicas, culturais e sociais (SILVA, 2018).

Viegas e Saraiva (2015) apresentam a noção de práticas organizativas integradas à orientação da cidade, seguindo um arcabouço teórico interdisciplinar e estudos clássicos revisitados por diversos autores em discussões contemporâneas, como Saraiva e Carrieri (2012). Nesse sentido, as práticas organizativas são compreendidas nas esferas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação, que se configuram no âmbito da cidade, segundo o emprego de inúmeros mecanismos, recursos, roteiros e instrumentos, além da integração dos diversos atores sociais, com destaque para o poder público Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas municipal, estadual e federal; e a sociedade civil, compreendida pelas empresas de racionalidade econômica e substantiva, os cidadãos e os movimentos coletivos (VIEGAS, 2014).

Souza (2010) também traz contribuições quando propõe uma tipologia das práticas espaciais, que são 6: territorialização em sentido estrito, que diz respeito ao controle do espaço com a presença física dos atores; territorialização em sentido amplo, que trata da apropriação do espaço sem que haja a presença física dos atores; refuncionalização/reestruturação do espaço material, que corresponde aos ajustes ou modificações no espaço material e às novas necessidades desencadeadas pelas novas relações sociais; ressignificação de lugares, que trata das interpretações de outros significados das formas espaciais do espaço urbano; construção de circuitos econômicos alternativos, que diz respeito aos movimentos emancipatórios que têm investido no desenvolvimento de alternativas ao mercado capitalista; e a construção de redes espaciais, que corresponde à implementação de práticas multiescalares, integrando diversas experiências de resistência local ou regional (SOUZA, 2010).

As práticas espaciais remetem à concepção de ação, com objetivo de transformar a realidade e as relações de poder (SOUZA, 2010). O autor ressalta que toda prática espacial é uma ação inscrita nos marcos de relações sociais, ou seja, a espacialidade é um componente evidenciado na forma de organização. Além disso, os desencadeamentos de resistência, descontentamento e protesto sempre existiram, visto que os espaços são territorializados, isto

é, apropriados, sob o controle de um grupo específico e materialmente reestruturado (SOUZA, 2015).

No âmbito dos Estudos Organizacionais, Mac-Allister (2001) trouxe contribuições ao discutir a organização-cidade. Segundo a autora, assumir a cidade como organização possibilita apreender toda sua complexidade e coletividade, incorporando, assim, seus processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado uma identidade cultural que engloba tanto sua totalidade quanto sua gestão. A autora ressalta que é possível aprofundar a análise da cidade no campo dos Estudos Organizacionais, uma vez que o pensar e o agir sobre esse objeto estão intrinsecamente relacionados e o campo em questão oferece recursos para o desenvolvimento do conceito e a instrumentalização de sua gestão (MAC-ALLISTER, 2001).

Para Saraiva e Carrieri (2012) a noção de organização-cidade permite um olhar organizacional da dinâmica urbana, o que abre possibilidades para a observação da vida social organizada. Os autores complementam que, dentro desse contexto, os indivíduos e seus grupos sociais interagem, formando uma cultura lastreada em uma malha identitária comum. Assim, a cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um espaço geográfico. Ela tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais (SARAIVA; CARRIERI, 2012). Nesse sentido, as práticas de múltiplos atores estão presentes dentro da organização-cidade de diferentes formas.

A pandemia da Covid-19 é o contexto em que as práticas citadas serão analisadas. Em março de 2020, com a proliferação do vírus, a Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como ‘pandêmica’. Sendo assim, a OMS declarou emergência de saúde pública de importância internacional em razão da disseminação de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2), identificado em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde (2020), o primeiro caso foi confirmado em fevereiro de 2020 - um homem de 61 anos, com histórico de viagem para a Itália, foi contaminado. Nesse momento, com a inexistência de vacina contra a Covid-19, o órgão oficial orientou a população a redobrar a atenção com medidas básicas de higiene.

Nesse cenário pandêmico, a partir do dia 20 de março de 2020, o governo do estado do Paraná suspendeu as aulas das escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas ao Estado do Paraná e em universidades públicas, de acordo com o decreto estadual n. 4.258/2020 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2020). Na sequência, surgiram novos decretos tanto a nível Estadual quanto municipal, como forma de conter o avanço da Covid-19.

A prefeitura do município de Maringá emitiu o decreto n. 436/2020 no dia 17 de março de 2020, suspendendo algumas atividades por 30 dias. No Art. 6º desse decreto, como medida coletiva de prevenção, consta a suspensão das aulas em escolas públicas e privadas, no âmbito municipal, sendo garantido o funcionamento das escolas até o dia 20/03/20 (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2020).

Nesse mesmo período, a Prefeitura do Município de Maringá publicou novos decretos declarando situação de emergência e suspensão de outras atividades para restringir parcialmente a circulação de pessoas e a realização de atividades econômicas. Assim, as aulas presenciais continuaram suspensas.

Com isso, houve mudanças na rotina e nos costumes de toda a população. Os estabelecimentos de ensino precisaram se adaptar e se reorganizar. Segundo Rabello et al. (2020), apesar da morosidade governamental no âmbito da aplicação de políticas públicas e de suportes em geral ao cidadão, grandes mudanças precisaram ser resolvidas em pouco tempo, sobretudo nas instituições de ensino de caráter privado.

Diante da necessidade de isolamento social, as famílias passaram a ter um convívio constante dentro de suas casas. Antes, existiam horários específicos de encontros sociais, refeições, trabalho, sono, estudo, entretanto, a rotina costumeira precisou ser reformulada de modo abrupto (PENSO; SENA, 2020). Dessa forma, os pais tiveram que se reorganizar em suas rotinas, incluindo também mais responsabilidades para auxiliar os filhos em suas atividades remotas.

As mudanças desencadearam vários impactos sociais, sobretudo no contexto educacional, como: a aprendizagem interrompida, confusão e estresse para professores, pais despreparados para a educação em casa, manutenção e melhoria do ensino na modalidade remota, lacunas nos cuidados com as crianças e altos custos econômicos (OLIVEIRA; SANTOS, 2020). De acordo com os autores, além desses impactos, as taxas de abandono escolar aumentaram, houve maior exposição à violência e à exploração, bem como desafios para fazer a mensuração e a validação da aprendizagem. Grande parte da população sofreu com a fragilização dos empregos e o alto índice de contaminação pela Covid-19, assim, muitos alunos deixaram a escola em segundo plano, buscando maneiras para sobreviver ao caos (PINTO; OBERG, 2020).

Nesse panorama, as maiores redes de Educação pública estaduais estabeleceram que o trabalho remoto seria realizado preferencialmente por meio de plataformas de ensino, além de apostilas e vídeos em canais abertos de TV (PINTO; OBERG, 2020). A mudança do ensino presencial para o remoto trouxe desafios tanto para os alunos quanto para os professores, visto

que muitos profissionais não dominavam técnicas de ensino remoto e precisaram se reorganizar com essa imposição (PINTO; OBERG, 2020).

Segundo Rondini et al., 2020, um dos setores mais afetados pela pandemia foi o educacional. Apesar de desafiador, esse período também pode ser visto como promissor para a Educação, pois ampliou o uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis de ensino. Por outro lado, a desigualdade social se revela como um grande problema. Nesse contexto, houve um aumento da desigualdade educacional, tendo em vista que muitos alunos não tinham acesso às tecnologias necessárias para o ensino remoto emergencial.

No plano emergencial da Secretaria Municipal de Educação de Maringá, os pais dos alunos das escolas municipais, com exceção da Educação Infantil, retiravam as apostilas impressas, contendo orientações e atividades, além dos livros didáticos, para serem realizadas diariamente em suas casas, por um período de 15 dias, os quais foram contados como dias letivos (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021).

Os Colégios particulares analisados nesta pesquisa continuaram com as aulas na modalidade remota, por meio de plataformas digitais, assim, o professor interagiu com os alunos de forma online. Essas instituições privadas tiveram que investir em estruturas e tecnologias para manter o ensino remotamente.

Com base no cenário apresentado, é possível perceber que a pandemia acentuou as desigualdades educacionais entre as instituições públicas e privadas. Nesse sentido, sob o olhar dos cientistas sociais, é necessário refletir sobre os limites da ação do Estado nas liberdades das pessoas, sobretudo nas das crianças (TÖWS, MALYSZ, ENDLICH, 2020). Segundo os autores, isso não é sobre se posicionar contra as medidas de distanciamento social, mas sobre pensar com cuidado na possibilidade de um mundo pós-pandêmico com cada vez menos liberdade de expressão e movimento, uma ação legitimada pelo consentimento da população, cuja escala tem sido cada vez mais compartilhada com os interesses de um poder global.

Considerando esse contexto de pandemia e a preocupação com o retorno às aulas presenciais, as instituições privadas elaboraram protocolos de biossegurança, seguindo as recomendações das autoridades de saúde. Esses protocolos são medidas de enfrentamento da Covid-19, garantindo a segurança e evitando a contaminação pelo vírus.

Embora as crianças sejam suscetíveis ao vírus da Covid-19, a contaminação é rara e, quando acontece, em sua maioria, os sintomas são leves e de curta duração, além disso, deve-se considerar aquelas que estão assintomáticas (SILVA, et al., 2021). Segundo os autores, as taxas de infecção e de gravidade da doença são menores em crianças quando comparadas aos

adultos - fato evidenciado pelo menor número de crianças hospitalizadas e pelo baixo número de casos críticos e graves.

Porém é preciso considerar que toda a comunidade escolar está envolvida, incluindo os adultos com quem os estudantes convivem, como professores e funcionários, e esses podem estar no grupo de risco. Assim, as medidas decretadas pelo município para combater a Covid-19 geraram conflitos e contradições na cidade, mobilizando grupos a favor e outros contra o retorno às aulas presenciais em Maringá.

A partir de então, iniciaram-se algumas mobilizações da comunidade escolar de escolas privadas frente aos decretos municipais. Vale lembrar que, nesta pesquisa, a comunidade escolar de escolas privadas é composta por representantes de escolas particulares, representantes do Sinepe/NOPR e do Sinfantil/NOPR, bem como pais e/ou responsáveis de alunos.

No dia 20 de setembro de 2020, data que marca o início da pesquisa de campo, a comunidade escolar de escolas privadas, em forma de protesto, montou uma sala de aula simbólica na praça da catedral. Ao todo, 17 escolas ligadas ao Sinepe/NOPR participaram da manifestação pedindo a retomada das aulas presenciais (PEÑA, 2020).

Em outubro de 2020, a Justiça de Maringá, norte do Paraná, autorizou a volta às aulas presenciais extracurriculares nas escolas e faculdades da rede privada do município (RPC MARINGÁ, 2020). O pedido para a volta às aulas presenciais facultativas foi feito pelo Sinepe/NOPR e, de acordo com a decisão, a volta às aulas na rede privada precisou seguir os seguintes critérios: as aulas devem ser apenas de conteúdo extracurricular; são proibidas atividades coletivas que envolvam contato físico e aglomerações; o retorno é facultativo tanto para os pais quanto para os estabelecimentos (RPC MARINGÁ, 2020).

Em janeiro de 2021, a Prefeitura Municipal de Maringá publicou um decreto permitindo a retomada das aulas presenciais. Algumas escolas particulares de Maringá iniciaram o ano letivo com suas aulas presenciais no dia 1 de fevereiro de 2021. Porém, em 22 de fevereiro do mesmo ano, a Prefeitura, por meio do decreto n. 546/2021, novamente deliberou a suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas devido ao aumento de números de casos de Covid-19.

Mesmo com as aulas suspensas pelo município, uma liminar foi expedida no dia 12 de março de 2021, permitindo que as instituições filiadas ao Sinepe-NOPR retomassem as aulas presenciais em 16 de março de 2021 (CONEGERO, 2021). Dessa forma, algumas escolas particulares representadas pelo Sinepe-NOPR retomaram as atividades previstas no sistema híbrido.

Apenas em 28 de julho de 2021, o Município de Maringá autorizou o retorno às aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino. A autorização foi por meio do decreto n. 1406/2021, o qual apresentou as novas medidas impostas pela Prefeitura Municipal de Maringá e instituiu, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Plano de Aprendizagem em Formato Escalonado e não Presencial (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021). Assim, as escolas municipais só retornaram às aulas presenciais a partir dessa data, contabilizando um ano e meio sem aulas presenciais.

Além de terem menos aulas durante a pandemia, os alunos das escolas públicas enfrentaram algumas dificuldades estruturais, o que agravou ainda mais as desigualdades entre a educação pública e privada. A pandemia também demonstrou faces cruéis e exacerbou problemas socioespaciais que precisam ser discutidos, reivindicados pelos movimentos sociais e (re)colocados na agenda pública (CHAGAS, 2020). Segundo a autora, é necessário revelar as práticas coletivas de organização presentes na cidade e vislumbrar como ela é organizada e governada.

A compreensão das dimensões que materializam a cidade aponta sua dinamicidade e multiplicidade por envolver distintas formas de pensar e agir sobre o mundo, que atualmente é percebido de forma ampla, mas é realizado no plano do local (VIEGAS; SARAIVA, 2015). Sendo assim, a abordagem das práticas organizativas de Viegas e Saraiva (2015) e das práticas espaciais de Souza (2010) contribuem para observar as mobilizações da comunidade escolar de escolas privadas em Maringá no contexto de pandemia da Covid-19.

Diante disso, esta pesquisa buscou entender as práticas expressas pela comunidade escolar de escolas privadas respondendo a seguinte questão: quais foram as práticas espaciais e organizativas da comunidade escolar de escolas privadas diante dos decretos da Prefeitura Municipal de Maringá no combate à Covid-19 na cidade?

O objetivo geral da pesquisa é compreender as práticas espaciais e organizativas da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia da Covid-19 na cidade de Maringá. Para atingi-lo, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever as ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Maringá no combate ao avanço da Covid-19 a partir do decreto n. 436/2020;
2. Levantar eventos/ações/demandas produzidos pela comunidade escolar de escolas privadas, que buscaram intervir em decisões, ações e políticas concernentes ao combate da Covid-19 no município;

3. Compreender as práticas organizativas e espaciais expressas pela comunidade escolar de escolas privadas na cidade de Maringá com o propósito de intervir em decisões, ações e políticas concernentes ao combate do Covid-19 no município a partir do decreto n. 436/2020.

Segundo Knox (2010), na Administração, em termos organizacionais, havia poucas discussões sobre a cidade, geralmente analisada em termos geográficos, sociológicos e antropológicos, urbanísticos e econômicos. Entretanto, esse cenário está passando por mudanças, em especial no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros, uma vez que a cidade pode ser compreendida a partir de uma ampla multidisciplinaridade. Em resumo, como uma organização complexa formada por diferentes teias que nos conectam de forma pluralística (FISCHER, 1997); composta por múltiplas organizações, sujeitos, interesses, usos e consumos (MAC-ALLISTER, 2004); a partir de imagens e representações sociais que se reproduzem e se objetivam nas práticas sociais (PESAVENTO, 2007); da territorialidade (BRETAS; SARAIVA, 2013); da vida social organizada (SARAIVA; CARRIERI, 2012); e até de um processo organizativo vindo de distintas práticas sociais (FRANCO; OLIVEIRA, 2017).

A cidade deixou de ser somente um lugar de moradia e convivência, passando a ser compreendida como uma organização contemporânea complexa constituída por diversos agentes e práticas produtoras de signos, símbolos, significados e histórias (IPIRANGA, 2010; COSTA, 2021). Assim, ela é um espaço vivido e praticado por sujeitos em um fluxo de constante transformação (COIMBRA; SARAIVA, 2013). Isso implica considerar como os grupos sociais põem em prática a organização de suas múltiplas formas de existências e entender as práticas pelas quais eles planejam, organizam, controlam, representam, ressignificam e resistem, abrangendo as dinâmicas plurais e estabelecidas em diversos sentidos (SARAIVA, 2020).

Ademais, alguns estudos ampliaram o olhar para os que habitam e expressam suas práticas nas cidades. Assim, percebe-se um avanço nos Estudos Organizacionais brasileiros referentes à temática urbana envolvendo as práticas de atores sociais, como as práticas de pichação nas cidades (VIEGAS; SARAIVA, 2015); a população em situação de rua (COSTA; OLIVEIRA, 2019; HONORATO; SARAIVA, 2016); práticas espaciais de rupturas em uma exibição de arte (BEZERRA; LOPES; SILVA; IPIRANGA, 2019); práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção (PAULO; CHAGAS; ANDRIAN, 2020), dentre outros.

Nesse contexto, percebe-se a relevância de realizar estudos nas cidades, analisar seus habitantes, bem como suas práticas envolvendo conflitos, disputas e relações de poder. Assim, faz-se necessário compreender como a cidade constitui a vida desses sujeitos entre tantas práticas espaciais que, segundo Souza (2010, p. 13), são “práticas sociais densas de espacialidade”. Esse autor traz grandes contribuições para a área da Administração na medida em que se preocupa com a ação dos movimentos e lutas sociais, apresentando uma tipologia de diferentes práticas espaciais. Conforme Souza (2021), entre as práticas espaciais se destacam as ações de territorialização.

Na perspectiva de Raffestin (1993), toda ação do homem no mundo tem por característica intrínseca um processo de apropriação do espaço, isto é, uma territorialização. Sendo assim, nesta pesquisa, a territorialização será abordada como uma prática espacial expressa pelos atores sociais, produtores e transformadores do espaço urbano. Vale ressaltar que os espaços, tomados como territórios, representam as contradições, as disputas e os conflitos das relações sociais por meio das forças e poderes dos agentes (MARTINS; CHAGAS, 2021).

Assim, esta pesquisa apresenta uma contribuição relevante ao propor a investigação de uma comunidade escolar de escolas privadas e suas práticas organizativas e espaciais diante das ações da Prefeitura no contexto de Covid-19. O propósito é aprofundar o debate acerca da cidade como um território à luz das práticas espaciais e organizativas. Para tanto, o município de Maringá é compreendido como uma organização complexa e um grande território constituído por múltiplos territórios repletos de poder.

Dessa forma, pesquisas sobre práticas espaciais e organizativas, território e territorialização trazem contribuições para o campo dos Estudos Organizacionais, uma vez que buscam compreender como ocorrem as ocupações físicas e simbólicas na cidade. Tendo em vista que a cidade está sendo pensada como território, este trabalho avança ao discutir como a comunidade escolar de escolas privadas se sente afetada diante das medidas decretadas pela prefeitura, bem como as ações desencadeadas em busca de seus interesses, envolvendo relações de poder e práticas como formas de apropriação da cidade.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. Além dessa introdução, no segundo capítulo, são expostos os aspectos teóricos sobre cidade, território, práticas espaciais, bem como as práticas organizativas. O terceiro capítulo tem por objetivo discutir os procedimentos metodológicos que serão utilizados na pesquisa. O quarto capítulo traz as discussões sobre a cidade de Maringá/Paraná e a questão educacional no contexto de pandemia da Covid-19 e, por fim, as conclusões finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentadas as teorias que fundamentam esta pesquisa. Assim, há quatro subdivisões: a articulação da cidade como objeto de estudo e campo de lutas; os conceitos e abordagens de território envolvendo as relações de poder; a cidade como território e as práticas espaciais; por fim, as práticas organizativas na cidade.

2.1 CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO E CAMPO DE LUTAS

A cidade é objeto de estudo de diversas áreas, como a Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, História, além de ser pesquisada pela Administração (PAULO; CHAGAS, 2018). Em alguns estudos acadêmicos, ela é abordada como objeto de reflexão, isto é, a partir da sua produção de representações sociais, que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007). A autora também considera a cidade dotada de sociabilidade, pois ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, entre outras, registrando, assim, uma ação social de domínio e transformação. Nesse sentido, Pesavento destaca as representações e as imagens.

Para Rolnik (1995), a cidade é fruto do trabalho articulado do ser humano. Ainda, resultado de uma obra coletiva que, com seu campo magnético, atrai e reúne as pessoas. Desse modo, é marcada pela velocidade de circulação, dos fluxos das mercadorias, dos indivíduos e do capital. A autora afirma que a cidade se implanta como local de moradia e trabalho quando a produção gera um excedente, ou seja, para além das necessidades de consumo imediato, registrando a acumulação de riquezas.

De acordo com Carlos (2009), a cidade tem a dimensão do humano, reproduzindo-se por meio do movimento da vida (um estilo e um tempo específico), que tem em sua base o processo de constituição do sujeito. Nesse sentido, a cidade “[...] é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos que esse habitar em proximidade propicia” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Nas cidades, o habitar transforma espaços em lugares de contestações políticas e solidariedades aflitivas, criando fronteiras sociais e territoriais (DOMINGUES, 2020). A autora explica que a cidade é o todo, mas também é parte desse todo, pois concilia elementos históricos, políticos, sociais, culturais, econômicos, urbanísticos e ambientais. Nesse sentido, o “sujeito (privado) e a população (coletivo público) se tornam preocupações do poder público

na gestão das cidades, concentrada em planejar, organizar e controlar a conduta social nos espaços públicos e ainda atender aos interesses de grupos distintos de poder” (DOMINGUES, 2020 p. 100). Além disso, a autora destaca que as disputas constituem elementos sócio-político-econômico-culturais.

De modo geral, a cidade pode ser enxergada como uma organização e um fluxo em transformação, percebido por meio de realidades (COIMBRA; SARAIVA, 2013). Nesse sentido, as organizações têm tanto aspectos estruturais formais quanto simbólicos. Vale ressaltar que os aspectos simbólicos não são passíveis de gerenciamento, pois possuem um caráter subjetivo, e isso fica visível na organização-cidade (COIMBRA; SARAIVA, 2013).

Para Correia, Santos e Carrieri (2020), olhar para as cidades é refletir sobre como elas foram representadas de diversas formas, vividas, percebidas, lembradas, sociabilizadas e também esquecidas. Na área da Administração, esse tema tem sido problematizado no campo dos Estudos Organizacionais. Para além dos aspectos materiais, o interesse acadêmico engloba as experiências vividas, a possibilidade de vivência e como essa pode se materializar e ser problematizada de maneiras diferentes (SARAIVA, 2019).

Portanto, ter a cidade como objeto dos Estudos Organizacionais “pressupõe pensá-la sob conteúdo e forma interdisciplinares, levando em conta seus resultados e processos objetivos tanto quanto o cotidiano e a experiência de construção subjetiva” (VIEGAS; SARAIVA, 2015, p. 74). Dessa forma, há pesquisas com diferentes perspectivas. Segundo Martins (2021, p. 52), alguns autores “[...] focalizam a gestão, outros a vida social organizada, e ainda existem aqueles que a olham com base nas imagens e representações”. Além desses, Martins esclarece que há pesquisas abordando a cidade sob o prisma das lutas de classes e outras que destacam o empresariamento urbano.

É possível perceber que as discussões sobre a cidade não são homogêneas. Assim, independentemente da abordagem, ela é o palco das interações entre os diferentes (HONORATO; SARAIVA, 2016). Nesse sentido, estudar a cidade, bem como os fenômenos que a compõem, exige do pesquisador uma investigação atenta das distintas dimensões manifestas da vida humana no contexto urbano (HONORATO; SARAIVA, 2016).

Nash (2018) discute a cidade nos Estudos Organizacionais e afirma que a considerar como campo de pesquisa possibilita entender as experiências vividas nas relações de poder dentro das organizações. Em seu artigo “*Performing Place: A Rhythmanalysis of the City of London*”, a autora enfatiza o significado simbólico e material do lugar para a compreensão das experiências vividas, bem como das relações de poder. Dessa forma, pensar a cidade como espaço vivido, produzido, usado e apropriado pelos atores sociais, em seus modos de ser e se

relacionar, traz reflexões sobre os aspectos da formação de territórios, além da organização de práticas de territorialidade no espaço urbano (SILVA; SARAIVA, 2016).

A partir da década de 1990, a cidade passou a ser considerada objeto de análise dos Estudos Organizacionais, quando surgiram os primeiros trabalhos no Brasil (HONORATO; SARAIVA, 2016). Fischer (1996), por exemplo, foi uma das precursoras desse processo, definindo a cidade como uma organização social de alta complexidade, um fluxo em transformação (metáfora de organização). Assim, é preciso compreendê-la, a fim de oferecer alguns recursos para uma melhor gestão - e esse é um dos objetivos dessa linha de pesquisa (FISCHER, 1997).

Nessa mesma perspectiva, Mac-Allister (2001) trouxe contribuições para o campo dos Estudos Organizacionais. Segundo a autora, assumir a cidade como organização (a organização-cidade) possibilita apreender toda a sua complexidade e coletividade, incorporando, assim, seus processos individuais e sua cultura, a fim de obter uma identidade cultural tanto relativa a sua totalidade quanto a sua gestão. A autora define a organização-cidade como uma:

Organização social no que se refere a um conjunto de organizações sociais e indivíduos não organizados que se situa no tempo e no espaço, tem grandes dimensões e alta complexidade, processa coletivamente, e ainda que incorporando processos individuais e, continuamente, uma cultura, possui, como resultado desse processo, uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade (MAC-ALLISTER, 2004, p. 175).

A autora ressalta que, no campo dos Estudos Organizacionais, o pensar e o agir sobre o objeto cidade estão intrinsecamente relacionados. Essa linha de pesquisa oferece recursos para o desenvolvimento do conceito e a instrumentalização de sua gestão (MAC-ALLISTER, 2001). Assim, a partir das contribuições de Fischer (1997) e Mac-Allister (2004), a cidade passou a ser compreendida como uma megaorganização real e virtual, concreta e simbólica, que compõe múltiplas organizações complexas, com diversos atores sociais e interesses, produzindo conflitos (PIVETA, 2020).

Santos, Almeida e Helal (2016) afirmam que, a partir das contribuições de Mac-Allister (2004), é possível verificar a complexidade da organização-cidade, principalmente em função da diversidade de interações estabelecidas nesse espaço, que passa por padronizações e ordenamentos. Santos, Almeida e Helal (2016), em seus estudos, discutiram a cidade como uma organização, considerando, entre suas várias práticas organizativas, a representação. Essa permite compreender os estilos de vida, os conflitos e os grupos sociais. Os autores concordam

com Mac-Allister (2004) sobre a necessidade de integrar outras abordagens, que possam contribuir para o desenvolvimento do conceito, ao campo dos Estudos Organizacionais (SANTOS; ALMEIDA; HELAL, 2016).

Nesse sentido, compreender a cidade como uma organização-cidade possibilita analisar a dinâmica urbana para além da materialidade. Como espaço físico e social, ela exhibe cenários repletos de simbolismo e significados, sendo os atores sociais que atribuem sentidos e representações aos distintos usos de um determinado espaço (MOREIRA; MARQUESAN, 2019). Desse modo, compreendendo que, “nas cidades existem determinadas variáveis não gerenciáveis, por assim dizer, é necessário ir além dos aspectos meramente formais e estruturais” (MOREIRA; MARQUESAN, 2019, p. 489). Segundo os autores, é preciso considerar os aspectos simbólicos.

Outros autores, como Saraiva e Carrieri (2012), abordam a noção de organização-cidade como um olhar organizacional da dinâmica urbana. Essa abordagem abre possibilidades para a observação da vida social organizada, isto é, “como os distintos grupos sociais põem em prática a organização de suas múltiplas formas de existência em sociedade” (SARAIVA, 2020, p. 13). Como apontam Moreira e Marquesan (2019), os indivíduos e seus grupos sociais interagem e produzem dinâmicas no espaço que habitam (MOREIRA; MARQUESAN, 2019).

Assim, estudos mais recentes consideram a complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambiguidade da organização-cidade, além de suas características formais e informais, materiais e imateriais. Sobretudo, o espaço é considerado um campo de luta no qual se disputam distintas concepções e projetos de cidade (PAULO; CHAGAS; ANDRIAN, 2020).

Nesse contexto, define-se ‘campo’ como “um espaço estruturado no qual os agentes interagem e competem por uma posição que os permita exercer o poder” (CARNEIRO, 2006, p. 44). Em outras palavras, o campo é um espaço de conflitos, remetendo à história das lutas entre os atores sociais para subsistir e reproduzir tanto materialmente quanto simbolicamente (CARNEIRO, 2006). Harvey (2012) defende e discute o direito à cidade, entendendo que, apesar de todos os cidadãos terem esse direito, o processo de urbanização favorece mais o capital do que as pessoas. Na visão de Harvey (2012), a cidade é um palco de lutas e, para terem os seus direitos assegurados, os cidadãos devem considerar a possibilidade do conflito e não o evitar.

É a partir do desenvolvimento desigual de relações sociais, dominação e subordinação que se produz as contradições, criando conflitos inevitáveis (CARLOS, 2009). Para Ipiranga (2010), a cidade é um espaço de interação e hibridismo, construindo e reconstruindo identidades no tempo, além disso, é composta por dualidades: [...] “cidadania e marginalidade, sombras e

luzes, ordem e desordem, solidariedade e conflito, lugar ocupado por organizações reais e virtuais, fluxo e transição” (IPIRANGA, 2010, p. 72). Assim, ela retrata uma grande diversidade, dinamismo, contrastes e complexidade. Ainda, oferece serviços, como transporte, escola, trabalho, moradias, entre outros, dos quais a população espera uma boa qualidade, no entanto, a distribuição não se dá de forma igualitária por parte do poder público (MARTINS, 2021).

Nesse sentido, como objeto de estudo da Administração, a análise da cidade permite perceber as práticas coletivas de organização presentes em seus espaços e, também, vislumbrar como ela é organizada e governada. A partir disso, é possível compreendê-la como lugar de produção de desvios de direção e palco de lutas e manifestações (SCHUHARDT; CHAGAS, 2020). Assim, como objeto de estudo e campo de lutas, esse tema pode ser problematizado por diferentes aspectos.

Conforme Saraiva (2019), nos Estudos Organizacionais, a cidade tem sido discutida pelo aspecto da territorialidade, entendendo os atores sociais, a vivência, bem como a manifestação das diferenças e das disputas nos espaços. Assim, observa-se a sociabilidade, o simbolismo e a cultura, analisando as diferentes formas de se viver e se relacionar, além das representações do urbano e as dinâmicas simbólica e cultural que são associadas a elas.

Também despertam o interesse dos pesquisadores o aspecto da desigualdade social e a segregação urbana, principalmente as assimetrias sociais que existem em uma cidade em diversas escalas. Nesse sentido, Saraiva (2019) explica que sociabilidade, simbolismo e cultura são as três grandes correntes, que parecem se complementar no campo de estudo em questão, porém, elas não esgotam as possibilidades, pelo contrário, oferecem caminhos promissores. Dessa forma, essa pesquisa adere o aspecto da territorialidade com o objetivo de compreender, por meio de um olhar organizacional da dinâmica urbana, como ocorreram as práticas organizativas do Ensino Fundamental privado na cidade de Maringá/PR.

Várias pesquisas, que adotam discussões sobre a cidade, emergiram nos Estudos Organizacionais com o intuito de compreender a vida social organizada, bem como seus aspectos simbólicos, sociais e históricos (MARTINS; CHAGAS, 2020). Entre esses trabalhos, destacam-se: o estudo realizado por Fantinel e Cavedon (2010) sobre os aspectos da cultura organizacional de um restaurante, que é ponto turístico da cidade de Porto Alegre, compreendendo sua dimensão simbólica por meio das representações sociais; os estudos que abordam a organização-cidade, discutindo os aspectos estruturais formais e os simbólicos (SARAIVA; CARRIERI, 2012), (COIMBRA e SARAIVA, 2013); e o estudo realizado por

Viegas e Saraiva (2015) que traz uma visão da complexidade urbana e a vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos nos diversos âmbitos sociais.

Além desses, outros estudos também se destacam, como o trabalho de Honorato e Saraiva (2016) sobre os moradores em situação de rua em suas formas de praticar a cidade; o trabalho de Santos, Chagas e Oliveira (2018) sobre organizar cidades, compreendendo as práticas dos cooperados após implantação do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos; o estudo de Costa e Oliveira (2019) que discute as emoções nas práticas de organização da população em situação de rua, analisando como essas práticas constituem o cotidiano dos atores sociais em uma organização complexa, a cidade de Maringá; o trabalho de Fantinel (2020) que analisa a cidade para além de uma composição entre humanos, considerando as demais espécies, com o objetivo de compreender uma produção urbana organizativa multiespécie a partir das mudanças nas práticas de organização de populações animais.

Também há as pesquisas relacionadas à territorialidade, como o estudo de Misoczky et al. (2011) que traz os conflitos gerados por grupos de diferentes orientações sexuais e classes econômicas, em um Centro Comercial de Porto Alegre, e a territorialização desse espaço; o estudo de Guarnieri, Chagas e Vieira (2018) que analisa o processo de territorialização nas academias da terceira idade; o estudo de Picheth e Chagas (2018) que explora a territorialidade, a identidade e o pertencimento em um grupo de apoio para gestantes e mães de Maringá/PR. Saraiva (2020) também trouxe contribuições para os Estudos Organizacionais com a publicação do livro “Diferenças e Territorialidades na Cidade”, sob a ótica das diferenças e das territorialidades em uma perspectiva interdisciplinar.

A territorialidade “é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005, p. 17). Corroborando com os autores, Saraiva (2019) considera a territorialidade como múltiplas dimensões vividas dentro de um território e, para ser compreendida, é preciso analisar o comportamento dos atores sociais que ocupam ou frequentam esses espaços.

Como fenômeno organizacional, a cidade parte de sua indissociável relação com a mobilidade de diversas ordens: sociais, econômicas, políticas e espaciais (SANTOS; SILVA, 2020). Assim, a dinâmica entre seus habitantes deve ser estudada, uma vez que esse cotidiano altera o que se entende por cidade (SANTOS; SILVA, 2020). Dessa forma, “[...] a cidade é um *locus* dos Estudos Organizacionais por excelência, sendo seus diversos aspectos possíveis partes, também, da análise organizacional” (SARAIVA, 2019, p. 58). O autor justifica esse viés

de pesquisa pela dinâmica social urbana que abriga múltiplos confrontos, o que expõe diversas formas de entender a cidade do ponto de vista organizacional.

Com a publicação do livro “Cidade nos Estudos Organizacionais: um debate necessário”, Saraiva e Enoque (2019) trouxeram diversas contribuições para a temática. No primeiro capítulo, Saraiva (2019) discute a pluralidade de áreas que somam para a interdisciplinaridade de perspectivas em relação às cidades. O autor fala sobre sua aproximação dos Estudos Organizacionais como instrumento para problematizar a cidade para além dos aspectos materiais, abordando as experiências vividas.

Posteriormente, Saraiva e Ipiranga (2020) organizaram o livro “História, Práticas Sociais, e Gestão das/nas Cidades”. Esse está dividido em três eixos: Histórias, Práticas Sociais e Gestões. O primeiro eixo confere à cidade um referencial específico, uma temporalidade que se vê atravessada por uma historicidade vivida por atores sociais que lhe atribuem memórias (SARAIVA; IPIRANGA, 2020). O segundo eixo é direcionado para os sujeitos e suas práticas por meio de uma perspectiva social e política. Por fim, no terceiro eixo, é destacado a gestão como aspecto central.

Ainda sobre o livro, mais especificamente no segundo eixo, o das práticas sociais, Martins e Chagas (2020) abordaram os conflitos e as contradições na apropriação da Travessa Jorge Amado pelo Mercado Municipal de Maringá, descrevendo a atuação dos atores sociais no local. Nesse mesmo eixo, Correia, Santos e Carrieri (2020) discutem como a cidade de Belo Horizonte é representada a partir do Museu Brasileiro do Futebol. Nesse estudo, a cidade é compreendida sob o ponto de vista de Saraiva e Carrieri (2012), em resumo, ela transpassa a delimitação física, no qual reside uma população, para ser considerada como o seu povo (CORREIA; SANTOS; CARRIERI, 2020).

Nessa perspectiva da cidade como prática, não se exclui a relevância dos seus elementos estruturais de concepção, pelo contrário, expande a abordagem considerando outros aspectos (SARAIVA; HONORATO, 2016). Assim, os autores explicam que olhar a cidade como dinâmica urbana permite uma visão ampla das pequenas práticas que assolam e constituem os espaços. Dessa forma, as experiências individuais e coletivas, que constroem a história do lugar, são concernentes às práticas vivenciadas nos distintos espaços existentes dentro dele (BERNARDO; ICHIKAWA, 2019). Segundo as autoras, são esses diferentes espaços que produzem a heterogeneidade da cidade, pois são transformados conforme o estilo de seus habitantes e dos grupos que os frequentam (BERNARDO; ICHIKAWA, 2019).

Compreender a cidade como fenômeno criado e recriado pelos atores sociais que participam do espaço urbano requer pensar em seus habitantes, percebendo-os em suas diversas

formas de existência e incluindo-os na construção material e simbólica do lugar (DOMINGUES; FANTINEL; FIGUEIREDO, 2019). Segundo as autoras, as realidades espaciais socialmente construídas revelam significados distintos, práticas e interesses que ora se unem, ora são conflitantes, ora se combinam harmoniosamente, de forma heterogênea, fluida e fragmentada.

Nos últimos anos, há vários estudos, na área da Administração, que discutem a temática de cidades como organizações sociais e espaciais (FISCHER, 1996, 1997; MAC-ALLISTER, 2004; SARAIVA; CARRIERI, 2012). Com isso, é possível lançar novos olhares sobre o que vem a ser a cidade praticada e como ela acontece nos espaços urbanos (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021).

Assim, a presente pesquisa compreende a cidade tomada como organização, partindo de práticas organizativas que constituem a urbe. A percepção das variadas formas de apropriação dos espaços urbanos permite enxergar práticas ordinárias, tensões e relações de força que (re)produzem os distintos espaços/tempos em que vivemos, bem como a relevância da dimensão espacial nas relações materiais e sociais (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021).

Sobre a questão social das práticas humanas, há uma dimensão que deve ser considerada, principalmente quando se articula sobre a vida social urbana, essa é o poder (HONORATO; SARAIVA, 2016). Os autores explicam que o poder se manifesta no social, na relação, e, conseqüentemente, na cidade, agindo conforme interesses próprios de um indivíduo ou de um grupo, o que demonstra um grau de influência sobre a criação e manutenção dos lugares.

Para Raffestin (1993), no processo territorial, as relações existenciais e as produtivas são caracterizadas como relações de poder, pois há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. O pesquisador explica que é impossível manter uma relação que não seja marcada pelo poder. Contribuindo com essa temática, Coimbra e Saraiva (2014) discutem sobre as práticas territoriais, afirmando que os indivíduos exercem relações de poder no espaço por eles ocupado, além de desenvolverem vínculos identitários.

Nessa perspectiva, a cidade é constituída por múltiplos territórios por meio dos espaços citadinos que são apropriados concretamente e simbolicamente pelos atores sociais (HAESBAERT, 2009). Essa conceituação é feita sob a ótica de um espaço que possui múltiplos territórios, de interesses antagônicos, existindo contradições e resistências de diversos atores sociais.

Nos estudos sobre apropriação dos espaços, é possível vislumbrar as concepções de território e de territorialidade (SARAIVA, 2019). Além disso, de acordo com Piveta (2020), as discussões sobre território podem contribuir para as interações e os relacionamentos das pessoas, bem como proporcionar uma identificação entre os indivíduos e a cidade. Portanto, os conceitos de cidade e território precisam ser articulados para a análise das práticas dos atores sociais nos espaços. Sendo assim, no próximo tópico, o conceito de território será discutido e aprofundado.

2.2 TERRITÓRIO: CONCEITOS E ABORDAGENS

Nesta seção, serão apresentadas as principais definições acerca de território a partir de distintas correntes. É importante compreender que território e espaço não são sinônimos, no entanto, são conceitos indissociáveis, pois o território é formado a partir do espaço. Esse último, segundo Raffestin (1993), é o espaço natural sem intervenções do ser humano, assim, ainda não foi transformado em território. Para o autor, território é o produto dos atores sociais, que o produzem por meio da energia e da informação, partindo da realidade inicial dada, ou seja, o espaço.

O conceito de território tem passado por fortes tentativas de redefinição e depuração nos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, ainda é usado de modo amplo, por exemplo, uma grande extensão de terra, sendo esse o primeiro significado que consta no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (SOUZA, 2021). Assim, alguns pesquisadores usam o termo ‘território’ como sinônimo de espaço geográfico, entendendo-o em um sentido genérico, devido a um descuido e vícios de natureza ideológica que se reproduzem (SOUZA, 2021).

Na Geografia moderna, Friedrich Ratzel foi o pioneiro na enunciação do conceito de território (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005). Sua obra, do final do século XIX, está relacionada ao Estado-Nação. De acordo com Ratzel (1990), o território é compreendido como território nacional e as fronteiras físicas do Estado. Mesmo sendo um dos principais precursores nessa área de estudo, Ratzel recebeu críticas no transcorrer do movimento de redescoberta do conceito, principalmente a partir dos anos de 1960-70 (FERREIRA, 2014).

Na visão de Saquet (2013), Ratzel (1990) faz uma abordagem a serviço do Estado alemão de sua época, sem superar a visão naturalista sobre território. Ele tenta avançar na abordagem do “território (povo) ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica através de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio), porém, [...] não consegue abarcar coerentemente essas três dimensões ao tratar do território” (SAQUET, 2013, p. 31).

Desse modo, os estudos de Ratzel foram fundamentados nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivista (FERREIRA, 2014); (SAQUET, 2009).

Como apontado por Ferreira (2014), a partir da década de 1960 e 1970, ocorreram movimentos que desencadearam a redescoberta do conceito de território. Esses movimentos, aos poucos, passaram a acompanhar as mudanças socioespaciais, influenciadas, principalmente, pela corrente de pensamento do Materialismo Histórico-dialético. Dessa forma, a reflexão do próprio processo de renovação do pensamento geográfico rompe com os preceitos positivistas do final do século XIX, trazendo perspectivas múltiplas de análise do território (FERREIRA, 2014). Assim, o conceito assume significados distintos para as diferentes sociedades e grupos dominantes, contemplando o dinamismo, as contradições, as relações de poder, as identidades, afetividades, as redes de circulação e comunicação (MARTINS, 2021).

Raffestin (1993) amplia o foco do território para além do Estado-Nação. Segundo Saquet (2009), houve uma superação da chamada Geografia clássica. Raffestin se pauta em Michel Foucault, tratando o território de forma correlacional com o poder, pois compreende que a atuação do Estado está intimamente ligada ao poder, incluindo as relações com a sociedade (OLIVEIRA; CHAGAS, 2016). Logo, para além da dimensão tangível e concreta, o território também está ligado a um campo de força que se projeta no espaço em distintas escalas, seja a casa, o trabalho, o bairro, a cidade, a região ou o país (Raffestin, 1993). O autor se distanciou da Geografia de corte ratzeliano, a qual enxergava o território como condição absoluta do Estado (AMBROZIO, 2013).

Para Raffestin (1993), o território é uma relação interespaial de poder, mas não somente aquele das fronteiras guarnecidas pelo Estado, ou seja, que vem de cima para baixo. É um poder disciplinar, vindo das relações microfísicas, do lado, de baixo, de cima, às margens no Estado, em diferentes graus, momentos e lugares (AMBROZIO, 2013). De acordo com Foucault (1979), o poder não é algo que se adquira ou compartilhe, mas, sim, algo que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio às relações desiguais e móveis.

O território nasce de um entrechoque espacial de poderes fluídicos que se estruturam em tessituras, nós e redes (Raffestin, 1993). Para o autor, a tessitura marca os limites do exercício do poder, ou seja, há os poderes que podem intervir em todas as escalas e há aqueles que estão limitados. Já o nó manifesta o lugar ou a situação de cada ator, e a rede é a ligação entre os atores. Assim, o território é resultado da ação de um ator sintagmático que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou simbolicamente, territorializa o espaço” (Raffestin, 1993 p. 143). Entende-se por ator sintagmático o Estado, as organizações grandes ou pequenas, os indivíduos, todos aqueles que, em graus diversos, momentos e lugares diferentes, produzem

territórios (Raffestin, 1993). Nesse sentido, Raffestin (1993) indica apenas diferenças em graus nos atores, sem confrontar gênero, características, qualidade ou essência que permitiriam enxergá-los com um poder de ação territorial assimétrico (AMBROZIO, 2013).

No Brasil, a discussão do conceito de território passou por um processo de expansão e qualificação, centrado nos conceitos de territorialidade, que surgiram, principalmente, nos anos de 1992 e 1993 (OLIVEIRA; CHAGAS, 2016). Muitos fatores internos e externos ao país impulsionaram os estudos territoriais na Geografia, na Economia, na Sociologia e, mais recentemente, nos Estudos Organizacionais, em uma tentativa de compreender fenômenos e processos relacionados às redes de circulação e comunicação, identidade e relações de poder (SAQUET, 2013; OLIVEIRA; CHAGAS, 2016). Desse modo, entre os autores que contribuíram para o avanço da abordagem territorial no Brasil, estão Milton Santos, Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet e Marcelo Lopes de Souza.

Com foco na dimensão econômica, Santos (1994) aborda o território. Apesar de não ser o centro dos seus estudos, o autor fez relevantes contribuições teórico-metodológicas reproduzidas tanto no Brasil como em outros países (SAQUET; SILVA, 2008). Santos (1994) compreende o território como o espaço de uma nação, delimitado e regulado, no qual manifesta elementos fixos resultantes da ação do homem. Nesse sentido, ele é visto como o palco da proliferação do capital, um espaço apropriado pelos atores sociais (SANTOS, 1994).

Haesbaert (2004) contextualiza o território abrangendo quatro vertentes integradas: a política, a cultural, a econômica e a naturalista. Segundo o autor, a dimensão política contempla o território como espaço delimitado e controlado por um poder; a dimensão cultural é relativa aos aspectos mais simbólicos e subjetivos das apropriações; a dimensão econômica se refere ao território como fonte de recurso na relação capital-trabalho; e a naturalista, aos aspectos naturais e espaço físico. Rogério Haesbaert produz uma compreensão que identifica o território como integrador ou híbrido entre as dimensões materiais e idealista (OLIVEIRA & CHAGAS, 2016). Nesse sentido, Haesbaert defende que é preciso entender o conceito em questão por meio de uma abordagem integradora.

Da mesma forma que Haesbaert (2004) propõe uma perspectiva integradora, Saquet (2007) também defende que, para se analisar um dado território, é preciso considerar conjuntamente as dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais, sendo essas apresentadas pelo autor como a abordagem E-P-C-N. O caráter material e o imaterial do território e da territorialidade requerem uma abordagem que reconheça essas dimensões (SAQUET, 2009). Para o pesquisador, o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades. Nessa perspectiva, ele é considerado produto

histórico de mudanças e permanências ocorridas em um ambiente no qual a sociedade é desenvolvida (SAQUET, 2009).

Saquet (2009) esclarece que o território é a apropriação social do ambiente, com diversas variáveis e relações recíprocas. Dessa forma, ele é definido pelas articulações sociais, conflitos, cooperações e “é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem” (SAQUET, 2009, p. 88). O autor ainda explica que o território é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo.

Além disso, Saquet (2007) apresenta os processos de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R) como interligados, complementares, simultâneos e que podem acontecer em diferentes lugares ou no mesmo lugar. O pesquisador explica que a territorialização acontece pelos processos de apropriação, sendo ela concreta ou simbólica. A desterritorialização é quando acontece a perda do território ou a mudança de seu significado, e a reterritorialização é a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos. Ele também compreende a readaptação aos novos territórios, ou aos mesmos, mas atribuindo-lhes diferentes significados (SAQUET, 2009).

Segundo Haesbaert (2004), na territorialização, tem-se os processos de desterritorialização, que é o movimento de desenraizamento das pessoas de seus territórios, e a reterritorialização, que é a repetição das práticas de territorialização pelas mesmas pessoas. O autor ainda explica que não há desterritorialização sem reterritorialização, e que há uma multiterritorialidade, isso significa experimentar vários territórios ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2007). Em suma, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização “são simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar ou entre diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e período históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-temporal” (SAQUET, 2007, p. 111).

Raffestin (1993), ao discutir a territorialidade, afirma que ela possui um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade e pela sociedade em geral. Assim, “os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (Raffestin, 1993, p. 158). Segundo o autor, tanto as relações existenciais quanto a produtivista são relações de poder, devido à interação entre os atores que buscam modificar as relações com a natureza e as relações sociais.

O território, conforme Saquet (2009), não é somente uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, pois, assim, estaria desconsiderando as diferentes formas de

enfocar o seu uso, sendo necessário uma análise mais complexa e que contemple as diversas relações sociais e os diferentes atores. Ainda, Saquet (2013) compreende o poder como inerente às relações sociais que se efetivam na vida cotidiana. O autor define as relações de poder como utilização do espaço e movimento de grupos sociais que ultrapassam as atribuições do Estado, enfatizando que são essas relações que organizam e configuram as territorialidades e os territórios.

Dessa forma, o território é produzido por atores por meio da energia, da informação, das redes de circulação-comunicação, das relações de poder, das atividades produtivas e das representações simbólicas, portanto, é o lugar de todas as relações (SAQUET, 2009). Sendo assim, o poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas, enfim, em relações sociais que se efetivam no dia a dia, tendo como objetivo o controle e a dominação sobre o homem e as coisas (SAQUET, 2013). O pesquisador esclarece que as relações de poder são um elemento fundamental na efetivação de um território.

Souza (2012), mesmo definindo o território, em primeiro lugar, como o poder, compreende que ele não possui apenas um caráter político, também é dotado de dimensões culturais e econômicas. Assim, nas relações sociais complexas, uma dimensão pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais relevante, isso não quer dizer que ela seja a única importante (SOUZA, 2012). Dessa forma, o autor esclarece que todas as dimensões das relações sociais são importantes e devem ser levadas em conta na análise.

Para Souza (2012), o território é um instrumento de exercício de poder e esse não se restringe ao Estado. O pesquisador afirma que um território pode ter várias relações de poderes, por exemplo: o camelô que defende o seu ‘ponto’ dos concorrentes e do guarda municipal, demonstrando seu poder na disputa de um território.

Em outras palavras, o poder não precisa ser exercido somente por uma imposição, de cima para baixo. Assim, Souza (2009) traz a noção de autonomia, isto é, a capacidade de um grupo de ‘dar a si a própria lei’, de autogerir-se, livre de hierarquias e assimetrias estruturais. O autor também apresenta a noção de heteronomia, essa, sim, é a imposição da “lei”, de cima para baixo, na qual a humanidade mais se viu confrontada, no entanto, não é a única possibilidade. Partindo da Geografia Política e de várias formulações sobre território como variável política e social, Souza (1995) expande o conceito, relacionando-o com o desenvolvimento e a autonomia, bem como defendendo a importância estratégica do território na busca da justiça social (POHLMANN, et al., 2015).

O território não deve ser reduzido a uma associação com a figura do Estado (SOUZA, 2012). O autor destaca que os territórios existem e são construídos e desconstruídos em suas

diversas escalas, podendo ter caráter permanente, mas também uma existência periódica. Nesse sentido, o pesquisador apresenta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, por exemplo, o da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais e das gangues, sendo esses permanentes ou temporários.

Contribuindo com as convicções de Haesbaert (2007) e Saquet (2009; 2013), Souza (2012) considera o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2012, p. 78). Sendo assim, faz-se necessário entender quem domina ou influencia e de que forma isso acontece no espaço (SOUZA, 2012). Uma vez que o território é instrumento de exercício de poder e esse é uma característica presente nas relações sociais, devem ser considerados os interesses dos atores sociais que geram esse campo de forças (POHLMANN, et al., 2015).

O poder não possui apenas uma face inerente à dominação ou à hierarquia e verticalidade, há uma outra ligada à horizontalidade que pode ser exercida no espaço público (SOUZA, 2010). O autor aponta que a construção de um poder popular não pode ser dissociada da resistência contra um opressor. Assim, o poder pode ser definido em um sentido positivo e libertário, que é o poder autônomo (SOUZA, 2010).

Trabalhos mais recentes discutem que o território é modificado pelas pessoas e, da mesma maneira, modifica a identidade delas por meio dos sentimentos que estão envolvidos e das influências de dominação nas relações de poder (SARAIVA, 2019). Nesse sentido, o território é compreendido como o lugar afetivo, permeado por relações de poder que demandam novas articulações, bem como possibilidades de influência e de apropriação, entretanto, não se reduz aos espaços físicos ou aos recursos materiais (SARAIVA, 2020). Contribuindo com essa ideia, Pohlmann, et al. (2015) destaca que o território pode ter tanto uma relação simbólica, mais abstrata, quanto material, mais concreta. Essa perspectiva possibilita compreender a realidade das cidades por meio de uma visão que contempla os aspectos materiais e imateriais (SAQUET, 2013; SOUZA, 2013; DAMASIO FILHO, et al., 2017).

Souza (2009) possui um olhar voltado aos movimentos de lutas sociais e às formas de resistência à heteronomia. Em seus estudos, Souza (2010) propõe uma tipologia de práticas espaciais que possibilita uma melhor investigação das práticas na produção do espaço urbano. Vale lembrar que esta pesquisa considera a cidade para além de sua materialidade.

Para sintetizar e oferecer um panorama geral da fortuna crítica em discussão, abaixo, segue o quadro 1, que apresenta os principais conceitos de território abordados nessa seção.

Quadro 1 – Síntese dos conceitos de território

Autor	Território/Conceito
Raffestin (1993)	O território é uma relação interespacial de poder, mas não somente aquele das fronteiras guarnecidas pelo estado, um poder que vem de cima para baixo. Ele nasce de um entrechoque espacial de poderes fluídicos que se estruturam em tessituras, nós e redes.
Santos (1994)	O território é definido como o espaço de uma nação, delimitado e regulado, no qual manifesta elementos fixos resultantes da ação do homem. O território habitado cria novas sinergias, é palco da proliferação do capital, um espaço apropriado pelos atores sociais.
Haesbaert (2004, 2005, 2007)	O território envolve quatro dimensões integradas: política, cultural, econômica e naturalista. Ele está atrelado às relações sociais, sempre relações de poder. Ainda, é um dos conceitos principais que procura compreender a problemática da relação entre sociedade e espaço.
Saquet (2007, 2009, 2013)	O território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades. O autor sugere a abordagem E-P-C-N, que considera os aspectos da economia, política, cultura e natureza na apropriação territorial. Ele é produzido por atores por meio da energia e da informação, das redes de circulação-comunicação e das relações de poder.
Souza (2009; 2010; 2011; 2012; 2015; 2021)	Compreende o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O autor afirma a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades. Ele é um instrumento de exercício de poder. Além de ser um lugar de poder, com caráter político, também possui as dimensões culturais e econômicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Raffestin (1993); Santos (1994); Haesbaert (2004, 2005, 2007); Saquet (2005, 2009, 2015); e Souza (2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2021).

Esta pesquisa se identifica principalmente com a tipologia das práticas espaciais insurgentes de Souza (2010; 2021), que aborda a ideia de ação, com objetivo de influenciar ou transformar a realidade e as relações de poder. Por mais que o interesse do autor seja nas ações coletivas traduzidas em ativismo social, movimentos sociais emancipatórios e resistência à heteronomia, este trabalho será pautado apenas em sua tipologia das práticas espaciais insurgentes. Nesse sentido, essa classificação será útil para evidenciar e sistematizar as principais práticas espaciais da comunidade escolar de escolas privadas no contexto de pandemia na cidade de Maringá.

Ao analisar as práticas dos ativistas e organizações, Souza (2021) observa que muitas ou quase todas são espaciais. O autor define as práticas espaciais como aquelas nas quais a

espacialidade é um componente destacado da forma de organização, do meio de expressão e dos objetivos a serem alcançados. Desse modo, “toda a prática espacial, assim como, mais amplamente, toda a prática social, é uma ação inscrita nos marcos de relações sociais” (SOUZA, 2021, p. 241). Nesse sentido, o pesquisador enfatiza a importância de articular o conceito de prática espacial com a relação social e a ação social.

Nas cidades, as diversas práticas sociais incorporam uma perspectiva social e política que compreende o espaço urbano como um território diversificado (SARAIVA, 2020). Considerando a cidade como um território, faz-se necessário discutir esse conceito para compreender as práticas dos atores sociais. Assim, na próxima seção, será abordada a cidade como um território e as práticas espaciais.

2.3 CIDADE, TERRITÓRIO E PRÁTICAS ESPACIAIS

Além de ser o lugar da concretude dos conflitos e das relações de poder, a cidade é produto de uma organização das relações sociais e o lugar onde acontecem as práticas sociais (NOGUEIRA, 2009). Para compreendê-la, é preciso pensar em seus habitantes, visto que “é impossível dissociar a cidade do sujeito que nela habita, impossível compreender a cidade sem pensar na dinâmica social que a constitui, e amparada em qual conjuntura” (NOGUEIRA, 2009 p. 80-81).

Nesse sentido, a cidade é habitada por pessoas que formam grupos sociais diversificados, assim, ela se vê experimentada de diferentes maneiras pelos diversos grupos urbanos (SARAIVA, 2019). Dessa forma, a cidade “[...] constitui um espaço específico repleto de lugares situados e percebidos simbolicamente, e de inúmeros territórios em disputa pelos que a habitam” (SARAIVA, 2019, p. 22). A cidade pode ser compreendida como um território com múltiplos territórios em que ocorrem as práticas espaciais de indivíduos e grupos sociais.

Conforme Souza (2005, p. 28), a cidade é definida como “um centro de gestão do território, não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também como sede do poder religioso e político”. Segundo o autor, a cidade não pode ser considerada apenas um espaço de produção de bens, comercialização e consumo, mas um local onde pessoas se organizam e interagem de acordo seus interesses e valores, formando grupos de afinidade.

Esses grupos podem ser mais ou menos definidos territorialmente de acordo com as identidades territoriais que a pessoa busca manter e preservar ou com base na identificação de recursos e espaços (SOUZA, 2005). Nesse sentido, para o pesquisador, não é só o espaço que condiciona as relações sociais, em seu sentido material, mas também as relações de poder

projetadas nele enquanto território, e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço vivido, dotados de significados pelos que nele habitam.

As práticas espaciais são ações sociais protagonizadas por atores coletivos e inscritas em uma teia de significados e valores (SOUZA, 2015). Conforme o autor, o descontentamento, a resistência e o protesto sempre existiram, pois os espaços são “territorializados (conquistados, apropriados, postos sob o controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos” (SOUZA, 2015, p. 207).

Todas as práticas espaciais são sociais, na qual a espacialidade é um componente evidenciado da forma de organização, do meio de expressão e dos objetivos almejados (SOUZA, 2021). As relações sociais se realizam concretamente, na qualidade de relações espaciais, dessa forma, constituem atividades práticas (CARLOS, 2007). Nessa perspectiva, a reflexão da cidade é uma reflexão sobre a prática sócio-espacial, que diz respeito ao “modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana” (CARLOS, 2007, p. 11).

As práticas espaciais têm servido tanto à “dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo e de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima” (SOUZA, 2010, p. 13). Os conceitos de práticas espaciais em Souza (2010) foram marcados pelas contribuições de Henri Lefebvre (1981), que associa as práticas espaciais ao espaço percebido, à realidade cotidiana, como o emprego do tempo, e à realidade urbana, assim, os caminhos ligam os locais de trabalho à vida privada. Souza (2010) analisa as práticas espaciais que se vinculam a uma transformação emancipatória da realidade socioespacial.

No Brasil, Roberto Lobato Corrêa foi um dos primeiros a elucidar a ideia de prática espacial em um plano teórico mais operacional e detalhado, comparado com Lefebvre, abordando em seus estudos a necessidade de uma investigação empírica (SOUZA, 2021). O conceito de prática espacial é apresentado por Roberto Lobato Corrêa, no livro “Geografia: conceitos e temas”, organizado por Castro, Gomes e Corrêa (1995). Na primeira parte do livro, Corrêa (1995) discute sobre a ideia de prática espacial empresarial, utilizando como exemplo a empresa Souza Cruz, por ele analisada. O autor define as práticas espaciais como ações que contribuem para garantir diversos projetos e meios que objetivam a gestão do território. Dessa forma, elas são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam o espaço, alterando-o em parte ou no todo ou preservando-o (CORRÊA, 1995).

Corrêa (1995) propõe cinco elementos para o estudo das práticas espaciais empresariais: a seletividade espacial, em que a empresa seleciona seu espaço com base nos seus objetivos econômicos; a fragmentação e o remembramento espacial, que derivam de uma política da empresa com o objetivo de impor outra racionalidade ao seu espaço de atuação e a produção pode ser segmentada; a antecipação espacial, que significa reserva de território, garantindo o controle de uma organização espacial, havendo disputa e competitividade pelos espaços; a marginalização espacial, na qual o abandono de uma dada região por uma atividade agrícola, deslocada para uma outra região, pode se tornar obsoleta, causando declínio econômico; e a reprodução da região produtora, na qual elementos de uma dada prática espacial são reproduzidos em outras regiões. Sua tipologia, no entanto, prioriza mais as práticas exercidas por uma empresa capitalista, do que aquelas provenientes da sociedade civil e, por esse motivo, não serão tomadas como base para esta pesquisa.

Em seu artigo “Diferenciação sócio-espacial, escalas e as práticas espaciais”, Corrêa (2007) analisa a diferenciação socioespacial em termos de suas relações com a escala e em conexão com as práticas espaciais. Segundo o autor, as diferenças são reflexos, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista e apresentam uma dimensão escalar, consequência de complexas práticas espaciais. Já as práticas espaciais se constituem por ações espacialmente localizadas, engendradas por atores sociais concretos (CORRÊA, 2007). Segundo o autor, o urbano pode ser gerado com base em duas escalas conceituais, a da rede urbana e a escala intraurbana.

As ações que ocorrem na escala do espaço intraurbano, no núcleo central da grande cidade, podem influenciar a vida econômica, social e política de pequenas cidades (CORRÊA, 2007). O autor esclarece que as diferenciações socioespaciais dessas duas escalas resultam na acumulação de diversas interações espaciais e que esse acúmulo é o resultado de processos e práticas espaciais. Os processos surgem de um movimento de massa, envolvendo ações por um período longo, como a segregação residencial, diferentemente das práticas espaciais que ocorrem em uma escala temporal limitada, por atores sociais concretos e são ações espacialmente localizadas.

Assim, a produção do espaço urbano é “[...] consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos” (CORRÊA, 2013, p. 43). São os atores sociais que materializam os processos, tanto na rede urbana quanto no espaço intraurbano, e os dois são indissociáveis (CORRÊA, 2013). Os atores sociais da produção do espaço, segundo Corrêa (1989, p.12) são: “a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais,

b) os proprietários fundiários, c) os promotores imobiliários, d) o Estado, e) os grupos sociais excluídos”.

O pesquisador explica que a ação dos atores sociais se constitui da dinâmica de acumulação de capital, da reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe. As estratégias adotadas variam no tempo e no espaço, e isso é decorrente de causas externas e também de causas internas, ligadas às contradições referente ao tipo de capital de cada ator social face ao movimento capitalista e o conflito de classe (CORRÊA, 1989).

Conceituando cada ator social, Corrêa (1989), define os proprietários dos meios de produção como sendo os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais; já os proprietários fundiários são aqueles que atuam para conseguir maior renda de suas propriedades; os promotores imobiliários são os especuladores de compra e venda de imóveis; o Estado é o principal agente regulador do espaço urbano; e os grupos sociais excluídos, que vivem nas favelas e nos terrenos invadidos, passam a ser atores sociais modeladores do espaço em uma forma de resistência e sobrevivência.

Entre todos esses atores sociais, o Estado é o que detêm maior poder para produção espacial, utilizando instrumentos mais amplos para atuar nessa produção, por exemplo, o estatuto da cidade, que tem por objetivo garantir o direito à cidade, como um dos direitos fundamentais das pessoas, oferecendo acesso às oportunidades que a vida urbana proporciona (ABE; CHAGAS, 2019). Originado desse instrumento, surge outro, o Plano Diretor, que define o que pode ser feito na cidade, assim como a indução de seu crescimento (COELHO, 2012).

Dessa forma, o Estado atua na organização espacial da cidade, como grande industrial, consumidor de espaço, proprietário fundiário e promotor imobiliário, além de ser agente regulador do uso do solo e alvo de movimentos sociais urbanos (CORRÊA, 2004). Segundo o autor, a ação do Estado acontece em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada nível a ação do Estado muda, bem como o discurso que encobre os interesses dominantes (CORRÊA, 2004). Desse modo, a atuação do Estado, segundo o pesquisador, tem o objetivo de criar condições de realização da sociedade capitalista, viabilizando o processo de acumulação e reprodução das classes sociais.

O Estado é um agente importante da reforma urbana, uma vez que garante a criação de marcos reguladores, leis e normas de controle de ações dos demais atores sociais (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Conforme os autores, o Estado é um campo de poder, disputado continuamente por distintos grupos e classes sociais, e está, a todo momento, sendo influenciado e submetido à pressão, inclusive de setores populares. A sociedade civil tem um papel importante na condução da reforma urbana, e é constituída por diversos grupos, organizações e

movimentos de orientações políticas distintas que, na maioria das vezes, possuem interesses diferentes e conflitantes (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Para os pesquisadores, a sociedade civil deve se organizar, de maneira autônoma e independente do Estado, a fim de realizar e propor ações, projetos, e políticas públicas, bem como fiscalizar e exigir o cumprimento das leis por parte do Estado.

Souza (2021) ressalta seu interesse pelas ações coletivas que se traduzem em ativismos sociais e em movimentos sociais emancipatórios. O autor explica que as práticas dos ativistas e organizações são, quase todas, espaciais e suas ações são de resistência e protesto, bem como de territorialização. Essas ações, na maioria das vezes, se concretizam em uma escala temporal de curta duração e são marcadas pelo confronto com o aparelho de Estado (SOUZA, 2021). Assim, a territorialização será vista neste trabalho, como uma prática espacial expressada pelos atores sociais no espaço urbano.

A ação direta, definida como práticas espaciais insurgentes, nem sempre tem o objetivo de atacar frontalmente o Estado, visto que muitas vezes ela pode ter a intenção de pressioná-lo (SOUZA, 2010). O bloqueio de uma estrada ou rua, por exemplo, é uma prática espacial insurgente, territorializante (SOUZA, 2021). Segundo Souza (2010), as práticas espaciais insurgentes possuem seis oposições binárias, podendo ser: violentas ou não violentas; duráveis ou efêmeras; políticas ou culturais; ruidosas ou silenciosas; abertas ou às escondidas; e local ou supralocal. Assim como as práticas sociais em geral, elas remetem à ideia de práxis, que é uma ação política orientada para influenciar ou transformar as relações de poder (SOUZA, 2021).

Neste sentido, Souza (2010) traz uma tipologia de 6 práticas espaciais insurgentes. Posteriormente, em 2013, com a publicação do livro “ Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial”, o autor retoma os conceitos, conforme apresentado no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Síntese das práticas espaciais insurgentes

Prática	Conceito
1. Territorialização em sentido estrito	Diz respeito ao controle do espaço com a presença física dos atores. A escala espacial às vezes é local, mas quando um movimento social se desdobra, em uma rebelião, protesto ou revolução, as práticas de territorialização chegam a abranger espaços bem mais vastos. Já a escala territorial pode ser menos ou mais duradoura. As territorializações costumam ser ruidosas, como protestos, apitaços e painelaços; e abertas, conduzidas publicamente.

2. Territorialização em sentido amplo	Trata-se da apropriação do espaço sem que haja a presença física duradoura dos atores, por exemplo, as ações clandestinas de grafiteagem. Muitas vezes, é uma prática espacial às escondidas.
3. Refuncionalização/reestruturação do espaço material	Corresponde aos ajustes ou modificações no espaço material em decorrência de novas relações sociais que fazem emergir novas necessidades.
4. Resignificação de lugares	Como a imagem dos lugares é disputada entre distintos atores sociais, nesse caso, trata-se das interpretações de outros significados das formas espaciais do espaço urbano. O simbolismo e a cultura aparecem na qualidade de campo de batalha, na qual visões de mundo e práticas hegemônicas e não hegemônicas entram em confronto. As representações espaciais, por exemplo, por meio da paisagem, história dos lugares, entre outros, têm relevância para as lutas políticas.
5. Construção de circuitos econômicos alternativos	Diz respeito aos movimentos emancipatórios que têm investido no desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas, como emprego assalariado, hierarquia de rendimentos, entre outros. Com intuito de geração de renda e também para financiar diversas atividades, como culturais e políticas.
6. Construção de redes espaciais	Trata-se da formação de redes espaciais que correspondem à implementação de práticas multiescalares, integrando diversas experiências de resistência local ou regional. Essa integração permite alcançar sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de solidariedade pública, entre outros.

Fonte: Elaboração da autora com base em Souza (2010; 2021).

Essa tipologia, segundo Souza (2010), consiste em: comparar diferentes experiências de distintas regiões, países e continentes; dispor de um panorama sistemático das respostas dos movimentos sociais emancipatórios ao poder heterônimo, e das alternativas ao conformismo, em que o pode ser uma inspiração para outros movimentos no futuro; por fim, trata-se de uma contribuição para reflexões “acerca das possibilidades, das fraquezas, dos limites, das contradições e da legitimidade dessas manifestações de resistência (SOUZA, 2010, p. 28). Para esta pesquisa, verifica-se que a comunidade escolar de escolas privadas tem como principal prática espacial a territorialização em sentido estrito, visto que ela pode ser ruidosa, como em um protesto. Esses seis tipos de práticas espaciais insurgentes, e principalmente a construção

de redes espaciais, podem ser fortalecidos por meio de uma política de escalas (SOUZA, 2010). O autor entende a política de escalas como:

[...] a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.) (SOUZA, 2010, p.42).

Nesse sentido, Souza (2010) afirma que as práticas espaciais sempre tiveram importância para os movimentos e ativismos sociais. Além disso, de um ponto de vista tático, elas têm se mostrado eficazes, em maior ou menor grau. Ainda, esses tipos de práticas têm sido muitas vezes combinados uns com os outros no âmbito de estratégias socioespaciais complexas (SOUZA, 2021).

Os estudos sobre práticas espaciais, território e territorialização abordados por Souza (2009, 2010, 2011, 2012, 2021) e também por outros autores já citados contribuem para os debates sobre a cidade no campo dos Estudos Organizacionais, pois ajudam a compreender como ocorre a ocupação física e simbólica do espaço, uma vez que indivíduos, grupos e organizações ocuparam a cidade em momentos distintos e também organizaram-se em intervenções não físicas (ex. judiciais) para que as suas demandas fossem ouvidas/atendidas. Assim, será possível compreender as práticas espaciais envolvendo a comunidade escolar de escolas privadas no contexto da pandemia da Covid-19.

Discussões sobre a cidade, suas relações de poder e sociabilidade estão presentes em alguns trabalhos como: Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008) analisaram a feira hippie de Belo Horizonte, buscando compreender o processo de institucionalização da feira, bem como a influência e as ações dos diversos atores envolvidos nessa organização, em um espaço originalmente destinado à exposição de arte. Domingues, Fantinel e Figueiredo (2016) pesquisaram a forma como o espaço organizacional da Feira de Artesanato e Artes da Praça dos Namorados, em Vitória, Espírito Santo, se constitui no entrecruzamento dos usos de distintos atores sociais no espaço urbano. As autoras articulam a organização da feira como sendo constituída por práticas temporárias, com manifestação constante de relações assimétricas de poder que acabam criando resistência. As relações de poder e resistência também serão analisadas nesta pesquisa, por meio das práticas ocorridas frente aos decretos da prefeitura com a suspensão das aulas.

Mendes e Cavedon (2012) discutiram a dinâmica das práticas espaciais de camelôs no espaço urbano a partir de conceitos de cidade e território. Os autores ressaltam a contribuição de Certeau (2008) sobre o deslocamento de cidade-conceito para as práticas urbanas, pois apenas observar a cidade pelas formas definidas impede a compreensão da dinâmica urbana. Desse modo, “ao não adotar uma abordagem baseada em cidade-conceito, que se assemelha ao entendimento de cidade-coisa ou objeto cidade” (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021, p. 48), Mendes e Cavedon (2012) observaram as atividades dos camelôs considerando as práticas espaciais. Essas práticas também serão investigadas nesta pesquisa, ao buscar compreender as ações de territorialização dos atores sociais que constituem o setor de Educação na cidade de Maringá.

Se nas discussões sobre cidades e territórios a análise estava centrada na materialidade, nos últimos anos, a tendência é verificar a imaterialidade (MENDES; CAVEDON, 2012). Em seus estudos, Souza (2009) já defendia que reduzir o território à condição de poder estatal, particularmente na escala do Estado-nação, é ‘coisificar’ o objeto, sendo necessário, portanto, ‘descoisificar’, sem negligenciar a materialidade do espaço. Nesse sentido, flexibilizar o uso do conceito pode ‘descoisificar’ o território e torna-o adequado para a análise de movimentos sociais e suas organizações, protestos, grupos de jovens, bem como quadrilha de criminosos, o que leva a compreender o papel que a dimensão cultural-simbólica pode ter no conceito em questão (SOUZA, 2021).

Nesse sentido, o território é o lugar afetivo e marcado por relações de poder que a todo momento demandam novas articulações e possibilidades de influência e de apropriação, o que não se reduz aos espaços físicos ou recursos materiais (SARAIVA, 2020). De acordo com o autor, o território incorpora uma problematização política de tensão e disputa, na qual essa disputa retrata o coexistir com outros grupos em um certo período de tempo.

Segundo Costa, Chagas e Oliveira (2022), as relações sociais possuem um papel importante nos processos de territorialização para a formação do espaço organizacional da cidade. Nesses processos, as práticas cotidianas de constituição do espaço organizacional evidenciam as múltiplas territorialidades dos atores sociais, uma vez que são diversos tipos de práticas que constituem a territorialidade (COSTA; CHAGAS; OLIVEIRA, 2022).

Assim, a cidade é (re)produzida nos Estudos Organizacionais como “algo que existe a partir da ação recíproca da interação entre as práticas dos sujeitos e as práticas de organização das/nas cidades em diferentes territórios em constante tensionamento” (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021, p. 59). Os autores afirmam que a produção dos espaços na urbe não acontece de forma homogênea, mas, sim, por meio das respostas aos movimentos de

fragmentação social da população. Esse processo resulta no aprofundamento de diferenças identitárias, no entanto, também proporciona certa multiplicidade de territórios em decorrência do consumo de bens econômicos e culturais, inerentes às práticas sociais de grupos (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021).

Nesse sentido, faz-se necessário discutir sobre as práticas organizativas para compreender como os indivíduos ocupam a cidade e suas formas de organização em diferentes territórios. Esse tema será discutido a seguir.

2.4 PRÁTICAS ORGANIZATIVAS

A abordagem do termo prática se encontra em um terreno polissêmico, isto é, entre vários posicionamentos epistemológicos de distintos pesquisadores (GHERARDI, 2009). A concepção de práticas como epistemologia pode ser melhor compreendida como a diferenciação da teoria da ação e da teoria da prática (GHERARDI, 2009). Segundo a autora, a ação está relacionada à intencionalidade dos indivíduos aos padrões de conduta, e a teoria da prática se caracteriza como uma rede de ações na qual a relação entre a materialidade e o mundo social pode ser investigada.

Apesar de não ser uma corrente unificada de pensamento, a teoria da prática, em quase todas as linhas, defende as práticas como ações ou atividades (SCHATZKI, 2017). O autor destaca que, ao realizar qualquer ação, uma pessoa está ao mesmo tempo realizando práticas específicas, sendo que qualquer aprendizado acontece enquanto uma pessoa concretiza uma prática. As ações são componentes dessa teoria, pois expressam elementos da organização, um princípio fundamental (SCHATZKI, 2017).

Oliveira (2015) destaca que o estudo das práticas tem o objetivo de compreender os modelos de ação característicos dos atores sociais, suas operações, no contexto social mais amplo ou nas organizações. A autora afirma que a prática é o ‘modo de fazer’ e a produção que o indivíduo pratica, podendo ser vista também como a forma como o indivíduo se comporta em determinada situação, se ele exerce um tipo de montagem para essa ação ou se a ‘maneira de fazer’ já se encontra formalizada e institucionalizada (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Schatzki (2001), a abordagem da prática se encontra em diversas disciplinas, como a filosofia, a história, a antropologia, a sociologia, os estudos em ciência e tecnologia, dentre outras. Dessa forma, conduzindo as disciplinas para direções distintas, os estudiosos das práticas, conforme Schatzki (2001, p.10), contribuíram para o entendimento contemporâneo, com temas relacionados "à natureza da subjetividade, incorporação,

racionalidade, significado e normatividade; o caráter da linguagem, ciência e poder; e a organização, reprodução e transformação da vida social”.

Borges et al. (2016) explicam que essas contribuições ao conformar os chamados “estudos baseados em práticas”, organizaram-se teoricamente em contraposição a diversas visões de pensamento, como “o intelectualismo, o representacionismo, os diferentes tipos de individualismo, o estruturalismo, o funcionalismo estrutural, a teoria de sistemas, a semiótica e algumas variações do humanismo e do pós-estruturalismo” (BORGES et al., 2016, p.5). Nesse sentido, surgiram avanços nas formas de investigações e discussões das práticas.

Os avanços aconteceram por meio do movimento ocorrido na teoria social que ficou conhecido como “virada da prática”, desde o início da década de 1990, tendo como fundamentação os trabalhos de diversos filósofos e sociólogos como Heidegger, Wittgenstein, Foucault, De Certeau, Giddens, Bourdieu, Garfinkel, Fairclough, dentre outros (BORGES et al., 2016). Os autores falam que a partir desse movimento, de superação dos dualismos clássicos da teoria social tradicional, a análise da prática tem se mostrado cada vez mais difundida na Administração.

Nessa perspectiva, grande parte dos pesquisadores define a prática como um conjunto de atividades, já outros, como habilidades e conhecimentos tácitos, também há os provenientes da filosofia e das ciências sociais que apontam as práticas como o conjunto das atividades humanas (BORGES et al., 2016).

Assim, a virada da prática, segundo Santos e Silveira (2015), contribuiu para as discussões sobre práticas nos Estudos Organizacionais, auxiliando esse campo de pesquisa na busca por respostas para antigos problemas filosóficos sobre conhecimento e a natureza da realidade, bem como para problemas teóricos históricos no campo das ciências sociais a respeito das dicotomias: agência-estrutura, corpo-mente, natural-social. Neste trabalho, o foco não é tratar dessas discussões, mas são assuntos pertinentes relacionados ao conceito que merecem ser pontuados.

Oliveira (2016) destaca que a virada prática significou a formação de um campo de estudos polifônico para a área de Administração, com intuito de compreender como as organizações acontecem. No entanto, a autora explica que esse campo de estudos não é unificado, pois o conceito e proposição metodológica de apreensão da “prática” divergem tanto em termos de concepção epistemológica quanto de desenvolvimento de pesquisas de campo. Nessa perspectiva, a teoria das práticas tem por objetivo entender como as ações dos atores sociais podem reproduzir e/ou alterar a sociedade, deslocando a centralidade dos mesmos e das estruturas nas análises das organizações (OLIVEIRA, 2016).

Feldman e Orlikowski (2011) contribuíram com a teoria da prática nos Estudos Organizacionais, sistematizando em três abordagens: a empírica, a teórica e a filosófica. Segundo as autoras, a dimensão empírica reconhece a centralidade das ações das pessoas, e a relevância das práticas nas operações contínuas das organizações; a dimensão teórica tem um foco na dinâmica da atividade cotidiana e como as práticas operam em distintos contextos ao longo do tempo; por fim, a dimensão filosófica corresponde a premissa de que a realidade social é formada pelas práticas, ou seja, enxerga o mundo social como sendo constituído através da atividade cotidiana (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Considerando essa última dimensão, as autoras destacam evidências nos estudos de autores contemporâneos, como Schatzki (2001) e Gherardi (2006). Esta pesquisa tem uma lente para a abordagem filosófica, entendendo que o mundo material e o social são constituídos a partir de diferentes tipos de práticas que produzem a realidade (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Essa abordagem, aplicada ao contexto urbano, considera a cidade como fenômeno em movimento e, dessa forma, a cidade se organiza por meio de práticas organizativas que se entrecruzam nas relações entre os cidadãos (FANTINEL, 2020).

Diversos estudos no campo da administração utilizam a noção de práticas. Algumas discussões utilizam a temática aprendizagem organizacional (RODRIGUES; AZEVEDO, 2013); outras utilizam a temática estratégia e sua constituição no cotidiano (ÁVILA *et al.*, 2013; MACIEL; AUGUSTO, 2013), e a teoria ator-rede e a definição de simetria (TURETA; ALCADIPANI, 2009), sendo esses alguns estudos desenvolvidos no Brasil que abordam o termo prática (RUFINO, *et al.*, 2017).

Além dos já citados, outros trabalhos desenvolvidos no Brasil também articularam a prática, trazendo contribuições no campo da Administração, como o de Viegas (2014) e Viegas e Saraiva (2015). Esses autores buscaram compreender como as práticas se configuram na cidade, conforme o emprego de vários mecanismos, instrumentos, da integração de diversos atores sociais, como o poder público, nas esferas municipal, estadual e federal; e a sociedade civil, sendo as empresas de racionalidade econômica, os cidadãos e os movimentos coletivos (VIEGAS, 2014; VIEGAS; SARAIVA, 2015). Nesse contexto, a pesquisa se pauta nas contribuições de Viegas (2014) e Viegas e Saraiva (2015), cuja noção de práticas organizativas se integra à orientação da cidade e à constante interação de indivíduos e grupos na práxis urbana, seguindo arcabouço teórico interdisciplinar e estudos clássicos revisitados por diversos autores em discussões contemporâneas, como Saraiva e Carrieri (2012).

Assim, compreender as cidades e suas práticas organizativas permite articular o pensar e agir sobre a urbes do ponto de vista dos diferentes atores sociais (VIEGAS, 2014); (VIEGAS;

SARAIVA, 2015). Viegas (2014) descreve sete práticas organizativas: nas esferas de planejamento, organização, controle, representação, resistência, recuperação e ressignificação. Tais práticas são utilizadas no presente estudo para analisar a comunidade escolar de escolas privadas, em meio ao contexto de Covid-19 em Maringá.

O Quadro 3, a seguir, sintetiza as práticas organizativas presentes na cidade e suas manifestações, segundo Viegas (2014) e Viegas e Saraiva (2015).

Quadro 3 - Síntese das práticas organizativas na cidade e aplicações empíricas

Prática	Conceito	Aplicações Empíricas
Planejamento	A prática planejar está interligada ao “futuro da cidade”, ao mesmo tempo que se vincula aos “cenários e tendências globais”, onde envolve o planejamento da cidade, principalmente em seu meio estrutural.	Políticas públicas (habitação, saúde, comércio, serviços urbanos etc); planejamento estratégico; instituições normativas (Estatuto da Cidade); participação popular (conselhos e fóruns).
Organização	A prática organizar está relacionada às funções de ordenamento, conformação ou estruturação da cidade; Todos os atores organizam a cidade, conforme seus interesses e necessidades, sobretudo, de acordo com as relações de poder.	Essa estruturação da cidade, segue alguns parâmetros de lógicas de Produção econômica; social; urbana; estética, entre outros.
Controle	A prática controlar estabelece ordens, com o objetivo de disciplinar as pessoas, conforme determinados padrões e princípios, para que haja uma normatização do espaço urbano. O poder público se torna o encarregado desse controle, no entanto, esse ator estando ou não presente, outros meios de fiscalização são criados.	O controle pode ocorrer por diversos meios, com relação ao poder público: polícia, guardas municipais, para ver se está havendo o cumprimento das condutas, leis e constituições.
Prática	Conceito	Aplicações Empíricas
Representação	A prática representar está relacionada à produção de diversos símbolos que cada pessoa pode interpretar e dar significados distintos. Desse modo, cada indivíduo	Essas representações abrangem os sistemas de linguagem e comunicação (visual, escrita, oral); as diferentes formas de arte, história, memória e imaginário

	sociourbano tem o seu próprio retrato da cidade, no entanto, os meios de comunicação interferem imensamente nas representações de grupos e indivíduos, que podem refutar ou reafirmar alguma imagem elaborada por si ou por outros atores.	cultural, social e urbano; monumentos públicos e patrimônios tombados.
Resistência	A prática resistir, no âmbito da cidade, está vinculada à negação e resistência decorrente das demais práticas organizativas; é nela que se encontram as contradições e oposições aos marcadores instituídos pelas organizações.	Oposição à espetacularização da cidade e seu caráter meramente mercadológico, turístico, estratégico e consumista; Resistência à redução da participação e experiência das pessoas em relação à cidade; defesa do uso do espaço urbano de forma igualitária e plural.
Recuperação	A prática recuperar está diretamente ligada ao restabelecimento e readequação no âmbito palpável do espaço urbano. Por meio da reestruturação urbana, sugere novos usos e significados para espaços e lugares da cidade; e a gentrificação, sobre a qual são formuladas estratégias para requalificação do espaço por meio de ações de segregação e exclusão social.	A preservação de memórias, a prevenção de desgastes, o combate à agressão visual; a melhoria da estética e qualidade de vida; a solução de problemas urbanos; a valorização de áreas específicas; a atração de investimentos assim como a criação de identidades urbanas e a revitalização histórica são discursos decorrentes da recuperação cidadina.
Ressignificação	A prática ressignificar confere novos significados a partir da reação de atores sociourbanos aos movimentos e tendências globais, seja em conflito ou cooperação.	Os significados mudam por causa da transformação da sociedade; dos discursos compartilhados; pela mudança de interesses ou rompimento de instituições e pela materialização do espaço físico e simbólico.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Viegas (2014); Viegas e Saraiva (2015); Paulo, Chagas e Andrian (2020).

A cidade apresentada pelas práticas organizativas busca expressar o que de fato pode ser representado no contexto urbano passível de várias leituras, diferentes visões, sons diversificados e diversas atuações dos atores sociourbanos (VIEGAS, 2014). Assim, essas práticas “sustentam o enquadramento da cidade como objeto de análise nos estudos organizacionais, em abandono de um pensamento estrutural ou processual de área construída ou mera localização de lugar ou lugares” (VIEGAS, 2014, p. 102). Em outras palavras, focaliza

os indivíduos, suas vivências e a práxis urbana, com intuito de compreender as práticas de organização da cidade por meio das interpretações dos atores sociourbanos, em que há o fortalecimento de uns em detrimento da atenuação de outros (VIEGAS, 2014).

De acordo com Viegas e Saraiva (2015), no contexto das práticas organizativas, cidades e cidadãos são percebidos, imaginados e comunicados, pressupondo novas formas de pensar e agir sobre a cidade. Dessa forma, o espaço urbano, seus elementos, sua dinâmica e suas apropriações “compõem uma das dimensões de manifestação ou expressão de diversos grupos sociais, meios empresariais, agentes governamentais, atores de interesse público e midiático, além de minorias culturais” (VIEGAS; SARAIVA, 2015, p. 77). Os autores ainda evidenciam um novo olhar sobre a urbe na análise organizacional e, assim, contribuem para o conhecimento da dinâmica urbana. A cidade é viva e o que a define são as práticas do dia a dia dos diferentes grupos que nela habitam (HONORATO; SARAIVA, 2016).

Diversas pesquisas discutem a cidade nos Estudos Organizacionais por meio das práticas sociais. Alguns consideram as práticas urbanas ligadas à organização das cidades, às relações simbólicas expressas por praticantes e, assim, permitem um olhar organizacional da dinâmica urbana (IPIRANGA, 2010; MENDES; CAVEDON, 2012; SARAIVA; CARRIERI, 2012). Outros articulam as práticas de apropriação, práticas organizativas em uma organização-cidade (COIMBRA; SARAIVA, 2013; VIEGAS; SARAIVA, 2015; HONORATO; SARAIVA, 2016; MOREIRA; MARQUESAN, 2019; PAULO; CHAGAS; ANDRIAN, 2020; CASTRO; NUNES; TEODÓSIO, 2020).

Em levantamentos realizados nos artigos apresentados nos eventos da área de Estudos Organizacionais da Anpad, bem como no CBEO, no ano de 2019, foi identificado que a prática de resistência é a mais retratada pelos autores. Viegas (2014) afirma que essa prática está vinculada à negação e ao descontentamento que decorre das demais práticas organizativas. Dentre os artigos que abordaram essa prática nos eventos citados, estão: o artigo de Silva e Ichikawa (2019), “Práticas cotidianas e processos de territorialização: enxergando o invisível trabalhador informal nos semáforos da cidade de Maringá”; e o artigo de Costa Junior e Oliveira (2019), “As emoções nas práticas de organização das cidades: etnografia com a população em situação de rua na cidade de Maringá, Paraná”. Na prática resistir, encontram-se as contradições e oposições ao determinismo empregado pelas instituições; e a defesa de outras lógicas, impressas por crenças e valores diferentes do que é socialmente aceito (VIEGAS; SARAIVA, 2015). Existem diferentes formas, níveis e dimensões de resistência, cada qual deriva dos diversos conflitos e contradições sociais (VIEGAS, 2014).

Nesse contexto, as práticas organizativas são de fundamental importância para análise da cidade como objeto de estudo no campo dos Estudos Organizacionais. Viegas (2014) focaliza os indivíduos, suas vivências e a práxis urbana com intuito de compreender as práticas de organização da cidade por meio das interpretações dos atores sociourbanos. O entendimento da cidade por esse viés busca anunciar o que, de fato, pode ser representado no contexto urbano, passível de inúmeras leituras, visões distintas, sons diversificados e variadas atuações dos diversos atores sociais (VIEGAS, 2014).

Pensar a cidade como um território diversificado, de conquista e disputa, apropriação e rupturas, de inclusão e resistências, é considerar uma cidade levada pelos atores sociais que nela interagem (SARAIVA, 2020). Assim, a cidade tomada como um território e como uma organização-cidade viabiliza o entendimento da complexidade urbana a partir das práticas organizativas que constitui a urbe do ponto de vista dos seus praticantes. Essa relação dinâmica entre seus habitantes precisa ser estudada, já que esse cotidiano altera o que se entende pela cidade (MARTINS; CHAGAS, 2020). Nesse sentido, a visão é centrada em como os habitantes/praticantes recriam os espaços em seus usos e práticas cotidianas, no viver nas/com as cidades, em efeitos visíveis nas formas de sociabilidades (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata da definição do objeto de pesquisa, os procedimentos metodológicos que serão utilizados, bem como os atores sociais que serão analisados. Além disso, serão apresentados os instrumentos de coleta dos dados e a técnica de análise dos mesmos.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa, busca-se compreender um fenômeno social: “As práticas organizativas e espaciais realizadas na cidade de Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas em meio ao contexto da Covid-19”. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa descritiva, uma vez que buscará descrever os fatos de determinada realidade (DENZIN; LINCOLN, 2006). Esses autores destacam que a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas materiais e interpretativas, fornecendo visibilidade ao mundo. Essas práticas “[...] transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as

gravações e os lembretes” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Nesse sentido, segundo os autores, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos de significado que lhe é dado pelas pessoas.

A investigação qualitativa ganhou importância nos estudos científicos em meados das décadas de 1920 e 1930, na Escola de Chicago. A antropologia definia métodos de pesquisa em campo, e depois em pouco tempo, a abordagem qualitativa passou a ser empregada em outros ramos da ciência social (DENZIN; LINCOLN, 2006). Nos Estudos Organizacionais, a perspectiva qualitativa emerge com mais força a partir da década de 1960 em contraposição à hegemonia de foco em pesquisas tributárias do positivismo (ROCHA; CERETTA, 1998).

A pesquisa qualitativa tem como objetivo captar não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência (TRIVIÑOS, 1987). Para Minayo (2002), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que busca compreender de maneira mais profunda a realidade dos atores sociais. A autora destaca que essa abordagem se aprofunda no mundo dos significados das ações humanas, respondendo questões muito particulares. Nesse sentido, trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2002). Com esse enfoque, esta pesquisa busca compreender a realidade dos atores sociais, representantes de instituições de Ensino Fundamental privado na cidade de Maringá.

Assim, a utilização do método qualitativo é oportuna para investigar quais são as práticas organizativas e espaciais da comunidade escolar de escolas privadas e como ocorreram essas práticas no contexto de pandemia na cidade de Maringá. Além disso, contribui para compreender as relações de poder, conflitos e contradições mediante os decretos emitidos pela prefeitura da cidade para conter o avanço da Covid-19.

Merriam (2002) afirma que as pesquisas qualitativas estão alicerçadas na visão de que a realidade é construída por meio da interação de indivíduos com o seu mundo social. Segundo a autora, os pesquisadores qualitativos buscam compreender o significado que as pessoas têm construído. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa envolve várias formas de pesquisa que auxiliam na compreensão do fenômeno social com o menor afastamento possível do ambiente natural (MERRIAM, 2002).

Na perspectiva qualitativa, há uma visão do mundo pelo olhar do observador e pela percepção dos atores sociais da pesquisa, demonstrando uma relação de dependência entre pesquisador e investigados (VAN DIJK; KOCH, 2002). Nessa abordagem, não se busca

regularidades, mas a compreensão dos atores sociais, do que os levou a agir de uma determinada maneira e de como agiram, sendo interesse do pesquisador passar pela busca do significado e do sentido das ações e práticas que representam a dinâmica social (VAN DIJK; KOCH, 2002).

A pesquisa enquadra-se como descritiva, com um recorte transversal, a partir do decreto n. 436/2020 de março de 2020, emitido pela prefeitura do município de Maringá. O estudo descritivo tem o objetivo de descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade, na qual é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade e suas características (TRIVIÑOS, 1987). Assim, essa pesquisa tem características descritivas, pois se utilizou de documentos, notas de campo, observações e entrevistas que contribuíram para descrever os fatos.

Considerando a validade da pesquisa qualitativa, Kvale (1995) afirma que ela é expressa em todos os momentos em que o pesquisador desenvolve o estudo: a) na problematização do assunto, b) na estruturação da pesquisa, c) na coleta de dados, d) na interpretação, e) na verificação. Entre as principais técnicas que buscam a validade na pesquisa qualitativa, destacam-se a consulta aos pesquisados e a triangulação. Segundo Oliveira e Piccinini (2009), na consulta aos pesquisados, os participantes da pesquisa leem e confirmam ou ajustam os dados transcritos pelo pesquisador, buscando dar credibilidade às interpretações desse. Já a triangulação, refere-se ao uso de múltiplos métodos, técnicas de coleta ou fontes de dados, com o objetivo de superar parcialmente as deficiências de uma investigação, servindo para reforçar os resultados encontrados (OLIVEIRA; PICCININI, 2009).

Portanto, nesta pesquisa, pretende-se descrever, explorar e compreender as práticas espaciais e organizativas que estão ocorrendo na cidade no contexto de pandemia da Covid-19, no âmbito educacional, com o objetivo de entender e interpretar a realidade.

3.2 COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação direta e não participantes, diário de campo e pesquisa documental dos decretos e medidas estabelecidos pela prefeitura do município. As formas de entrevistas qualitativas semiestruturadas podem ser com um único respondente, com levantamento fortemente estruturado, no qual é realizada uma série de questões predeterminadas (BAUER; GASKELL, 2003).

Para a contextualização do problema de pesquisa - “Quais foram as práticas espaciais e organizativas da comunidade escolar de escolas privadas diante dos decretos da Prefeitura

Municipal de Maringá no combate à Covid-19 na cidade?” - foram utilizadas fontes secundárias.

As fontes primárias são aquelas que não foram antes coletadas, tendo a finalidade de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento. Os dados secundários foram coletados, tabulados, ordenados e, em algumas vezes, analisados e estão catalogados à disposição dos interessados (MATTAR, 1996). As fontes primárias desta pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas, os diários de campo e a observação direta e não participante. Já as fontes secundárias envolveram pesquisas em documentos, artigos, reportagens, redes sociais e websites.

Para essa pesquisa, foram selecionados 5 colégios particulares de Maringá, que oferecem o Ensino Fundamental, filiados ao Sinepe/NOPR. Esse foi o primeiro critério utilizado para a escolha dos colégios. O segundo critério foram os diferentes portes de cada um e as diferentes localizações. Sendo assim, essas duas características podem apresentar diferentes posturas e mais ou menos pressões. A seguir, a figura 1 apresenta as instituições de ensino que são filiadas ao Sinepe/NOPR.

Figura 1 - Instituições de Maringá filiadas ao Sinepe/NOPR



Fonte: Sinepe/NOPR (2021). Disponível em: <<http://www.sinepenopr.com.br/>>.

O Sinepe/NOPR tem sede em Maringá e foi criado em 1992 para atender as escolas particulares. A entidade atende 114 municípios, tendo como associadas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior (SINEPE, 2022). Entre as atividades desenvolvidas, estão: representar legalmente as Instituições de Ensino; realizar as negociações coletivas de trabalho com vários sindicatos laborais; representar o setor junto a sociedade; e divulgar assuntos de interesse das escolas, pais e alunos, dentre outros (SINEPE, 2022).

O Quadro 4, a seguir, apresenta as características de cada um, como o porte e o tempo de existência, conforme dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

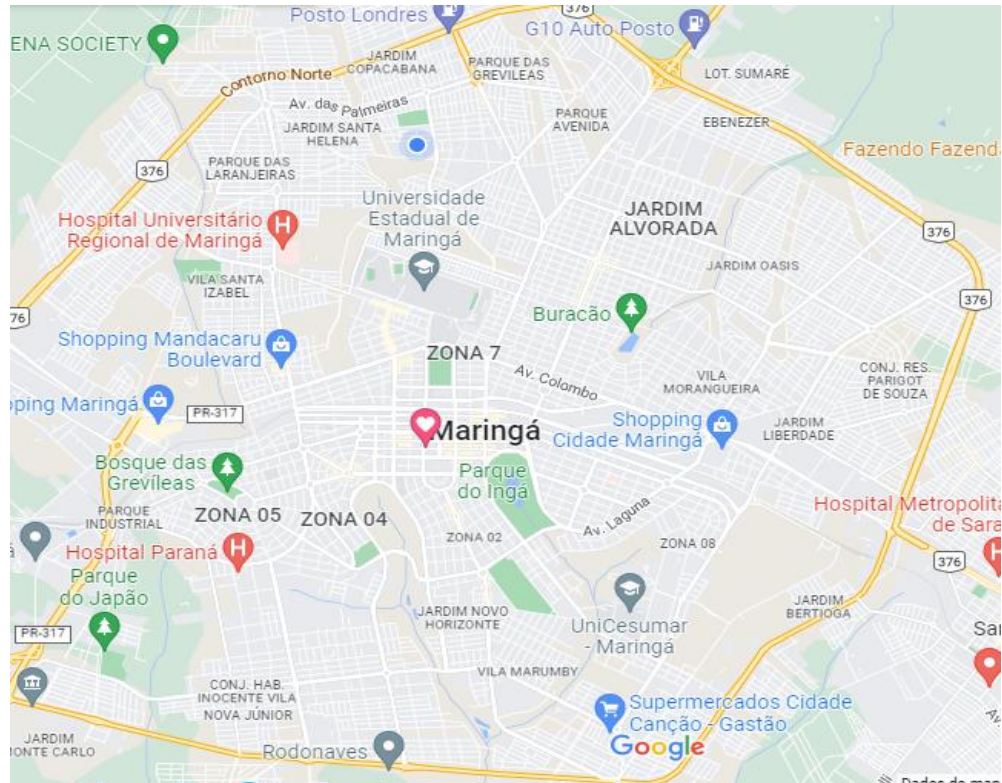
Quadro 4 – Características dos colégios

Colégio	Porte da escola	Tempo de existência
Y	Entre 201 e 500 matrículas de escolarização	20 anos
A	Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização	28 anos
Z	Entre 501 e 1000 matrículas de escolarização	37 anos
X	Mais de 1000 matrículas de escolarização	34 anos
B	Mais de 1000 matrículas de escolarização	64 anos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de INEP (2022). Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br> >. Acesso em 27 fev. 2022.

O colégio B está localizado no centro, zona 2, próximo à Catedral Metropolitana de Maringá, um dos pontos turísticos da cidade. O colégio Z está localizado na zona 4, sendo este também mais próximo ao centro da cidade. Já os demais colégios estão localizados mais distantes do centro da cidade. O colégio X, na zona 8, e os colégios A e Y estão localizados na zona norte da cidade. A seguir, a figura 2 apresenta o mapa da cidade de Maringá, com a identificação dessas localidades.

Figura 2 - Mapa da cidade de Maringá



Fonte: Google Maps (2022). Disponível em: <<https://www.google.com/maps/@-23.4125395,-51.9137268,13z>>.

As entrevistas foram realizadas com diretores, professores e coordenadores pedagógicos desses colégios; com alguns pais e/ou responsáveis de alunos que estudam nos mesmos e com representantes dos sindicatos Sinepe e Sinfantil. O Sinfantil também estava presente nas entrevistas devido ao envolvimento junto ao Sinepe em reuniões e também nas manifestações que ocorreram na cidade. No total foram 19 entrevistas e todas gravadas.

O Sinfantil/NOPR é uma associação civil sem fins lucrativos que foi criado em 23 de julho do de 2004, com o objetivo de representar perante autoridades administrativas e judiciárias os interesses da categoria econômica: Estabelecimentos Particulares que prestem exclusivamente serviços de Educação Infantil (SINEPE, 2022).

Os sujeitos entrevistados foram selecionados pela técnica bola de neve, na qual os próprios entrevistados apontam uma nova pessoa para ser entrevistada (VEIGA; GONDIM, 2001). Dessa forma, os próprios pais indicavam um coordenador ou um diretor do colégio e também um outro pai ou mãe com disponibilidade para conceder a entrevista. Para isso, foi elaborado roteiros de entrevistas, que estão anexos a este trabalho (APÊNDICE A, B e C). Os roteiros foram elaborados com base nas categorias de análise que fundamentam teoricamente esta pesquisa, sendo estes: planejamento, organização, controle, representação, resistência, contradição, disputa e poder.

A entrevista na pesquisa qualitativa é uma estratégia para coleta de dados, podendo ser usada em conjunto com outras técnicas, como a análise de documentos e observação participante (BODGAN; BIKLEN, 1994). Para Minayo (2002), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, a partir dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. A autora destaca que suas formas podem ser individual e/ou coletiva, ainda, os dados alcançados podem ser objetivos e subjetivos. Sendo os primeiros obtidos por meio de fontes secundárias e o segundo tipo está relacionado aos valores, às atitudes, e às opiniões dos atores sociais entrevistados. Nesta pesquisa, as entrevistas serão gravadas e transcritas.

Os entrevistados foram escolhidos de acordo com a disponibilidade e acessibilidade. A quantidade de entrevistas foi com base no método “ponto de saturação”, posto que operacionaliza as seleções de novos entrevistados, encerrando quando as novas respostas somente confirmam as informações já estabelecidas, sem nada a acrescentar na interpretação do conteúdo (BAUER; AARTS, 2008). Conforme informado antes da entrevista, para preservar o anonimato dos entrevistados, utilizou-se nomes fictícios, mais especificamente o nome de educadores, pesquisadores e escritores que prestaram contribuição para a Educação brasileira. Assim, respeitou-se o gênero de cada entrevistado. Observe o quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Sujeitos da pesquisa

Nome fictício	Gênero	Entrevistadas (os)	Colégio/ Instituição de representação
E1	Feminino	Coordenadora	Colégio A
E2	Feminino	Mãe de uma aluna	Colégio A
E3	Feminino	Coordenadora	Colégio Y
E4	Feminino	Diretora	Colégio B
E5	Feminino	Mãe de um aluno	Colégio B
E6	Feminino	Mãe de um aluno	Colégio Y
E7	Feminino	Mãe de um aluno	Colégio Z
E8	Feminino	Mãe de uma aluna	Colégio X

E9	Feminino	Mãe de uma aluna	Colégio X
E10	Feminino	Mãe de uma aluna	Colégio X
E11	Feminino	Mãe de uma aluna	Colégio X
E12	Feminino	Mãe de uma aluna	Colégio X
E13	Feminino	Mãe de um aluno	Colégio X
E14	Feminino	Professora	Colégio Z
E15	Feminino	Representante do sindicato	Instituição de representação
E16	Feminino	Representante do sindicato	Instituição de representação
E17	Masculino	Representante do sindicato	Instituição de representação
E18	Masculino	Diretor	Colégio X
E19	Masculino	Pai de um aluno	Colégio A

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As entrevistas foram realizadas no mês de outubro e novembro de 2021 e, devido ao período letivo, em fevereiro de 2022. Devido ao contexto de pandemia da Covid-19, a maioria das entrevistas foram realizadas de forma online, pelos aplicativos Google Meet e Zoom, e todas foram gravadas. Muitos entrevistados ainda se sentiam inseguros em realizar entrevistas presenciais. Apenas o Colégio B autorizou a entrevista presencial, na qual também foi possível tirar algumas fotos do local. As entrevistas duraram em média de 15 a 30 minutos cada e foram todas gravadas e depois transcritas, com uma média de 3 a 5 páginas de transcrição cada entrevista.

Houve também funcionários da prefeitura que não quiseram conceder entrevistas alegando, no mês de novembro de 2021, que o período de férias estava próximo e, por isso, não poderiam mais autorizar entrevistas. No ano de 2022, foram várias tentativas e os funcionários da prefeitura alegaram a troca de gerência e que a atual não tinha acompanhado os processos

ocorridos no período da pesquisa. Dessa forma, não foi possível entrevistar os funcionários da prefeitura, o que limitou a análise por parte do poder público.

Para esta pesquisa, inicialmente foram acessadas fontes secundárias, tais como fotos, artigos de jornais, decretos, sites eletrônicos da Prefeitura Municipal de Maringá, reportagens, notícias online, boletins informativos e diários de campo. Para a construção do histórico e contexto da cidade, foram utilizados documentos, artigos, reportagens e websites que tratam da história da cidade de Maringá. Segundo Bodgan e Biklen (1994), os documentos podem ser usados em pesquisas qualitativas, destacando os diários, memorandos, boletins informativos, comunicados à imprensa, livros de recorte, artigos de jornal, dentre outros.

Foram realizadas visitas exploratórias nos locais em que ocorreram algumas mobilizações com a participação da comunidade escolar de escolas privadas que se organizou para protestar frente às medidas decretadas pela prefeitura da cidade de Maringá. As investigações foram realizadas pela autora desta pesquisa no segundo semestre de 2020 e durante o ano de 2021, nas datas em que ocorreram as mobilizações e também no retorno às aulas no início do ano letivo de 2021. Foi realizada também uma visita em um dos Colégios desta pesquisa, que autorizou a entrevista presencial e a visita no ambiente escolar com acompanhamento de uma funcionária do Colégio. Nesse momento, ocorreu a observação direta e não participante, além de registros, como fotos tiradas pela autora. As mobilizações foram acompanhadas pela pesquisadora também por meio de redes sociais da comunidade escolar de escolas privadas da cidade de Maringá, reportagens em jornais da cidade e alguns websites de notícias.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

O método escolhido para a análise dos dados desta pesquisa foi o hermenêutico-dialético. Esse método foi empregado inicialmente no contexto da pesquisa qualitativa brasileira em saúde por Minayo (2002, 2004) e, posteriormente, em pesquisas da área da Educação (OLIVEIRA, 2001). Recentemente, começou a ser empregado no campo da pesquisa qualitativa em Administração, como técnica para a análise dos dados (CARDOSO; SANTOS; ALLOUFA, 2013). Segundo Minayo (2002), nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Conforme a autora, os passos para operacionalização são: (a) ordenação dos dados, fazendo um mapeamento dos dados obtidos no campo; (b) classificação dos dados, que são construídos a partir de questionamentos com base em uma fundamentação teórica; e (c) análise final, estabelecendo articulações entre os dados e

os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo a questão de pesquisa com base nos objetivos (MINAYO, 2002).

Portanto, nesta pesquisa, seguindo as etapas propostas por Minayo (2002), foi realizado o mapeamento dos dados obtidos no campo, a escuta das narrativas dos sujeitos, a transcrição das entrevistas, a classificação dos dados e a análise articulando os dados e o referencial teórico, indo além das falas e dos fatos descritos, seguindo um caminho reflexivo hermenêutico-dialético.

Minayo (2004) destaca que o principal dilema dos pesquisadores que utilizam pesquisas qualitativas é de superar os esquemas interpretativos formais (funcionalismo), e que o método hermenêutico-dialético é o mais capaz de driblar essas formalidades e de dar conta de uma interpretação mais próxima da realidade. Nas ciências humanas e sociais, a hermenêutica passou a ser empregada mais fortemente no momento em que iniciaram as primeiras críticas à transferência das metodologias positivistas, advindas das ciências naturais experimentais (CARDOSO; SANTOS; ALLOUFA, 2013).

A hermenêutica é a busca de compreensão de sentido que se dá na comunicação entre seres humanos, tendo seu núcleo central na linguagem (ALENCAR; NASCIMENTO; ALENCAR, 2012). Conforme os autores, ela trabalha com a comunicação da vida cotidiana, considerando que o indivíduo complementa-se por meio da comunicação, sendo necessário compreender seu contexto e sua cultura. A abordagem hermenêutica, de acordo com Alencar, Nascimento e Alencar (2012), busca diferenças e semelhanças entre:

O contexto dos autores e o contexto do investigador; explora as definições de situação do ator, supõe o compartilhamento entre o mundo observado e os sujeitos, com o mundo da vida do investigador; busca entender os fatos, os relatos e as observações e apóia essa reflexão sobre o contexto histórico; julga e toma decisão sobre o que ouve, observa e compartilha; e produz um relato dos fatos em que os diferentes atores se sintam contemplados. Já a dialética é a ciência e a arte do diálogo, da pergunta e da controvérsia. Busca nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, os núcleos obscuros e contraditórios para realizar uma crítica sobre eles. O pensamento dialético precisa criar instrumentos de crítica e de apreensão das contradições da linguagem, compreender que a análise dos significados deve ser colocada no chão das práticas sociais, valorizar os processos na dinâmica das contradições, no interior das quais a própria oposição entre o avaliador e avaliado se colocam, e ressaltar o condicionamento histórico das falas, relações e ações (ALENCAR; NASCIMENTO; ALENCAR, 2012, p.244-245).

Nesse sentido, a articulação da hermenêutica com a dialética é um importante caminho para fundamentar pesquisas qualitativas, sendo possível valorizar as complementaridades e divergências entre elas (ALENCAR; NASCIMENTO; ALENCAR, 2012). Os autores explicam que ambas reúnem o poder para “aproximação da verdade” investigada, ainda, enquanto a

hermenêutica enfatiza o consenso, a mediação e o acordo, a dialética se orienta para a diferença, o contraste e a crítica.

Na classificação dos dados, Minayo (2004) afirma que é necessário ter em mente que os dados não existem por si só, eles são construídos por meio de um questionamento que se faz sobre eles, baseado em uma fundamentação teórica. Essa classificação é composta pelas seguintes etapas: a) leitura exaustiva e repetida dos textos, o que permite apreender as ideias centrais que os atores sociais tentam transmitir, encontrando os núcleos de sentido; b) constituição de um corpus: a partir da identificação do corpo principal do texto é possível recortar cada entrevista ou documento em termos de unidades de registro, organizando-as por temas relevantes, dando início ao processo de categorização (MINAYO, 2004). A palavra categoria, é inerente a um conceito que envolve elementos com características comuns ou que se relacionam entre si (GOMES, 2002). Dessa forma, o autor destaca que trabalhar com categorias significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito.

Considerando as categorias de análise: planejamento, organização, controle, representação, resistência, contradição, disputa e poder, foram realizadas as análises na busca dessas categorias. De acordo com Minayo (2002), essa fase final consiste em articular os dados com o referencial teórico, buscando responder às questões da pesquisa com base nos objetivos propostos. Assim, o próximo capítulo discute a análise e interpretação dos resultados para compreender as práticas organizativas e espaciais da comunidade escolar de escolas privadas na cidade de Maringá.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo propõe analisar os dados coletados, relacionando-os com os conceitos teóricos discutidos anteriormente. Dessa forma, os dados primários e secundários foram analisados com base nos conceitos de cidade, território, práticas espaciais e práticas organizativas, articulados com as práticas dos atores sociais na cidade de Maringá, especificamente da comunidade escolar de escolas privadas (pais de alunos, coordenadores e diretores de escolas e instituições de representação) do Ensino Fundamental privado.

Inicialmente, discute-se a constituição histórica da cidade de Maringá, a seguir, apresenta-se de forma cronológica a questão educacional em Maringá no contexto da pandemia da Covid-19 e as práticas da comunidade escolar de escolas privadas na cidade.

4.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE MARINGÁ E OS PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

A cidade de Maringá está localizada no noroeste do Paraná, e foi colonizada na década de 1940 pela empresa colonizadora de terras Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), atualmente, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Fundada no dia 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari, posteriormente, no dia 14 de novembro de 1951, ela foi elevada à categoria de município (OLIVEIRA, CHAGAS, 2016). A cidade foi planejada para se tornar um polo regional, assim como Londrina, Cianorte e Umuarama, todas localizadas na porção norte do estado do Paraná, em que predominava a economia cafeeira como base e desenvolvimento (STAHLHOEFER; RODRIGUES, 2010).

A cidade teve como ponto de partida para a sua evolução o plano urbanístico moderno, com ruas amplas, traçado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira (CORDOVIL, 2010). No planejamento do município, estavam as ideias e soluções do modelo da *Garden City*, que foi implementado nos loteamentos da *Cia City* em São Paulo, sendo essa influência um dos elementos presentes no projeto urbanístico de Maringá (RODRIGUES, 2004). Esse conceito de “Cidade Jardim” foi criado pelo britânico Ebenezer Howard, responsável por vários bairros de São Paulo (RODRIGUES, 2004; PAULO, 2019).

O projeto conduzido por Jorge Macedo Vieira idealizava Maringá com largas avenidas atravessando a cidade e canteiros centrais ajardinados em toda a extensão (RODRIGUES, 2004). O projeto também determinava o zoneamento composto por áreas comerciais, áreas industriais e áreas residenciais divididas em elite, popular e operária, sendo que a área mais valorizada estava próxima do centro cívico, de dois parques, planejada para abrigar escola, parque infantil, hospital e áreas de esporte (CORDOVIL, 2010; RODRIGUES, 2004; MARTINS, 2020).

O projeto de Vieira separa os edifícios públicos, os núcleos comerciais, as escolas, hospitais, igrejas, os armazéns, as dependências da estrada de ferro, a zona comercial, industrial, residencial principal, a residencial popular e residencial operária, afirmando o aspecto de segregação do plano, apresentado na Figura 3 (TÖWS, 2015).

Figura 3 - Legenda constante no Projeto inicial de Maringá

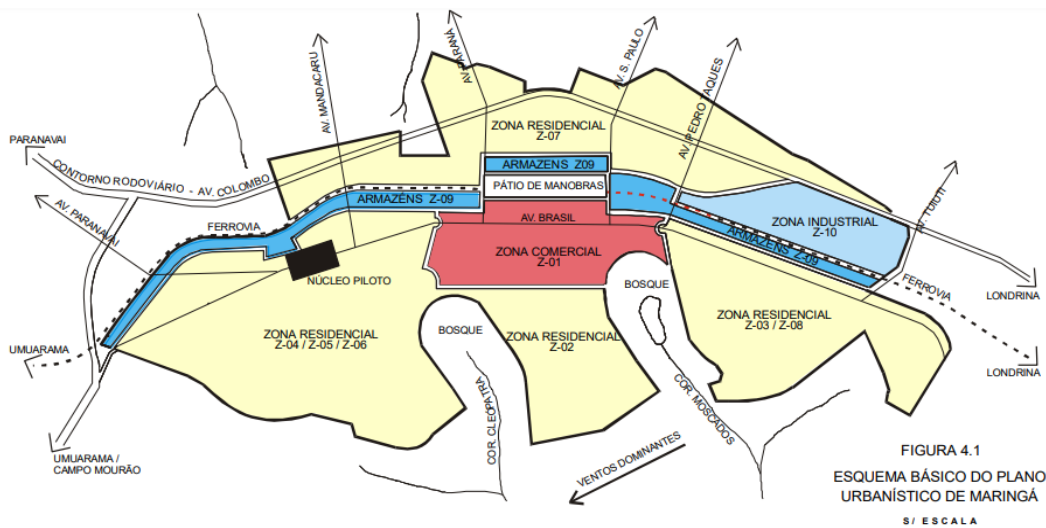


Fonte: TÖWS (2015).

A figura 3 demonstra como o empreendimento imobiliário já tinha, na implantação do plano, seus objetivos explícitos, que foram rigorosamente seguidos e complementados pela elite que se formava na cidade, para a produção de espaços diferenciados (TÖWS, 2015).

O projeto inicial organizado por Vieira era composto por 10 zonas, sendo a zona 01 destinada às atividades comerciais e residenciais, a zona 02, entre as áreas verdes da cidade, ou seja, o Parque do Ingá e o Bosque, reservada à elite que estava se compondo na cidade, a Zona 03, Vila Operária, separada pelo verde, se localiza próxima à Zona 10 destinada ao uso industrial, conforme figura 4 a seguir (TÖWS, 2015; PAULO, 2019).

Figura 4 - Plano urbanístico de Maringá



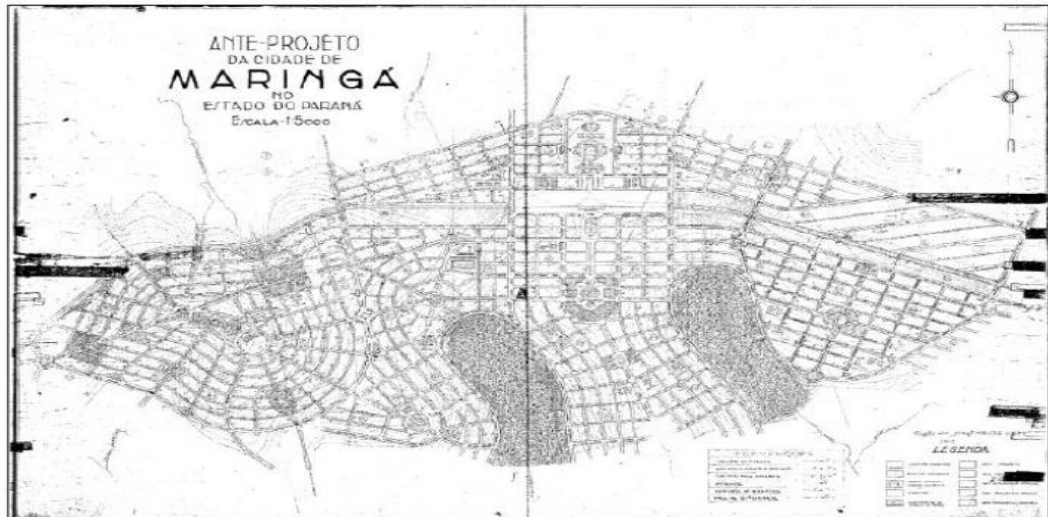
Fonte: TÖWS (2015).

Segundo Rodrigues (2004), a configuração urbana de Maringá se mantém ainda conforme o projeto original. De acordo com a autora, a mesma organização socioespacial instituída na fundação da cidade não apenas se manteve, mas se aprofundou desde então. Os espaços residenciais mais afastados do centro sempre foram destinados às classes populares, entretanto, antigamente, “eram muito mais próximos do que hoje, quando as áreas da periferia onde a população de baixa renda consegue estabelecer sua moradia são distantes de seus locais de trabalho, estudo e lazer” (RODRIGUES, 2004, p. 17).

A implementação do espaço urbano maringaense foi planejada num projeto urbanístico arrojado, que definia, de acordo com Rodrigues (2004), a possibilidade de uma ocupação residencial diferenciada, conforme as condições econômicas dos compradores. Enquanto a companhia esperava a definição do traçado da estrada de ferro, que prosseguiria em direção a Guaira, para então determinar o local onde implantaria o projeto da cidade que estava sendo elaborado, foi ocupada uma área provisória, denominada posteriormente ‘Maringá Velho’, onde se construiu uma estrutura básica (RODRIGUES, 2004). O ‘Maringá Velho’ foi o início de tudo, sendo localizado hoje no setor Oeste da cidade, na época, em média seis quadras da Planta Geral das zonas 5 e 6 do projeto inicial (VERCEZI; LIZ, 2020).

Posteriormente, quando o novo lugar foi definido pela companhia, teve início a implantação do projeto localizado a leste do núcleo inicial. A partir de 1950, os dois núcleos acabaram se unindo no arranjo do espaço urbano maringaense, que teve sua expansão através da formação, ao lado do ‘Maringá Velho’, de um grande bairro residencial, formado pela zona 4 e 5, previstas para serem ocupadas por moradores de classes populares (RODRIGUES, 2004). A cidade foi dividida em três partes: a ocupação inicial, atual Maringá velho, à Oeste, o centro, e à Leste, a Zona 03, Vila Operária (PAULO, 2019). Para melhor compreensão, a Figura 5 apresenta o anteprojeto de Maringá no ano de 1940.

Figura 5 – Anteprojeto da cidade de Maringá criado por Jorge Macedo Vieira



Fonte: Rodrigues (2004).

Maringá, nos primeiros tempos, devido a sua recente urbanização, não tinha uma estrutura educacional mínima. Assim, ao se defrontarem com o problema da falta de uma escola, alguns habitantes providenciaram, no ano de 1946, por intermédio de líderes locais a transferência da professora Dirce Aguiar Maia, da cidade de Cambé, para dirigir a primeira casa escolar de Maringá (VIEIRA, MARTINIAK, 2011). Alguns líderes locais, como Ângelo Planas, Otávio Periotto e Napoleão Moreira da Silva, empenharam-se para que as crianças frequentassem instituições de ensino, sendo esses os responsáveis pela vinda da professora Dirce (CARAÇATO, 2014).

Essa instituição social era uma necessidade da população e também uma forma de atrair mais famílias para o Patrimônio de Maringá (RODRIGUES, 2009). Assim, as vinte famílias residentes contribuíram como podiam para a construção da escola, e com o objetivo de trazer a educação escolar pública e de qualidade para o local, construíram uma sala rústica, com uma porta e um vão onde foi instalada uma janela, dezoito carteiras duplas, uma mesinha e um caixote que serviu de cadeira para a professora (RODRIGUES, 2009).

Foi assim que, no ano de 1946, surgiu o primeiro estabelecimento de ensino em Maringá, a Casa Escolar de Maringá. Em 1947, ela foi convertida em Escola Isolada do Maringá Velho (VIEIRA, MARTINIAK, 2011). Esse educandário foi a primeira instituição do gênero na zona urbana de Maringá e teve como professora pioneira Dirce de Aguiar Maia. Com o tempo, a escola passou por transformações e atualmente é o Colégio Estadual Dr. Gerardo Braga (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021).

Abaixo, a Figura 6 registra o momento do desfile de 7 de setembro de 1947 em que a professora Dirce acompanha seus alunos durante o desfile (RIBEIRO, 2009). Já a Figura 7 retrata a Escola Isolada do Maringá Velho no ano de 1948.

Figura 6 – Desfile de 7 de setembro de 1947 em Maringá



Fonte: Rodrigues (2009).

Figura 7 – Escola Isolada do Maringá Velho em agosto de 1948



Fonte: Acervo Maringá Histórica (2020).

Em 1948, foi construída a segunda escola pública de Maringá, o Grupo Escolar do Maringá Novo. Em 1955, ele foi renomeado de Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz, atualmente

localizado na zona central do município (MARINGÁ HISTÓRICA, 2020). A Figura 8 retrata o Grupo Escolar do Maringá Novo em 1948.

Figura 8 - Grupo Escolar do Maringá Novo – 1948



Fonte: Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá (2018).

Com o crescimento e o desenvolvimento econômico da cidade, alguns grupos foram se formando e passaram a exigir uma escola de qualidade para seus filhos (GULLA, 2009). Diante do descaso do Estado relacionado aos assuntos educacionais e paralelamente à implantação da rede pública de ensino, começou a ser organizada uma rede privada de ensino, por iniciativa da elite local, formando-se a primeira escola particular confessional da cidade, o Colégio Santa Cruz, com o atendimento voltado para crianças em idade escolar, provenientes da elite maringaense (GULLA, 2009).

O Colégio Santa Cruz foi um dos primeiros estabelecimentos particulares de ensino de Maringá. Sob orientação da Igreja Católica, ele foi fundado e instalado no ‘Maringá Velho’ em 1953 (MARINGÁ HISTÓRICA, 2020). Um ano antes, em 1952, foi construído o Ginásio Maringá, que depois se transformou no Colégio Marista inaugurado no ‘Maringá Novo’ (MARINGÁ HISTÓRICA, 2020). A figura 9 retrata a sede do Ginásio Maringá (hoje, Colégio Marista) ainda em construção, no início da década de 1950, e a figura 10 mostra as primeiras instalações do Colégio Santa Cruz em 1954.

Figura 9 - Ginásio Maringá no início da década de 1950



Fonte: Acervo Maringá Histórica, 2020.

Figura 10 - Colégio Santa Cruz em 1954



Fonte: Acervo Maringá Histórica (2020).

Considerado um dos primeiros colégios particulares de Maringá, ao lado do Colégio Santa Cruz, o Ginásio Maringá foi inaugurado no dia 10 de maio de 1952 e, posteriormente, em 1957, o estabelecimento passou a ser gerido pela Congregação dos Irmãos Marista (MARINGÁ HISTÓRICA, 2020). Até o início da década de 1950, Maringá possuía somente escolas que ofertavam o ensino primário, então, para continuar os estudos, era preciso se deslocar para outras localidades, como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro (LIMA, 2011). Em 1952, o Ginásio Maringá passou a ofertar o ensino secundário e teve um papel importante na formação de quadros nas áreas política, comercial e industrial da região (LIMA, 2011). Já o Colégio Santa Cruz iniciou suas atividades letivas em 1953, atendendo crianças no jardim de infância e

primário (GULLA, 2009). Em 1956, passou a oferecer também o ginásio, atual 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (VIEIRA, MARTINIAK, 2011).

Com isso, na década de 1950, Maringá já contava com os Colégios Santa Cruz e Marista, escolas particulares de ensino católico, Ginásio Estadual de Maringá, Curso Pernambucano de Ensino, Curso de Madureza e 71 escolas municipais (REIS, 2004; RODRIGUES, 2009). Apesar da forte geada de 1955, que abalou um pouco a economia local, o comando político da cidade tinha consciência da importância da escola primária para a população maringaense (RODRIGUES, 2009).

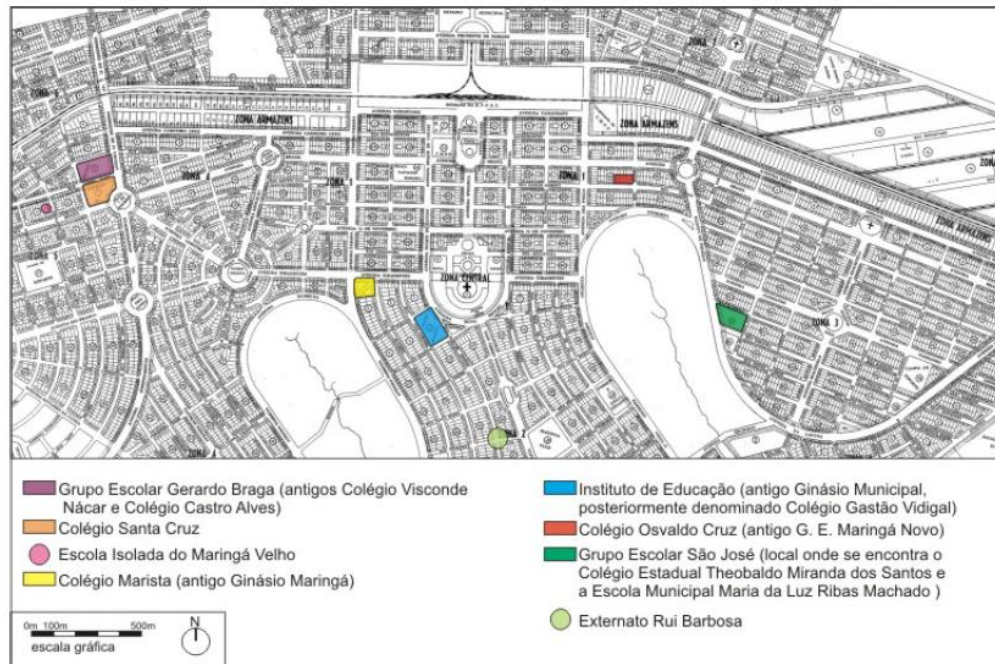
Segundo Luz (1997), na década de 1950, vários estabelecimentos de Ensino Médio foram instalados, como os já citados Ginásio Maringá, o Ginásio Estadual, o Ginásio Santa Cruz, e a escola normal secundária Amaral Fontoura, bem como a escola Normal Regional Eduardo Claparede. O Ginásio Maringá teve sua inauguração em 1951, com ótimas instalações, em prédio de alvenaria, e foi o primeiro estabelecimento de Ensino Médio do município.

O prédio do Ginásio Maringá foi construído na Avenida Tiradentes, localizada na zona 2. No início da década de 50, ainda não se tinha noção da relevância futura que essa Avenida teria no contexto comercial, tornando-se atualmente uma das avenidas principais da cidade (LIMA, 2011). Nessa Avenida, também foram construídos os maiores templos, como a Catedral Metropolitana de Maringá, sendo um dos pontos turísticos mais visitados da cidade (LIMA, 2011).

No plano original de Vieira, segundo Cordovil (2010, p. 182), os espaços reservados “[...] para as escolas, colégios, internatos de meninas e institutos profissionalizantes não se efetivaram totalmente na primeira gestão”. Além disso, as salas de aulas, denominadas escolas municipais, não garantiam áreas para posterior incremento do estabelecimento escolar (CORDOVIL, 2010). No entanto, segundo a autora, algumas poucas escolas se inseriram no local reservado por Vieira.

A figura 11, a seguir, representa a localização das escolas existentes ou criadas até o final da gestão de Inocente Villanova Júnior (CORDOVIL, 2010). Ele foi o primeiro prefeito eleito da cidade de Maringá, gestão 1952/56.

Figura 11 - Localização das escolas existentes ou criadas até o final da gestão de Inocente Villanova Júnior



Fonte: Cordovil (2010).

Os estabelecimentos que seguiram as diretrizes do plano, no ‘Maringá Velho’, foram o Grupo Escolar Gerardo Braga e o Colégio Santa Cruz (CORDOVIL, 2010). Segundo a autora, três escolas foram implantadas em espaços que não estavam previstos para abrigar tais equipamentos, como Ginásio Maringá, atual Colégio Marista, o Grupo Escolar Maringá Novo, atual Grupo Escolar Osvaldo Cruz e o externato Rui Barbosa, atualmente inexistente.

Ao todo, na zona 2, região central da cidade, criou-se 3 estabelecimentos de ensino, sendo o Colégio Marista; o Ginásio Municipal, que posteriormente denominou-se Colégio Gastão Vidigal antes de ceder o local para o Instituto de Educação; e por fim o Externato Rui Barbosa, de iniciativa particular (CORDOVIL, 2010). Na Vila Operária, criou-se o Grupo Escolar São José, e na Zona 1, o Grupo Escolar Maringá Novo (CORDOVIL, 2010). A autora esclarece que, segundo as leis, o poder executivo municipal tinha autonomia para escolher as instalações das escolas ou construí-las, com base na lei n. 7/53.

Nos anos de 1960, a cidade de Maringá apresentou um alto ritmo de crescimento, chegando a 47.595 habitantes, aumentando na década de 1970 para 100.100 habitantes, e inversamente houve uma significativa redução da população residente no campo, que era de 56.639 habitantes em 1960, reduzindo para 21.274 habitantes (TOWS, 2015). O motivo foi devido às transformações que ocorreram no campo por meio da tecnologia e modernização agrícola, substituindo grande parte da mão de obra e a troca do café por outras culturas, como soja, trigo, o que contribuiu para o crescimento da população urbana (SCHMIDT; COSTA;

MENDES, 2001; PAULO, 2019). Com isso, houve um aumento da ocupação do espaço territorial delimitado no plano de Vieira.

O plano inicial contemplava uma estimativa de 200 mil habitantes após 50 anos de fundação, entretanto, aos 49 anos, já haviam 270 mil pessoas morando na cidade (CORDOVIL, 2010). A abertura da Universidade Estadual de Maringá, na década de 1970, também foi um aspecto importante e histórico para o crescimento populacional, atraindo alunos, professores e familiares para a cidade (OLIVEIRA, 2016). Já em 1979, o Plano de Diretrizes Viárias possibilitou a criação de 54 novos loteamentos em Maringá/PR (OLIVEIRA; CHAGAS, 2016).

Segundo Oliveira (2016), com o crescimento urbano da cidade, a partir da década de 80, Maringá passou de 168 mil habitantes para aproximadamente 397.437 mil em 2015. Com o desenvolvimento da construção civil, a cidade iniciou um processo de verticalização de prédios residenciais e comerciais, além da construção de condomínios horizontais fechados (OLIVEIRA, 2016). Outro aspecto importante em 1980, foi que a cidade iniciou o processo de nuclearização da rede municipal, com base nas Diretrizes da Educação Nacional, estabelecendo a reorganização das escolas rurais e urbanas, sob a responsabilidade do município (MARQUES, 2020). Assim, conforme a autora, na década de 1980, a Educação de Maringá estava alinhada às orientações e diretrizes do Estado do Paraná.

De acordo com Silva e Gomes (2016), em 1984, a cidade estava com 2.289 estabelecimentos comerciais, varejistas e atacadistas, 49 agências bancárias, 650 indústrias, dois jornais, um canal de TV, 53 escolas de primeiro e segundo grau e uma universidade (UEM). Com o crescimento da cidade, houve um aumento também das construções, principalmente de edifícios. Nessa época, houve a supervalorização dos imóveis desencadeada, entre os possíveis motivos, pelo o crescimento da população na cidade, a elevação do número de cursos superiores da UEM e o crescimento do comércio atacadista (SILVA; GOMES, 2016).

Posteriormente, na década de 1990, devido ao progresso em nível demográfico que Maringá vinha passando desde a sua fundação, teve a aprovação de novos loteamentos (OLIVEIRA, 2016). Dessa maneira, houve um aumento significativo do número de loteamentos aprovados, totalizando 95, entre loteamentos e condomínios (TOWS, 2015). No entanto, houve um decréscimo no ritmo de aumento populacional que, na década de 1980, era de aproximadamente 70 mil habitantes na área urbana, e na década de 1990, o aumento chegou a aproximadamente 50 mil novos moradores (TOWS, 2015).

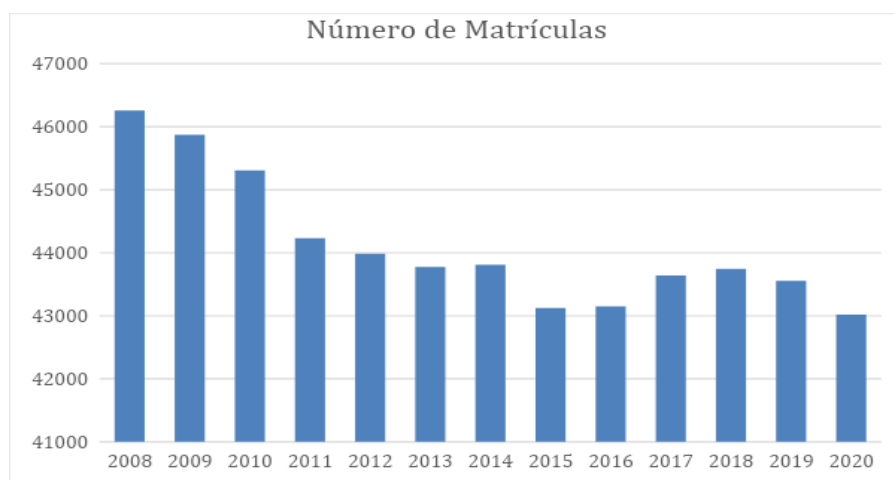
Em 1990, foi construída a primeira instituição privada de ensino superior na cidade. Nesse ano, a Faculdade de Administração e Informática de Maringá (FAIMAR) começou a funcionar com dois cursos, sendo o de Administração e de Tecnologia em Processo de Dados

(SILVA; GOMES, 2016). Em 2001, houve a mudança para Centro Universitário de Maringá (Cesumar) e, ao completar 23 anos, em 2013, a instituição adotou a sigla Unicesumar (SILVA; GOMES, 2016).

A modernização e o desenvolvimento em Maringá nos anos de 2004 e 2005 podem ser comprovados pelo crescimento de vários setores da economia (SILVA; GOMES, 2016). Na área comercial, os investidores encontraram na criação de shoppings centers um mercado bastante atrativo. Na área da Educação, segundo Silva e Gomes (2016), com o reflexo do crescimento do emprego e da renda, a taxa de alfabetização passou de 95,1% para 96,7% de 2000 a 2010. Ainda segundo esses dados, em 2010, no ensino básico, 75.626 alunos estavam matriculados nas escolas públicas e privadas em Maringá. O crescimento do número de matrículas no ensino básico foi mais significativo no ensino público municipal e privado respectivamente (29,4% e 26%), já no ensino público estadual representou uma queda de -23,6% em 2010 comparado ao início da década.

No Ensino Fundamental ofertado na cidade de Maringá, houve uma queda no número de matrículas, comparando o ano de 2008 até o ano de 2020, sobretudo no ano de 2020, conforme dados divulgados pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA) de 2020. De acordo com os dados, a cidade de Maringá, no ano de 2020, contava com 43.021 matrículas no Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. Etapas de ensino que são o foco desta pesquisa, especificamente o Ensino Fundamental privado da cidade de Maringá. A seguir, o gráfico 1 ilustra o número de matrículas de todas as instituições de ensino de Maringá que ofertam o Ensino Fundamental.

Gráfico 1 - Número de matrículas dos estabelecimentos de ensino fundamental em Maringá em 2020



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados divulgados pelo IBGE (2020).

Conforme dados divulgados pelo Inep de 2020, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o total de estudantes matriculados na cidade de Maringá era de 23.095, sendo 316 matriculados em escolas estaduais, 15.799 matriculados em escolas municipais e 6.980 matriculados em escolas privadas. Já nos anos finais, o total de estudantes matriculados na cidade era de 19.926, dentre esses, 13.725 matriculados em escolas estaduais e 6.201 matriculados em escolas privadas (INEP, 2020).

Em relação ao total de escolas que ofertam o Ensino Fundamental na cidade de Maringá, segundo dados do Inep de 2020, havia 126 estabelecimentos, sendo 94 escolas de Ensino Fundamental anos iniciais e 60 escolas de Ensino Fundamental anos finais. Das 94 escolas, 52 são municipais, 1 estadual e 41 privadas. Já das 60 escolas, 31 são estaduais e 29 são privadas (INEP, 2020).

No Paraná, segundo dados do Inep (2021), nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal apresentou a maior participação, com 83,8% das matrículas, seguida pela rede privada, com 15,8% das matrículas. Nos anos finais, a rede estadual teve a maior participação, com 85,3% das matrículas, sendo seguida pela rede privada com 13,5% das matrículas. Ao avaliar como o número de matrículas do Ensino Fundamental está distribuído em relação à localização, destaca-se que a maioria delas (94,5%) está localizada em escolas urbanas.

Em março de 2020, o prefeito da cidade de Maringá decretou a suspensão das atividades de setores comerciais, empresariais e também educacionais presenciais, devido à pandemia da Covid-19. Nesse contexto, as instituições de ensino privadas buscaram novas soluções para superar esse momento sem prejudicar o aprendizado dos alunos. Tiveram que se reorganizar, readequando suas estruturas físicas para cumprir os protocolos de segurança e higiene, dentre outras medidas. No próximo tópico, será abordado a questão educacional no contexto de pandemia na cidade de Maringá a partir do primeiro decreto de março de 2020.

4.2 AÇÕES DA PREFEITURA E AS PRÁTICAS ORGANIZATIVAS E ESPACIAIS NA CIDADE DE MARINGÁ

No mês de março de 2020, foi decretado estado de calamidade pública pela Prefeitura de Maringá, momento em que se registrou o primeiro caso de Covid-19 na cidade. Neste trabalho, assume-se o marco inicial a partir do decreto n. 436/2020 que foi publicado pela prefeitura do Município de Maringá no dia 17 de março de 2020. Esse foi o primeiro decreto para conter a propagação do vírus. Dentre as medidas, havia a suspensão de atividades e eventos com 50 pessoas ou mais por 30 dias. O documento também informava que o funcionamento

das escolas privadas e públicas seria somente até o dia 20/03/2020. O secretário da saúde do município, em uma entrevista para a CBN Maringá, fala sobre o decreto n. 436/2020, mencionando ser um norteador de uma ação importante, que é evitar a circulação de pessoas. De acordo com o secretário, a medida por 30 dias tinha por objetivo salvaguardar a vida de milhares de pessoas e evitar movimentações e atividades não essenciais. (PEÑA, 2020).

Dias após, deu-se um segundo marco importante, que foi o decreto n. 445/2020 de 18 de março de 2020, que suspendeu por 30 dias as aulas e o atendimento presencial nas instituições de ensino públicas e privadas a partir do dia 20/03/2020. Também houve a suspensão do funcionamento de alguns estabelecimentos e atividades, como comércio varejistas e atacadistas, cultos e atividades religiosas, restaurantes, bares, lanchonetes, dentre outros.

Esses dois decretos municipais foram publicados logo após o decreto n. 4.230/2020 do Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, em 16 de março de 2020, que adotou algumas medidas para o enfrentamento da Covid-19 no estado. As medidas expressas em âmbito estadual foram de isolamento social, a quarentena, exames médicos, testes laboratoriais, vacinação, dentre outras. Conforme o art. 8º, as aulas em escolas e universidades públicas estaduais estavam suspensas a partir de 20 de março de 2020. Também o decreto estadual n. 4.258/2020 estipulava a suspensão das aulas em escolas estaduais públicas e privadas, bem como em universidades públicas (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2020).

Com todas essas medidas para conter a propagação da Covid-19, algumas práticas foram expressadas por atores sociais que se reuniam para solicitar a reabertura das atividades que tinham sido suspensas. Desde empresários apresentando suas propostas para a retomada das atividades econômicas até escolas que se organizavam para a volta às aulas presenciais.

Na cidade de Maringá, uma das ações expressas foi a prática de resistência contra as medidas decretadas pela Prefeitura do Município de Maringá. Essa prática aconteceu em 26 de março de 2020, quando um grupo de comerciantes, moradores e empresários de Maringá se reuniram para protestar contra o decreto do fechamento do comércio por 30 dias. De acordo com a reportagem da RPC Maringá (2020), além da carreata, 15 entidades, representantes de vários segmentos na cidade, assinaram um manifesto, que foi encaminhado para o prefeito. O documento solicitava a reabertura gradativa das atividades em Maringá. Entre as entidades que assinaram o manifesto, está a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim) e os Sindicatos: da construção civil, das escolas particulares, bares, restaurantes, shoppings e sociedade rural (RPC MARINGÁ, 2020).

Essa mobilização aconteceu no Estádio Willie Davids, um estádio de futebol localizado no centro da cidade de Maringá. Esse espaço é muito conhecido pelos moradores da cidade, sendo um espaço onde ocorre a Feira do Produtor de Maringá, realizada às segundas, quartas e sábados no estacionamento do Estádio. É um espaço muito utilizado também para a prática de esportes, como por exemplo caminhar e andar de bicicleta. O Estádio Willie Davids foi o local mais utilizado para o início das carreatas que aconteceram na cidade pela comunidade escolar de escolas privadas.

A figura 12 a seguir apresenta os manifestantes em protesto no estacionamento do Estádio.

Figura 12 - Manifestantes em protesto contra o fechamento do comércio (26/03/2020)



Fonte: RPC Maringá (2020). Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/03/26/coronavirus-comerciantes-e-empresarios-fazem-buzinaco-em-protesto-contrafechamento-do-comercio-em-maringa.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Assim, percebe-se que na manifestação houve a prática organizativa de resistência. Essa prática está vinculada à negação e resistência resultante das demais práticas organizativas e é nela que se encontram as contradições e oposições (SARAIVA; VIEGAS, 2015). Essa manifestação foi uma forma que esse grupo encontrou para chamar a atenção do poder público para o seu pedido de reabertura do comércio na cidade.

Nessa relação contraditória, a prática espacial também está presente na apropriação do espaço urbano. A prática espacial de territorialização em sentido estrito, segundo Souza (2010), costuma ser ‘ruidosa’, acompanhada de protestos, apitaços, painéis, dentre outras, e ‘aberta’,

ou seja, conduzida publicamente. Nesse sentido, como um processo de dominação e apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, sendo sobretudo multiplicidade de poderes, incorporados por meio dos diversos atores sociais envolvidos, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência (HAESBAERT, 2007).

Dessa forma, as relações de poder, os conflitos de interesses entre segmentos da sociedade civil e o poder público municipal se afluavam na cidade de Maringá. Os territórios são construídos e desconstruídos pelos indivíduos ao apropriá-los por meio do poder (SOUZA, 2012). Isso pode ocorrer em uma cidade, em trechos de uma rua, em um prédio ocupado e nas mais diversas escalas e temporalidades (SOUZA, 2006). Assim, os atores sociais se apropriam espacialmente da cidade por meio das relações de poder, visto que o poder passa a existir entre os atores sociais quando eles agem juntos e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido (SOUZA, 2021).

Ademais, a organização cidade é constituída por diversos territórios, sendo campos de força, que só existem enquanto durarem as relações sociais (SOUZA, 2021). Conforme o autor, o território é, acima de tudo, o poder. Nesse sentido, a prática de territorialização destes manifestantes, segundo Souza (2021) é um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço. Dessa forma, a territorialização desses espaços representa as contradições e os conflitos dos atores sociais frente às medidas decretadas pelo poder público.

Nesse contexto, as práticas espaciais remetem a um certo grau de coesão social, que pode ser guiada em favor ou contra as formas de dominação do Estado (LEFEBVRE, 1981). A cidade passa a ser um campo de lutas, resistências e disputas, na qual os atores sociais atuam por meio das práticas espaciais de acordo com seus interesses. Assim, segundo Souza (2010), as práticas espaciais têm servido ora à dominação, ora à emancipação social, ou pelo menos à luta contra a heteronomia.

Segundo Viegas (2014), o poder público nos distintos âmbitos e esferas é o principal ator da prática planejar. No entanto, todos os demais atores sociourbanos também planejam a cidade, consciente e inconscientemente, pois agem direta ou indiretamente no espaço urbano. Nesse sentido, houve planejamento também por parte da comunidade escolar de escolas privadas.

O diretor do Colégio X (E18), explica como foi o planejamento da instituição logo no início quando publicaram o decreto n. 436/2020:

Então desde o início ali, em março, quando ficou bem evidente que seria necessário afastamento das aulas presenciais, nós montamos um comitê que tinha pessoas representando o colégio. Esse comitê fez algumas reuniões e já começou a desenhar os protocolos para o afastamento das aulas presenciais. Ali nós já definimos qual seriam as plataformas que nós utilizaríamos para as aulas remotas com os alunos, mesmo sem saber o tempo que iria durar isso, né.

A coordenadora pedagógica do Colégio Y (E3), comentou sobre o planejamento do colégio nesse período:

A partir do momento em que nós recebemos o decreto, que tinha que fechar a escola, isso foi numa quinta, e na semana seguinte nós tínhamos semana de trabalhos que eram realizados na escola. Então aproveitamos essa semana que seria dos trabalhos, já tínhamos encaminhado tudo para casa e na primeira semana eles foram realizando esses trabalhos em casa. Na semana seguinte já conseguimos montar uma plataforma de ensino e a mesma que nós estamos utilizando até hoje para que eles pudessem ter acesso direto à escola. Então era aula assim instantânea. E nem por isso as aulas pararam, continuamos com as aulas online tudo normal.

A coordenadora pedagógica do Colégio A (E1), explica como foi o planejamento da instituição: “Então, aqui, quando chegou o decreto, já começamos a pensar quais estratégias nós iríamos adotar em relação aos alunos. Então já desde a primeira semana nós deixamos as crianças com atividades. ” A Diretora do Colégio B (E4) relatou sobre o planejamento no Colégio:

Então assim, desde que se instalou a pandemia, eu criei um comitê envolvendo professores, funcionários, coordenadores e a direção daí na liderança do comitê. Cada passo que a gente dava era validado por esse comitê. Então eu estava na liderança, [...] então tudo que chegava de decreto, eu enquanto diretora passava para esses dois líderes do comitê. A gente sentava e pensava em possibilidades, convidava o comitê e a gente também fazia um brainstorming ali e dava sequência. A gente criou um protocolo interno por prédio.

Considerando a necessidade de planejamento em decorrência de um cenário pandêmico, a prefeitura anunciou o plano de contingência para a retomada das atividades presenciais com segurança. O plano de contingência estabelece medidas de prevenção, monitoramento e controle da Covid-19 nas instituições de ensino para o retorno das atividades escalonadas ou não presenciais (PREFEITURAM MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021). Nesse sentido, fez-se necessário a aplicação dos protocolos norteadores para realização da ação de retorno às aulas da rede Municipal de forma integrada, nos ditames da Secretaria Municipal de Saúde, e demais autoridades pertinentes (PREFEITURAM MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021).

O E17 relata sobre a criação do protocolo e as reuniões de planejamento para o retorno das aulas:

Desde o mês de março, logo que o governador assinou o primeiro decreto sobre a paralização das aulas, nós nos reunimos aqui diversas vezes com as autoridades municipais e nessas reuniões propusemos a criação de um protocolo e esse protocolo que deveria ser utilizado pelas escolas.

Alguns pais e/ou responsáveis pelos alunos desses Colégios planejavam algumas mobilizações na cidade por meio de grupo de WhatsApp: “Nos grupos dos pais do WhatsApp eles comentavam: “vai ter carreata, vamos lá!” E alguns pais iam sim, e outros diziam que não poderiam ir por causa do trabalho, mas que estavam torcendo.” (E19, pai de um aluno do Colégio A).

Assim, não só o poder público municipal expressou a prática organizativa “planejar”, mas também a comunidade escolar de escolas privadas. Os Colégios, as instituições de representação e os pais e/ou responsáveis pelos alunos também planejaram a cidade nesse contexto de Covid-19.

Com o Decreto n. 566/2020 de 18/04/20 teve a retomada gradual da economia na cidade de Maringá, porém continuou suspensas as aulas presenciais nas instituições públicas e privadas. Nesse período os Colégios particulares se organizaram com as aulas de forma remota por plataformas ou aplicativos online.

Um Comitê de Volta às Aulas, criado pelo Governo do Estado do Paraná, apresentou em julho de 2020 o projeto de retorno às aulas no estado. Em alguns sites de notícias e também programas de TV, foi informado sobre a manutenção das aulas online com aulas presenciais escalonadas a partir de setembro no Estado. No mês seguinte, na cidade de Maringá estava em vigor o Decreto n. 1057/2020 de 04/08/2020, que ampliou o horário de atendimento do comércio de rua e dos shoppings, retomando de forma gradual os serviços de organização de reuniões e celebrações.

Preocupados com o possível retorno, algumas entidades sindicais se reuniram contra a volta às aulas. Isso aconteceu em 07 de agosto de 2020 por meio de uma carreata na cidade. A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá (Sismmar), a APP-Sindicato, que representa servidores estaduais da educação, a Seção Sindical dos Docentes da UEM (Sesduem), o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (Sinteemar), a Coordenação Sindical Trabalhista de Maringá e Região (CST-Maringá) e outras entidades (SALDANHA, 2020). De maneira conjunta, a iniciativa teve início no Antigo Aeroporto, passando pelas principais ruas e avenidas da cidade. Além de participações em programas de TV, sites maringaenses de notícias repercutiram as informações.

Com o Decreto n. 1360/2020 de 15/09/20, foi autorizado esportes a partir de 01/10/2020, o toque de recolher passou a ser das 00h às 5h, e o funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes com atendimento presencial até às 23h (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ). Dessa forma, até o primeiro semestre de 2020, houve uma aceitação maior da comunidade escolar de escolas privadas frente aos decretos publicados pela prefeitura. Porém, no segundo semestre, aumentaram as manifestações solicitando o retorno às aulas presenciais.

Em 20 de setembro de 2020, ocorreu uma manifestação na praça da catedral de Maringá organizada pelos donos de escolas e por instituições de representação, solicitando às atividades presenciais de forma não obrigatória. Esse foi o primeiro contato com o campo. Nesse dia, montaram uma sala de aula simbólica em forma de protesto, na praça da Catedral de Maringá.

Nessa mobilização havia algumas pessoas vestidas de preto e gravando algumas reportagens também no local (DIÁRIO DE CAMPO, 20 DE SETEMBRO DE 2020), simbolizando o luto pela educação, conforme relata o E17: “levamos carteiras, bexigas pretas, que a gente estava de luto, né, da educação”.

As instituições de representação que tomaram frente para se organizarem, como forma de manifestar seus interesses mediante às ações do município. Enquanto práticas espaciais, na perspectiva de Souza (2010), tem destaque para a territorialização em sentido amplo, na qual regras espaciais impostas pelo Estado são desafiadas, mediante símbolos provocativos, sem a presença física duradoura dos manifestantes. Muitas vezes são práticas espaciais silenciosas (SOUZA, 2021), conforme apresenta a figura 13 a seguir.

Figura 13 - Mobilização na praça da Catedral de Maringá (20/09/2020)



Fonte: Acervo da autora (2020).

A E15 fala sobre os protestos que participou:

Muitos protestos, vários protestos, fizemos carreatas, passeatas, fizemos encontro lá na Catedral, várias entrevistas para as mídias, várias *lives*. Por isso que o sindicato ficou até mais conhecido, mais do que já era. Houve uma união de forças, uma união de interesses, esqueceu-se da concorrência, esqueceu-se das desavenças pessoais e todo mundo em prol da educação. A sociedade civil é muito bonita né quando ela quer ela se une e ela faz acontecer. Então mesmo com o sindicato à frente, houve a organização dessas pessoas. Então, assim, havia o interesse, a vontade de se fazer, aí algumas escolas falavam e aí a gente mobiliza as outras, sempre deixando democraticamente a critério daquela que quisesse participar. Mas nós íamos em nome do sindicato.

As práticas espaciais são ações que colaboram para garantir diversos projetos e meios que objetivam a gestão do território (CORRÊA,1995). Dessa forma, segundo o autor, as práticas espaciais são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam o espaço. Ainda, são ações que têm por resultado certa configuração no espaço ou, como afirma Souza (2010), são práticas sociais densas de espacialidade.

A comunidade escolar de escolas privadas expressou nessa mobilização a prática organizativa de resistência, contra as medidas decretadas de suspensão das aulas presenciais

pelo poder público municipal. Nesse sentido, existem diferentes formas, níveis e dimensões de resistência, e cada uma decorre dos diversos conflitos e contradições sociais (VIEGAS, 2014).

A E14 relata que o Colégio Z também participou do protesto que aconteceu na praça da Catedral e demonstra a resistência ao decreto n. 1360/2020, na qual foi liberado o funcionamento presencial de alguns estabelecimentos como bares, restaurantes e lanchonetes:

Olha, nós chegamos a fazer um com outras escolas também e foi ali na praça da Catedral. Porque assim a escola a gente vê assim né, é que começaram a abrir lugares, então vamos aqui pode, ele pode e porque não a escola? A escola é o lugar que eles estão mais protegidos. Então quando a gente participou desse protesto a gente participava com toda a segurança conhecendo o perfil dos nossos alunos, a nossa prática pedagógica aqui dentro da escola também. Nós somos os adultos da relação, então a partir do momento que você orienta o aluno que você explica o porquê, que eles estão numa fase, sejam crianças, adolescentes, a partir do momento que você explica o motivo tudo se torna mais fácil né. Porque eles são indivíduos participantes de todo esse processo, eles são os principais interessados de todo esse processo. Então nós participamos desse protesto para que retornasse às aulas presenciais.

Em relação a prática organizativa “representar”, também foi expressa pela comunidade escolar de escolas privadas em suas mobilizações. Essa sala de aula simbólica montada na catedral foi uma forma de representar o luto pela educação na cidade nesse período de pandemia em que as aulas presenciais ainda estavam suspensas. Além disso, os decretos anunciados pelo poder público municipal também foi uma prática organizativa de representação.

Segundo Viegas (2014), cada ator sociourbano tem uma representação da cidade, entretanto a mídia exerce forte influência de representação por meio dos veículos de massa que tendem a legitimar, reforçar ou arrefecer uma imagem criada por si ou pelos outros atores. O diretor do Colégio X (E18), comenta sobre as redes sociais do Colégio:

A gente considera que a rede social ela não atende apenas a nossa comunidade, né. Então, a gente utilizou redes sociais para passar algumas informações mais amplas né sobre a instituição, eventos que estavam acontecendo e alguns movimentos. A gente utilizou muito o e-mail na comunicação com as famílias, mas entendendo que o WhatsApp teve uma força muito grande nessa pandemia e passamos a usar muito o WhatsApp também na comunicação né, acaba tendo um acesso mais direto.

Conforme Viegas e Saraiva (2015), um dos mecanismos de representação contempla os sistemas de linguagem e comunicação (visual, escrita, oral). As divulgações dos protestos na cidade aconteciam por redes sociais e WhatsApp da comunidade escolar de escolas privadas. Pelas redes sociais, também haviam muitos conflitos e contradições de pais a favor e outros contra o retorno às aulas, conforme explicou a E16:

Todos os meios de comunicação possível foram utilizados, foram bastante pais e o que eu percebi também é que alguns pais é, tinham medo de se expor por conta das brigas que começou acontecer nas redes sociais. É como se o pai que não quisesse julgava o pai que queria e que precisava. Então, o julgamento era assim: “Nossa você não tem amor pelo seu filho”. “Nossa você vai colocar o seu filho em perigo”. Nas redes sociais, nossa deu muita briga, e é justamente porque a gente percebia que aquele pai que não queria e que era contra, julgava e condenava aquele que queria e que precisa. Sendo que cada um tem que ter a sua liberdade de escolha. Eu preciso, meu filho necessita, então neste momento mesmo correndo um risco eu preciso dar continuidade no problema né, no atendimento dele. As necessidades são diferentes, são diferentes e pronto acabou.

A resistência, segundo Souza (2010), é frequentemente exercida mediante processos de territorialização, controle e ocupação do espaço. No entanto, outras formas de resistências também ocorreram. A comunidade escolar de escolas privadas, na entrevista acima, estava ocupando o espaço virtual. Assim, a resistência está presente não só no plano real, mas também no plano virtual. É por meio das redes sociais, por exemplo, Instagram, Facebook e WhatsApp, que aconteciam as divulgações das mobilizações da comunidade escolar de escolas privadas. Uma forma de resistência expressa pelo espaço virtual.

As contradições, conflitos e resistência estavam presentes também nos grupos de WhatsApp da comunidade escolar de escolas privadas. O pai de um aluno do Colégio A (E19), comenta sobre isso: “nossos grupos foram multados, então, somente os administradores do grupo da escola passaram a mandar mensagens para que os pais não se manifestassem lá”.

A coordenadora do Colégio A (E1), comentou sobre a organização do grupo para a comunicação com os pais e explica que teve conflitos de opiniões diferentes:

Então, nós formamos um grupo de pais para cada turma e estava todos os professores. Então ali a gente conversava, tirava dúvidas, esse tipo de coisa. Mas foi bem conflituoso. Alguns pediram o retorno, ou achava que a professora dava pouca atenção, então foi muito difícil. Depois continuamos com o grupo, mas só os professores colocavam os recados. Porque tinha mães com opiniões diferente e elas ficavam discutindo entre elas. Os recados se perdiam e uma parte falava: “eu não vi o recado”. Porque tinha outras conversas perdidas né. Então optamos que só os administradores poderiam mandar os recados. Aí quando o pai tinha alguma coisa mandava no particular para a professora. Às vezes algum pai ligava, mas a maioria é pelo WhatsApp, que é rápido né.

Esses conflitos eram decorrentes de opiniões contrárias entre pais que optavam pelo retorno e os pais que não queriam o retorno às aulas presenciais. Esse trecho destacou as diferentes percepções dos pais de alunos vinculados ao colégio, bem como as relações de poder envolvidas. Assim, é possível perceber que até mesmo nos grupos de WhatsApp da comunidade escolar de escolas privadas se expressavam a prática organizativa de resistência.

No trecho a seguir, é possível identificar os conflitos e contradições da comunidade escolar de escolas privadas:

No grupo de WhatsApp fervia pais metendo a boca na escola, mas nenhuma escola estava preparada para essa realidade né. O WhatsApp fervia, os pais metiam a boca porque queria que mantivesse a aula online sem pagar nada, tinham mil propostas. Eles falavam que estavam tipo sendo lesado, gente, mas todo mundo estava sendo lesado nessa pandemia. E não era assim, um ou dois, eram todos. E não era uma pessoa assim, que você sabia que estava sendo prejudicada e que ela não tinha dinheiro para pagar sabe (E5, MÃE DE UM ALUNO DO COLÉGIO B).

Assim, a educação se torna mercadoria, uma troca econômica em que se paga por um serviço e que se espera que este seja prestado da forma em que foi contratado. Nesse sentido, a educação pela comunidade escolar de escolas privadas é vista como uma transação econômica, sendo uma especificidade de escolas privadas. Com a suspensão das aulas presenciais e com as aulas somente na modalidade remota, foi um dos fatores que contribuíram para a redução do número de matrículas nos colégios privados nesse período de pandemia.

No mês seguinte, em 08 de outubro de 2020, pais de alunos de escolas particulares realizaram uma carreata solicitando a retomada das atividades educacionais de forma facultativa.

Segundo Souza (2010), a maior parte das formas de protesto explícitas são ruidosas em algum sentido, na qual os atores sociais manifestam seu descontentamento de forma barulhenta. É o que aconteceu com as carreatas realizadas na cidade pela comunidade escolar de escolas privadas, que na perspectiva de SOUZA (2021) são práticas de territorialização em sentido estrito, com a apropriação e controle do espaço, por meio da presença física dos atores e conduzidas publicamente. Assim, as práticas espaciais constituem, com muita frequência, uma realidade fluida, como por exemplo, uma mesma prática pode combinar aspectos “ruidosos” e “silenciosos” (SOUZA, 2010), o que caracteriza também uma prática de territorialização em sentido amplo, como é o caso desta manifestação e de outras expressas pela comunidade escolar de escolas privadas.

Em relação às práticas organizativas, a comunidade escolar de escolas privadas expressou as práticas de planejamento pelas redes sociais, de organização, representação e resistência. A figura 14 apresenta a carreata que ocorreu no dia 8 de outubro com o mesmo objetivo para a volta às aulas presenciais.

Figura 14 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (08/10/2020)



Fonte: Acervo da autora (2020).

O pai de um aluno do Colégio A (E19), disse que não participou dos protestos, mas que outros pais de alunos dessa instituição participaram:

Não participei dos protestos porque sou dono de escola e eu evitei ter esse desconforto com a gestão pública na nossa cidade. Minha opinião era favorável ao retorno. Eu vi pais andando com carros e postando fotos nos grupos com bexiga e também um encontro que houve na catedral. Então os pais queriam o retorno sim da escola. Queriam que voltassem, o filho não estava rendendo, não estava desenvolvendo as atividades de forma produtiva, muitos perdiam completamente a noção de rotina, e voltaram a se comportar como seis anos atrás, alguns comentavam.

Contudo, apenas em 19 de outubro de 2020, a Secretaria da Educação do Paraná autorizou o retorno gradativo das atividades extracurriculares presenciais em todo o estado, sem prejuízo à continuidade das atividades de aulas não presenciais em andamento (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ). Essa autorização foi para as instituições das redes estaduais, municipais e privadas.

O diretor do Colégio X (E18), fala sobre a autorização das atividades extracurriculares e sobre como o colégio se organizou em outubro de 2020:

Até meados de outubro do ano passado [2020] quando tivemos autorização para retomar as aulas de reforço, logo que o governo do estado autorizou, nós voltamos a atender presencialmente os alunos com aulas de reforço para todas as séries. Tínhamos dias e horários específicos, os alunos tinham que se inscrever para participar, para que a gente pudesse ter um controle do número de alunos com distanciamento e tudo mais. E assim, nós conseguimos no final do ano passado entre outubro e novembro já testar

um pouco das nossas medidas de cuidado aqui na escola, a questão de medição de temperatura, distanciamento, higienização, os cuidados com os professores e na sequência nós é no início deste ano de 2021 já passamos a receber os alunos presencialmente né.

Sendo assim, no ano de 2020, houve a autorização apenas das atividades extracurriculares. Os pais e responsáveis pelos alunos tiveram que se organizar em casa nesse período em que as aulas estavam acontecendo de forma remota.

A mãe de um aluno do Colégio Y (E6), comentou sobre as dificuldades de adaptação ao ensino remoto: “o meu filho não se adaptou ao ensino remoto o ano passado. Ele regrediu muito na escola, o rendimento caiu bastante então é um dos fatores também que me fez decidir né, optar pela volta do presencial. Foi por conta dele mesmo”.

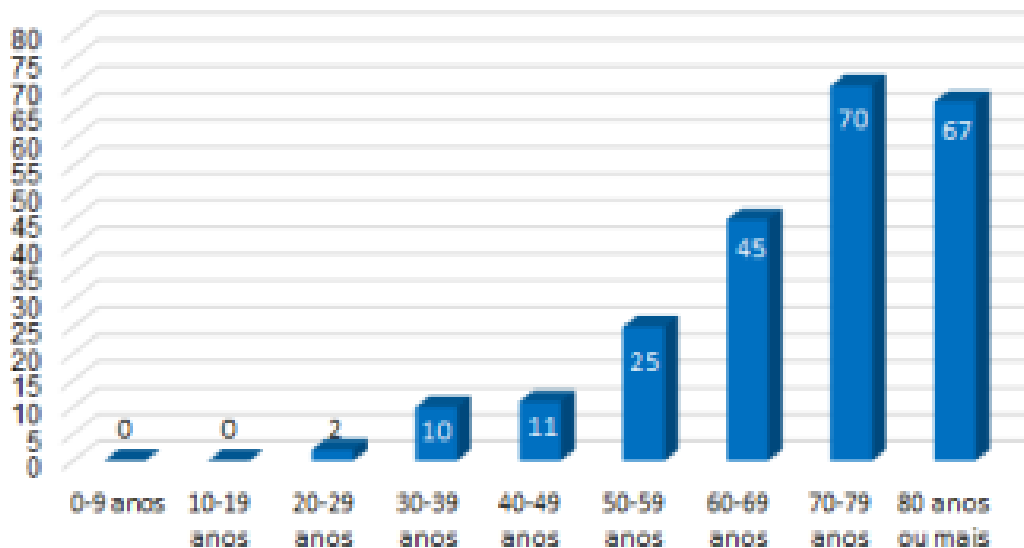
Nesse sentido, houve dificuldades dos alunos com as aulas na modalidade remota, conforme relata o E19: “ Não era igual sabe, porque ele conseguia perder um pouco o foco né, e eu lembro que alguns amiguinhos ainda ficaram de castigo, durante as aulas os alunos ficavam assistindo vídeo pelo YouTube no celular. ” A E9 também comentou sobre as dificuldades de sua filha: “vários momentos, um incômodo muito grande da parte dela em relação aos coleguinhas, que ficava fazendo bagunça, que deixava o microfone aberto, que enfim, ela se incomodava demais e isso acabava também gerando um estresse. ” A E7 relatou que seu filho não conseguia se concentrar com as aulas remotas: “Vimos que ele não conseguia absorver porque ele não conseguia se concentrar, não tinha interação. ” Esses pais se mostraram favoráveis ao retorno das aulas presenciais considerando todas as dificuldades encontradas nesse período de pandemia.

No dia 15/10/2020 com o Decreto municipal n. 1572/2020 foi autorizado o funcionamento de shoppings centers e prestadores de serviços. Até o final do mês de outubro de 2020, cerca de 16 mil estudantes do estado do Paraná migraram para a rede pública estadual desde o início da pandemia do Covid-19 (SCORTECCI, 2020). Ainda segundo a autora, o número é da Secretaria de Estado da Educação (Seed) e inclui alunos que vieram de escolas particulares e de instituições de outros estados, sendo alunos de Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular, Integrado e Normal/Magistério (SCORTECCI, 2020). Dentre os motivos das transferências de alunos de escolas particulares para a rede pública, alegados pelos pais ouvidos pela reportagem do Bem Paraná, estão o desemprego, a crise financeira, mas também a qualidade do ensino online oferecido pelas escolas particulares durante a pandemia (RITZ, 2020).

Com o número de casos de Covid-19 aumentando, em novembro de 2020, as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas, na cidade de Maringá, continuaram suspensas desde o dia 20 de março. O aumento do número de casos de Covid-19 em novembro reproduziu a tendência verificada em diversas cidades do Brasil e do mundo (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2020). O relaxamento em relação aos protocolos de prevenção, como o descaso com o uso de máscaras e aglomerações, está entre os fatores que explicam a ascensão de casos (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2020).

As medidas impostas pela prefeitura do município de Maringá eram para evitar a propagação e também as mortes devido à Covid-19. No entanto, mesmo com as ações da prefeitura, ocorreram muitos óbitos na cidade, como mostra o Gráfico 2 a seguir (números acumulados).

Gráfico 2 - Número de óbitos por Covid-19 em Maringá segundo a faixa etária (16/03/20 à 08/12/20)



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá. Boletim Epidemiológico n. 22. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/29d73ccbfb26.pdf>>.

Até o dia 8 de dezembro de 2020, o município de Maringá apresentava 230 óbitos por Covid-19. Conforme dados divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde (Boletim epidemiológico n. 22), até o dia 8 de dezembro, a faixa etária entre 30 e 59 anos correspondeu 20% das mortes, e indivíduos acima de 60 anos, 79,1% dos óbitos. Já a faixa etária de 0 a 19 anos sem nenhum óbito, e de 20 a 29 anos, 2 óbitos. Dessa forma, novos decretos eram anunciados, regulamentando o funcionamento de todos os setores da cidade, seja do poder público ou privado.

Já em 2021, nos meses de janeiro e início de fevereiro, o número de casos por Covid-19 foi reduzido em comparação com os números apresentados em novembro e dezembro de 2020. Nesse contexto, a Prefeitura de Maringá começou a flexibilizar os decretos e liberar novamente diversas atividades. Com o Decreto n. 195/2021 de 11/01/2021, o toque de recolher passou a ser das 23h às 5h; os templos religiosos passam a funcionar com cerimônias presenciais com até 50% da capacidade do local; ficam liberadas as atividades com brinquedos em espaços infantis desde que garantida a higienização após cada uso; e os cinemas são autorizados a funcionar dentro das regras impostas pelo decreto (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021).

Porém, alguns dias depois, medidas mais restritivas foram tomadas para conter o novo avanço do vírus. Com isso, houve mais mobilizações para o retorno às aulas presenciais. No dia 16 de janeiro de 2021, teve uma carreata organizada pelo movimento Apoie sua Escola, solicitando a volta das aulas presenciais. O movimento uniu pais, escolas, professores e demais profissionais pelo retorno às atividades escolares. As divulgações foram feitas por meio das redes sociais do movimento, que incentivou a participação de várias cidades, colocando como título “Carreata nacional pela educação”.

Em Maringá, o movimento aconteceu no Estádio Willie Davids e percorreu as ruas do centro da cidade. O E17 reforça que as crianças e adolescentes precisam do convívio social e comenta sobre essas mobilizações:

As manifestações mesmo vieram de pais, muitos eram pais com alto nível de instrução, que liam artigos em inglês, artigos brasileiros, que mostravam né que poderia ter o retorno às aulas, desde que tivessem os protocolos rigorosos. Nós tínhamos ali empresários, jornalistas, né, nós tínhamos médicos, psicólogos, entre os médicos, psiquiatras, que estavam favoráveis ao retorno.

A Figura 15 a seguir mostra a carreata solicitando a volta às aulas no Estádio Willie Davids em Maringá.

Figura 15 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (16/01/21)



Fonte: TRISTÃO, L./CBN Maringá (2021). Disponível em: <<https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/carreata-pede-volta-as-aulas-em-maringa-1>>.

Nessa mobilização de nível nacional, utilizando a tipologia de Souza (2010), é possível identificar a prática espacial em sentido estrito, com a apropriação e controle do espaço por meio da presença física da comunidade escolar de escolas privadas, a territorialização em sentido amplo e também a prática espacial de construção de redes espaciais em que há estratégias multiescolares integrando várias experiências de resistência local ou regional, o que permite alcançar sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos (SOUZA, 2010). Assim, segundo o autor, essas práticas espaciais contribuem para uma reflexão acerca das possibilidades, das fraquezas, dos limites, das contradições e da legitimidade dessas manifestações de resistência.

A coordenadora do Colégio A (E1), relata que ficou sabendo de carreatas de pais de alunos deste Colégio e também comenta sobre a pandemia no final de 2020 e início de 2021:

Eu soube que teve algumas carreatas de pais pedindo para voltar, assim como tinha os que não queriam que voltasse. Apesar que eu acho que estava mais tranquilo ano passado em 2020 do que esse ano, no começo do ano. Final do ano passado e começo do ano parece que a coisa piorou. Então quando todo mundo pediu para voltar era a época que estava pior a pandemia. Era tudo muito incerto, difícil de tomar uma decisão, era bem complicado mesmo.

Dessa forma, percebe-se que, no ano de 2021, as práticas de resistência continuaram a se expressar pela cidade por meio da comunidade escolar de escolas privadas. Como já estava há um ano sem aula, os movimentos pareciam ganhar mais força. O E17 explica o objetivo dos protestos:

Então, o que a gente buscava é: vamos voltar às nossas atividades presenciais. Seguindo o protocolo de segurança, seguindo o que determina a organização mundial da saúde. Nós já sabemos que precisamos manter distanciamento, lavar as mãos constantemente com água e sabão, ou na ausência utilizar álcool em gel e usar máscara. Pronto, vamos fazer isso. Vamos também sair da sala de aula quadradinha ou retangular e vamos para uma área livre, onde na área livre as crianças poderão ter atividades, sempre com revezamento, sempre mantendo o distanciamento, mas elas precisam ter o contato com os colegas né. E essa foi sempre a nossa briga. Então nós tivemos reuniões, dezenas de reuniões, tivemos passeatas, carreatas, tivemos entrada de ação na justiça.

No dia 20 de janeiro de 2021, o governador do Estado do Paraná assinou o decreto n. 6.637 autorizando o retorno às aulas presenciais nas escolas públicas e privadas do Paraná. Esse decreto estipulou que as instituições de ensino precisam cumprir as recomendações da Secretaria Estadual da Saúde (Sesa), na resolução 632/2020, que determina a necessidade do distanciamento social, a limpeza e desinfecção dos espaços, a higiene recorrente das mãos e o uso constante de máscara (MANGANARO, 2021).

Em conformidade com o decreto Estadual, a prefeitura de Maringá publicou o Decreto n. 354/2021, no dia 25 de janeiro de 2021, autorizando a retomada das aulas presenciais. Algumas escolas particulares de Maringá iniciaram o ano letivo com suas aulas presenciais no dia 1 de fevereiro de 2021. Dessa forma, os estabelecimentos de ensino tiveram que seguir os protocolos de vigilância sanitária e as salas de aula foram medidas para formar as turmas de acordo com a capacidade.

Com o retorno às aulas presenciais, alguns colégios já estavam preparados para receber os alunos. O Colégio Z investiu na readequação de sua estrutura física, inclusive instalando um túnel de desinfecção no acesso ao Colégio, na qual o produto vaporizado tem eficácia contra microrganismos. A E14 (Colégio Z), comentou sobre o túnel e outros investimentos feitos pela instituição:

A escola adquiriu o túnel de desinfecção então todos os alunos passavam ali pelo túnel todos os dias, funcionários, professores, todos. Nós começamos né utilizando aí o computador e a webcam só que depois chegou ao nosso conhecimento o robô, o robô educart, que ele dá assim a sensação do aluno estar na sala de aula, mesmo estando em casa. É um equipamento de alta tecnologia, fizemos a compra então cada sala de aula tem o robô, então é uma tecnologia assim de ponta sabe. Ele faz reconhecimento facial do professor e conforme o professor vai dando a aula e vai ali andando, usando o quadro, a Câmera do robô vai acompanhando né. Isso facilitou bastante, a interação também dos alunos que estão em casa com os alunos aqui da escola é só a gente virar o robô que eles conseguem se ver, conseguem conversar.

A Figura 16 abaixo mostra o túnel de desinfecção, logo na entrada do colégio Z.

Figura 16 - Entrada no colégio Z no início do ano letivo em Maringá (18/02/21)



Fonte: Acervo da autora (2021).

Além do túnel de desinfecção também havia fitas adesivas em vermelho no chão para manter o distanciamento entre as pessoas. Com o início das aulas, os colégios particulares que retomaram suas atividades presenciais na cidade de Maringá faziam a medição de temperatura e o uso de álcool nas mãos dos alunos logo na entrada dos estabelecimentos. A E14 relatou que a maioria dos alunos do Colégio Z queriam voltar para o presencial e a instituição teve que se organizar para recebê-los:

No primeiro momento foi necessário escalonamento porque muitos alunos queriam retornar de forma presencial, mas tinha que ter um distanciamento dentro de sala. Então a gente respeitou muito certinho o distanciamento de 1 metro e meio. Então aqueles alunos que queriam vir para a escola de forma presencial a gente foi fazendo esses escalonamentos, esse rodízio tá, e a gente trabalhou de uma forma que eu acredito que muitas escolas não trabalharam assim. A gente trabalhou com um total de sala, então ficava em casa aquele aluno que era excedente na sala, então por exemplo, se com o distanciamento de 1 metro e meio cabia 20 alunos, a gente trazia 20 alunos e se a turma tinha 25 alunos, 5 ficavam em casa. Então a gente ia fazendo esse rodízio com esses 5 que ficaram em casa. Isso para que eles pudessem estar aqui mais vezes no presencial.

O Colégio B também seguiu um protocolo de segurança para o retorno às aulas em 01 de fevereiro de 2021. Utilizou tanto o álcool gel nas mãos dos alunos na entrada do Colégio quanto a aferição da temperatura. Foi feita a verificação do uso de máscara, a higienização das mochilas com álcool 70%, a limpeza dos sapatos em tapete desinfetante, seguindo o protocolo

de entrada da instituição. Se a temperatura corporal do aluno estivesse acima de 37.1 graus, seguia com o protocolo de dispensa do aluno. Abaixo, a figura 17 mostra a entrada do Colégio B utilizando o protocolo.

Figura 17 - Entrada no colégio B no início do ano letivo em Maringá (18/02/21)



Fonte: Acervo da autora (2021).

Assim, foi possível identificar a prática de organização das escolas particulares para o retorno às aulas presenciais na cidade, com início no dia 1 de fevereiro de 2021 para as escolas particulares. No Colégio B, por exemplo, a Diretora do Colégio (E4) explicou toda a organização para a volta às aulas:

Lá no início, nos organizamos para ver o que a gente ia fazer com os bebedouros, era tudo de mãozinha, daí a gente fez uma cotação, o comitê se dividiu fizeram a cotação e a gente instalou aqueles pedalzinho. Então todas essas decisões de protocolo, de organização, de tecnologia eram analisadas por esse time do protocolo. Aí o comitê definia e em reunião a gente passa para os gestores, aí os gestores multiplicam para os funcionários e professores.

A figura 18, a seguir, mostra o bebedouro de pedal, instalado no Colégio B, conforme mencionado acima pela Diretora do Colégio. Cada estudante levava a sua respectiva garrafinha e enchia no bebedouro de acordo com a necessidade (DIÁRIO DE CAMPO, 22 DE NOVEMBRO DE 2021).

Figura 18 – Investimentos na estrutura do Colégio B



Acervo da autora (2021).

Na figura acima, nas paredes, também é possível identificar as imagens demonstrando as formas de cumprimento, como medida de segurança para os alunos desse colégio.

Segundo Viegas (2014), todos os atores organizam a cidade, geralmente, de acordo com certos objetivos, interesses, necessidades e, principalmente, segundo as relações de poder. Então, a partir das medidas decretadas pela Prefeitura, os colégios e os pais de alunos tiveram que se organizar no contexto de pandemia. A prática “organizar” está relacionada às atividades de ordenamento, conformação ou estruturação da cidade (VIEGAS, 2014). Nesse período, a comunidade escolar de escolas privadas estava se organizando para cumprir as normas estabelecidas no decreto municipal. A diretora do Colégio B (E4), relata sobre o cumprimento dos decretos:

Para o retorno às aulas presenciais, a gente seguia as resoluções do Estado e os decretos municipais. As famílias elas têm um vínculo muito próximo conosco, e como nós fomos rápidos em organização, eles sabiam que o nosso interesse era voltar o mais rápido possível né. Tanto é que fizemos um investimento muito grande em tecnologia, mais de 50.000 mil na época para a transmissão das aulas online. Eu entendo que as escolas privadas estão bem organizadas até pelos recursos que tem a mais né. O que eu sinto muito é pelas outras crianças das escolas públicas porque embora isso vai ser recuperado mas o tempo vai ser maior e que o prejudicado serão as crianças mesmo.

Assim, foi possível identificar como o Colégio B também se organizou, seguindo o seu protocolo de segurança que, de acordo com a diretora, quem criava os protocolos eram os próprios colégios: “eu já tinha o protocolo pronto porque a gente tem esse comitê e a gente analisava diariamente. Cada escola teve seu protocolo, não teve um pronto do Sinepe para nós” (E4 - DIRETORA DO COLÉGIO B). A E4 também comentou sobre como eram as articulações com o Sinepe e a prefeitura, demonstrando como este Colégio estava presente nas negociações com o poder público municipal:

O Sinepe, na verdade, tem uma advogada que vai ajudando em tudo, então, por exemplo, saiu uma resolução que eles mandavam, às vezes a gente se reunia e discutia. Então eu tinha essa orientação lá e mais a orientação aqui do grupo de colégio. Mas existe reunião praticamente quinzenal via Sinepe da diretoria e a gente também tem um grupo da diretoria e isso era bem rápido. Eu faço parte da diretoria do Sinep, então a gente se reuniu muitas vezes para tentar se ajudar. Eu participei representando o Sinepe na prefeitura porque eles queriam voltar e queriam saber, entender o protocolo, e eu como diretora estive lá na prefeitura 3 vezes em reunião, representando a educação básica e falando um pouquinho dos segmentos na educação infantil e fundamental anos iniciais e anos finais. Então eu trazia um pouquinho de como que a gente organizou nosso protocolo.

Haviam adesivos em painéis do lado das salas de aula do Colégio B com algumas medidas a serem seguidas, de acordo com o protocolo de segurança da instituição, como o uso de máscaras, distanciamento e uso de álcool em gel (DIÁRIO DE CAMPO, 22 DE NOVEMBRO DE 2021). Nas salas de aula do Colégio B, também foi possível observar o álcool em gel para a higienização das mãos, conforme apresenta a Figura 19 a seguir.

Figura 19 – Organização da sala de aula do Colégio B



Acervo da autora (2021).

De acordo com o E17, as escolas particulares se prepararam para adequar as estruturas e para ter condições para receber os alunos presencialmente:

O que a gente aprendeu também é que temos que investir muito em tecnologia em nossa instituição de ensino. Então a gente investiu muito. Eu tenho 53 salas de aulas em minha instituição, eu tenho 53 câmeras, eu tenho 53 microfones. Eu já tinha ar condicionado, data show, já tinha computador e impressora. Então a gente investiu muito. A gente sabia que a pandemia ia trazer e trouxe ensinamentos para a educação, ela tem que avançar. Hoje o aluno se ele quer verificar se o que o professor está falando é verdadeiro ele vai aqui e em um minuto ele fala olha professor o que você está falando está certo, o que você está falando está errado. Esse artigo aqui está falando diferente.

A retomada das atividades curriculares e extracurriculares nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná foram autorizadas por meio da Resolução n. 98, de 03 de fevereiro de 2021, da Secretaria de Estado da Saúde. Contudo, a retomada das atividades presenciais não interrompeu a realização das atividades de modalidade remota, as quais tiveram que continuar sendo disponibilizadas aos estudantes (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2021).

Assim, as instituições de ensino que optaram por retomar as atividades presenciais tiveram que elaborar um Protocolo de Biossegurança, contemplando medidas de contingência para o enfrentamento da Covid-19, prevendo de forma clara a adoção de modelo de ensino híbrido, aulas presenciais e remotas simultâneas, com o objetivo de diminuir a circulação simultânea de pessoas da comunidade escolar (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2021). Nesse sentido, o retorno presencial no início de 2021 foi facultativo à adesão e concordância dos pais e/ou responsáveis.

Com isso, a prática “organizar” foi expressa também pelas instituições de representação, para a volta às aulas presenciais nesse contexto de pandemia na cidade. A E15 relata como as instituições de representação se organizaram: “Nós fizemos um grupo de estudos para que a gente pudesse ter parâmetros para fazer as negociações para a volta às aulas e aí mediante esses estudos a gente ia fazendo as reuniões e fazendo as negociações e foram muitas. ”

Os pais e/ou responsáveis dos alunos precisaram se reorganizar nesse período. A mãe de uma aluna do Colégio X (E10), comentou como foi essa organização em casa e também a organização do Colégio X:

Por parte da escola assim essa rapidez em agilizar mesmo o processo deles, organizar, é que foi muito bom né, porque enquanto nós vimos escolas que ficaram se debatendo por muito tempo para conseguir se organizar, o que assim que a gente

admira muito mesmo é a forma como eles fizeram essa organização, de turmas mesmo. Em 2020 ficou totalmente online. Nos 30, 40 primeiros dias que foi mais complicado né, até porque a professora também não tinha conhecimento de tecnologia e não podia fazer da escola, elas faziam de casa mesmo aquela coisa bem né caseirona mesmo e aí tinham aquelas que se davam melhores, tinha um conhecimento maior e que já estavam ambientadas com os recursos tecnológicos né, mas tinha outras que sofreram bastante. E eu tive todo aquele problema de adaptação em casa, porque ela não conseguia se concentrar.

A mãe de uma aluna do Colégio A (E2), também comentou sobre a organização dos estudos na modalidade remota:

Na verdade, a gente não tinha computador né, tive que comprar um computador, notebook para ela estudar, porque até então fazia pelo celular mas é muito difícil a tela é pequena né não é a mesma coisa. Ai assim, eu ficava no quarto que eu faço de escritório, trabalhando e ela fazia as aulas na cozinha. A dificuldade era que qualquer coisa ao invés dela perguntar para professora, ela achava mais fácil ela vir da cozinha no quarto perguntar para mim. Aí eu falei: “filha você está na escola, esquece que você está em casa, você tem que falar com a professora”. Às vezes ela ficava até meia com vergonha de ficar chamando a professora, então ela achava mais fácil vim me perguntar. Então assim, o difícil é essa questão assim de em casa separar as coisas entendeu, em casa é meio difícil separar isso.

O E17 comentou sobre as dificuldades dos alunos depois de um tempo sem aula presencial:

E a gente observou muito quando as crianças voltaram, um calor danado aqui de Maringá, a gente observou que alguns alunos vinham com capuz, moletom fechado e capuz e a gente já imaginava o que seria. Então nós fomos aos poucos chegando nesses alunos e nós descobrimos o que as famílias não descobriram, ou seja, as crianças estavam se cortando. Então tinha jovens cortando aqui no braço, cortando aqui nos mamilos, nas virilhas, e é assim é esse autoflagelo é devido a problemas psicológicos. Eles estavam isolados, não podiam conversar com os amigos, brincar, não podiam nada, eles foram fechados, isso tinha muitas explicações né.

A coordenadora do Colégio A (E1), explica também sobre as dificuldades dos alunos em 2021 para retornar as aulas presenciais: “Tem crianças que estão em tratamento, tenho duas em tratamento psicológico porque não conseguem retornar, não conseguem ir em espaços que tem muita gente e tem crises de ansiedade.” A mãe de uma aluna do Colégio X (E8), relatou os problemas que teve com a aula remota: “Pelo uso constante de computador, de tela, ela adquiriu miopia e foi assim um grau alto para quem não tinha nada. Foi uma consequência de uso de tela em excesso.”

Nesse retorno das aulas presenciais nos Colégios particulares da cidade no início de 2021, foram identificadas algumas dificuldades nos alunos, conforme os relatos das entrevistas,

como ansiedade, problemas psicológicos, de socialização, além dos prejuízos com aprendizagem pela dificuldade de adaptação com a modalidade remota. A E16 relata sobre isso:

O aprendizado foi prejudicado, crianças muito mais agitadas, crianças com dificuldade de concentração, que elas foram inseridas na tela, os pais precisou usar isso. Então a utilização das telas que a família acabou utilizando nesse período, trouxe um problema muito grande para o desenvolvimento das crianças. O que eu observo com as professoras é problemas de concentração, agitação, socialização, porque criança a gente ensina ser social, e se ela fica só no cantinho dela, como ela vai ser social? E atraso de fala, são os problemas que mais visualizo nesse retorno.

Para amenizar a propagação do vírus na cidade, devido ao aumento do número de casos confirmados e também de óbitos no final do mês de fevereiro de 2021, a prefeitura anunciou novos decretos. Assim, no dia 22 de fevereiro de 2021, é anunciado o decreto n. 546/2021, que suspende as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas a partir de 24 de fevereiro de 2021 (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021). Nesse período somente às instituições de ensino privadas estavam funcionando presencialmente.

Com essas ações decretadas pela prefeitura, houve mais mobilizações na área da Educação. Um dia após a publicação do decreto n. 546/2021, servidores e a população contrários ao retorno às aulas presenciais não seguras, realizaram protesto em frente à Câmara Municipal. A presidente do Sismmar defendeu a manutenção das aulas remotas e pediu que os vereadores rejeitassem o projeto que torna as atividades da Educação essenciais na cidade (SISMMAR, 2021). Após rápida mobilização da categoria da Educação e do SISMMAR, nesse dia, a Câmara de Maringá retirou de pauta o Projeto de Lei que prevê a classificação da educação municipal como serviço essencial (SISMMAR, 2021). A figura 20 mostra os servidores e população contrários ao retorno às aulas presenciais em protesto em frente à Câmara Municipal.

Figura 20 - Mobilização na Câmara Municipal de Maringá contra o retorno às aulas presenciais (23/02/21)



Fonte: GOMES, M. Sismmar (2021). Disponível em: <<https://www.sismmarmaringa.com.br/arquivos/24999>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Os manifestantes, representantes da categoria de trabalhadores, disseram que a aprovação do projeto de lei que coloca a Educação como essencial tem por objetivo obrigar os professores e servidores públicos da Educação a retornarem ao trabalho mesmo sem serem vacinados (O FATO MARINGÁ, 2021).

A mãe de um aluno do Colégio B (E5) e professora de escola pública, apresenta a sua opinião:

Como professora, digo que a escola pública não se preparou para voltar. Esse atraso de ter voltado só depois de julho não foi só por medida de segurança não, eles não estavam preparados sabe. Quando a gente retornou em janeiro que eles falaram que ia voltar, não tinha nada preparado, não tinha nem álcool em gel de pedal quando voltamos lá em fevereiro. Do mesmo jeito que a gente terminou o ano, a gente voltou e estava lá a escola abandonada, fechada e cheia de mato sabe, assim então, não estavam preparados e não estavam preocupados com o retorno às aulas. Ficou claro isso e só voltou porque teve a pressão do Ministério Público, senão não tinha voltado, estava em casa até hoje.

O E17 comenta sobre essa manifestação e a mensagem expressa no cartaz da figura 20 que, segundo ele, estava nas redes sociais:

No Estado, a gente observa que houve muito medo da opinião pública, certo, e sendo a opinião pública assim: “não pode voltar”. Uma coisa que eu ouvi muito e vi muitos sindicalistas, sindicato dos professores uma foto deles no Instagram: “Escolas fechadas, vidas preservadas”. Mas o que que está acontecendo com essas crianças e com esses jovens, adultos que ficaram sem estudar? Será que o mundo do trabalho vai absorver um profissional que ficou 2 anos praticamente tendo aulas remotamente, sem

ter um preparo para estudar remotamente, sem as instituições terem condições de transmitir todos os conteúdos teóricos e práticos remotamente?

Nesse mesmo dia, em frente à Câmara Municipal, só que em lado oposto, um grupo a favor das aulas presenciais defendeu o retorno às aulas no modelo híbrido com atividades presenciais, conforme a Figura 21 a seguir.

Figura 21 - Mobilização na Câmara Municipal de Maringá a favor da volta às aulas presenciais (23/02/21)



Fonte: Peña, L./CBN Maringá, 2021. Disponível em: <<https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/pais-e-professores-contra-e-a-favor-de-aulas-presenciais-se-manifestam-em-frente-a-camara-de-maringa>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Nessa manifestação, havia pais, mães e responsáveis dizendo que a sala de aula é segura e que os estudantes estão perdendo muito com a suspensão das aulas presenciais. A mãe de um aluno do Colégio Z (E7), estava presente:

Eu participei de uma mobilização que teve lá para ser colocada a escola como atividade essencial né, aí os vereadores iam votar, porque já teve por parte do governo do Estado, só que isso teria que ser municipal. Então a gente participou solicitando o retorno às aulas, visto que os médicos e infectologistas estavam dizendo que não há gravidade entre crianças pequenas e a escola estava seguindo todos os protocolos adequados para o retorno às aulas. O prejuízo emocional e o prejuízo das crianças eram muito maiores do que elas voltarem para a escola frente aos riscos da Covid-19.

A E15 relata que também participou desse protesto a favor de tornar a Educação uma atividade essencial na cidade de Maringá:

Nós tivemos também a questão da atividade essencial que nós fizemos ali o protesto, e fizemos junto com os vereadores a aprovação da lei, tá, então tudo o que envolve educação, nós fizemos ali junto aos vereadores o protesto para que fosse atividade essencial. Então hoje ela é atividade essencial né. Hoje se tivesse novamente uma situação de uma demanda isso daí seria dado de uma forma diferente.

Essas duas manifestações são práticas espaciais de territorialização em sentido estrito, com discursos expressos publicamente, cartazes, faixas, dentre outras formas de apropriação do espaço, caracterizando-se também uma territorialização em sentido amplo. Esses tipos de práticas têm sido muitas vezes combinados no âmbito de estratégias socioespaciais complexas (SOUZA, 2021). Essas duas manifestações aconteceram simultaneamente e muito próximas na organização-cidade.

Nesse contexto de pandemia, a prefeitura continuou com ações contra a Covid-19. Manteve a fiscalização em espaços públicos e também privados, observando as medidas de segurança, como uso de máscara e distanciamento social, além do respeito às regras dos decretos municipais relacionados à Covid-19 na cidade (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021).

Em 25 de fevereiro de 2021, conforme notícia divulgada pelo Maringá Post, o Sinepe/NOPR, que representa as instituições de ensino privadas, entrou com pedido de liminar na Justiça contra o último decreto municipal, que suspendeu as aulas presenciais em Maringá (SALDANHA, 2021). Ainda de acordo com essa notícia, o sindicato afirmou que o decreto fere o direito à Educação e ao conhecimento e que as escolas oferecem ambiente seguro, não tendo nenhum caso de contaminação por Covid-19 relatado no ambiente escolar. Outras instituições privadas da cidade de Maringá também ingressaram com ações na justiça contra o decreto, solicitando a suspensão da medida para as instituições retomar as aulas presenciais no modelo híbrido (SALDANHA, 2021).

Assim, além das práticas de resistência por meio das ações judiciais, observa-se também a prática de controle expressa na cidade de Maringá, frente aos decretos de combate à Covid-19. A suspensão das atividades, no que diz respeito aos estabelecimentos, e o isolamento das pessoas fazem parte desse controle oriundo do poder público. Além das fiscalizações e do toque de recolher.

Dessa forma, há um regulamento do espaço urbano por meio de decretos que visam estabelecer um controle aos indivíduos. Nesse cenário, é possível identificar os conflitos gerados e as relações de poder existentes na cidade por meio das práticas que são expressadas pelos atores sociais. Assim, na busca de verificar o cumprimento dos decretos municipais, o GGI (Grupo de Gestão Integrada) fez diversas vistorias, seguindo os decretos no que diz

respeito ao distanciamento, horários de funcionamentos dos estabelecimentos, toque de recolher, dentre outros. Fazem parte das vistorias as secretarias de Fazenda, do Meio Ambiente, de Saúde, de Mobilidade Urbana, Guarda Municipal, Comunicação, Polícias Militar, Civil, Ambiental e Corpo de Bombeiros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021). A Figura 22 mostra a fiscalização realizada pelo GGI em Maringá:

Figura 22 - Fiscalização do Grupo de Gestão Integrada em Maringá (05/03/21)



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2021). Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

A figura acima mostra uma prática de controle expressa na cidade pelo grupo de Gestão integrada. Segundo Viegas (2014), na cidade, pressupõe-se o regulamento do espaço urbano por meio de mecanismos que visam estabelecer a ordem e disciplinar os indivíduos, sendo o poder público o ator responsável pelo controle (VIEGAS, 2014). Entretanto, estando esse ator presente ou não, outros mecanismos são criados para controle pelos demais atores, já que essa prática está em torno dos debates sobre as relações de poder, os conflitos entre grupos dominantes e grupos dominados, movimentos sociais, entre outros (VIEGAS, 2014).

Nesse contexto, as práticas organizativas de controle pressupõem um regulamento para a cidade e as práticas organizativas de resistência emanam dos inúmeros conflitos e das contradições sociais (VIEGAS; SARAIVA, 2015). A prática de controle se situa em torno das

relações de poder e dos conflitos entre os atores sociais. A cidade se torna um espaço de disputas, controles e resistências. Conforme Raffestin (1993), a cidade é um campo de poder, um território de lutas, resultante dos poderes espaciais advindo das relações sociais. É por meio das práticas espaciais de territorialização que os grupos garantem o exercício provisório e instável do poder territorial (Ambrozio, 2013). O território, como afirma Souza (2009), é um campo de forças e relações de poder espacialmente delimitadas sobre um substrato referencial.

As práticas espaciais, segundo Souza (2021), têm servido à dominação, à manutenção das hierarquias, à coerção e à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo, entretanto, também serve à emancipação, à autodeterminação, à instituição livre das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos. Assim, as práticas espaciais, têm servido ora à heteronomia ora à autonomia, ou pelo menos a luta contra a heteronomia (SOUZA, 2010). Dessa forma, as práticas espaciais são práticas sociais em que a organização espacial, a territorialidade, é um componente de destaque da forma de organização, do meio de expressão e dos objetivos a serem alcançados (SOUZA, 2021).

Ainda no mês de março de 2021, foi publicado o decreto n. 632/2021, permanecendo suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas, prorrogando o art.4º do Decreto Municipal n. 546/2021. Sendo essas medidas diferentes e mais rígidas do que o decreto n. 7.020 do Governo do Paraná, que havia autorizado a retomada das aulas presenciais a partir do dia 10 de março de 2021.

O E17 explica sobre as negociações frente à prefeitura de Maringá:

Tinha diálogo sim com a Prefeitura, porém as promessas não se concretizavam. Então a gente ia lá, a gente conversava, a gente mostrava números, a gente dava proposta, eles concordavam que estávamos no caminho certo, porém nada. Na primeira gestão do prefeito, a gente tinha um secretário mais duro, um secretário que não ouvia muito a gente. Na segunda gestão, o outro secretário, ele ouvia mais a gente, era muito mais próximo da gente. E a gente ouvia muito assim: “Vocês estão certos brigam por isso, você tem que salvar as instituições de ensino também”. Porque na educação infantil, imagine crianças de zero a 3 anos têm como ficar assistindo aula remota? Então as crianças de zero a 3 anos, elas sofreram muito. E as escolas que atendiam essas crianças fecharam. Muitas escolas fecharam. Porque você vai pagar a escola para o teu filho de zero a 3 anos ter aula remota? Pagar o mesmo valor? Você não vai. Porque você tem que arrumar alguém para cuidar do seu filho em casa. Porque a Prefeitura e o Estado não estavam permitindo que você abrisse a escola.

Dessa forma, as práticas espaciais, segundo Souza (2010), podem ter o efeito e mesmo a intencionalidade imediatos de pressionar o Estado, podem até mesmo ser um ‘contra o Estado’ que se desdobra, na prática, em um ‘com o Estado’ ao força-lo não somente a ceder e conceder, mas também a sentar-se à mesa de negociações, instituindo novos canais de diálogo. Nesse

sentido, as instituições de representação dos colégios tentaram por diversas vezes negociar com a prefeitura do município.

Ademais, um dia antes da publicação do decreto municipal n. 632/2021 de 08/03/21, que manteve as aulas presenciais ainda suspensas, houve outras práticas de resistências solicitando a retomada das aulas presenciais na cidade.

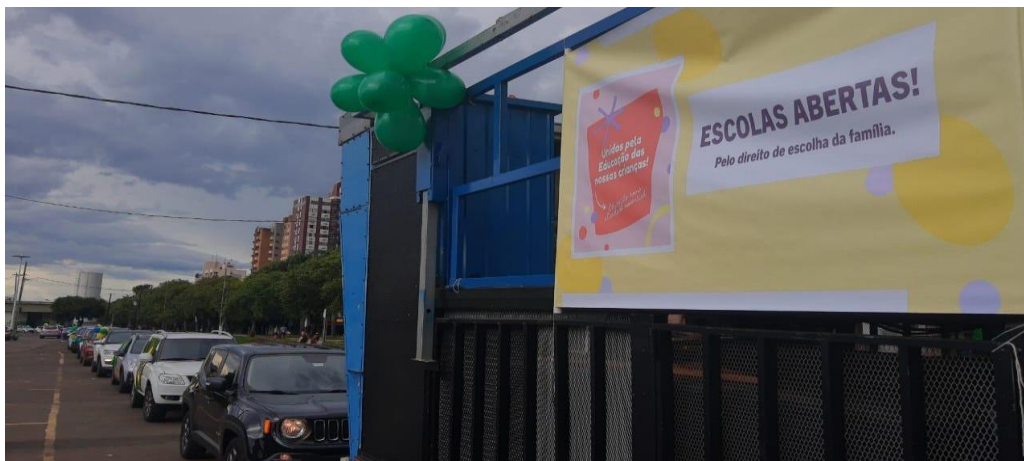
No dia 07 de março de 2021, aconteceu uma carreata pelo movimento Unidos pela Educação, solicitando a volta às aulas presenciais. A mobilização aconteceu no Estádio Willie Davids e percorreu ruas do centro da cidade. Os carros estavam decorados com balões nas cores da bandeira do Brasil, com escritas nos vidros e alguns cartazes solicitando o retorno às aulas presenciais. O primeiro veículo da carreata era um caminhão que transmitia uma gravação dizendo: “não podemos esperar mais um ano sem escola, as crianças estão sem rotina e irritadas. Nossas crianças precisam de escola e as escolas com protocolos são seguras” (DIÁRIO DE CAMPO, 7 DE MARÇO DE 2021). A figura 23 e 24 a seguir mostram o início da carreata no Estádio Willie Davids de Maringá.

Figura 23 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (07/03/21)



Fonte: Acervo da autora (2021).

Figura 24 - Mobilização no Estádio Willie Davids de Maringá (07/03/21)



Fonte: Acervo da autora (2021).

Na Figura 24, está destacado o direito de escolha da família e também o nome do movimento que é Unidos pela Educação. A mãe de um aluno do Colégio Z (E7), explica o movimento Unidos:

Foram os pais que tomaram a liderança, que fizeram o grupo, né, Unidos pela Educação Maringá, não sei quem eram os pais que participaram do grupo, mas teve uma turma que se uniu, com vários médicos de Maringá inclusive que participaram, frente às pesquisas do momento. E para convidar as pessoas, teve esse grupo né, que é o Instagram dos Unidos pela educação em Maringá.

A comunidade escolar de escolas privadas conforme consta no cartaz, queria a opção de escolha da família, já que os pais e/ou responsáveis que queriam levar seus filhos na escola não tinham esse direito. A E16 explica sobre essa mobilização em que ela participou: “ Os pais que queriam e as escolas, o protesto era assim, para que existisse o direito de escolha, porque o direito de escolha foi tirado. Então quem queria não tinha essa opção de escolha. ” O E17 relata sobre essa mobilização:

Nós demos um apoio logístico e também financeiro quando foi solicitado. Porque foi um movimento que realmente surgiu a partir dos pais. Foram os pais que estavam preocupados e indignados que seus filhos estavam em casa e eles queriam que seus filhos estudassem. Tinha donos de colégios também. Eu mesmo participei, fui duas vezes, fui em duas. E a gente está em um país democrático, temos que respeitar as opiniões distintas. Nós tínhamos pais que queriam que os filhos fossem e nós tínhamos pais também que queriam que as escolas abrissem e tínhamos os donos de escola que queriam que as escolas abrissem, ou seja, a gente tinha aí um grande número de pessoas conscientes que nós estávamos em uma pandemia, porém com cuidados específicos, obedecendo protocolo rígido nós poderíamos ter as crianças em sala de aula.

A E14 (Colégio Z), também participou de alguns protestos na cidade e relata: “E vendo toda a questão emocional dos nossos alunos né, eles já não estavam mais dando conta de aula

online. Já estavam saturados sabe, as relações ficaram distanciadas, eles encontraram assim muitas dificuldades de voltar a se relacionar. ”

Nesse sentido, essa manifestação expressou muito a questão do lugar da criança, seu direito de ir à escola, de se socializar, porque a escola além de um ambiente de aprendizado também é um ambiente de socialização. A E16 relata sobre essa necessidade das crianças: “ A parte social é uma área a ser desenvolvida. Então quando você tira dela esse direito você está afetando o aprendizado dela, você está afetando o desenvolvimento dela e pior, por ser uma criança ela não consegue lutar pelos seus próprios direitos. ” O E17 também comentou os prejuízos em relação às crianças:

Já havia uma grande defasagem de conteúdo, muitas crianças sendo molestadas, muitas crianças sendo até estupradas, muitas crianças sendo abandonadas na rua, porque os pais tinham que trabalhar. E também é a gente observava né, que muitas dessas crianças, elas estavam sendo impedidas de irem para a aula, mas ao mesmo tempo estavam nesses parquinhos, estavam nas praças e estavam até sendo cuidadas por famílias que juntavam 3, 4, 5, 10 ali na mesma casa porque os pais tinham que trabalhar. Então a nossa briga sempre foi essa: Vamos abrir as escolas.

Nessa carreato, a comunidade escolar de escolas privadas se apropriou de forma dinâmica desses espaços, que se fundamentam em uma prática territorial marcada por relações de poder. O espaço ocupado por um protesto é constituído a partir de conflitos que envolvem as ações do poder público municipal e a necessidade por parte da comunidade escolar de escolas privadas de manifestar o descontentamento frente a essas ações.

Segundo Souza (2010), o poder não possui apenas uma face ligada à dominação ou à hierarquia/verticalidade, mas também uma outra associada à horizontalidade, a qual pode ser exercida no espaço público. Sendo assim, a construção de um poder popular, como contrapoder, não pode ser dissociada da resistência contra um poder opressor, é o poder que emerge da rebelião popular (SOUZA, 2010).

As ações de territorialização muitas vezes se concretizam em uma escala temporal de curta duração, não raro por confronto violento com o aparelho de Estado (SOUZA, 2021). As territorializações se efetivam de diversas formas a partir de diferentes objetivos e motivações, como por exemplo, os protestos que são formas de territorializações desempenhadas pela comunidade escolar de escolas privadas. Assim, os protestos são apropriações do espaço urbano que se fazem e desfazem de forma contínua em um determinado período de tempo. Desse modo, a territorialização é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais,

sob as forças econômicas, políticas e culturais, que produzem as distintas territorialidades no tempo e no espaço (SAQUET, 2007).

Nesse sentido, havia ainda muitas contradições de pais a favor e pais contra o retorno às aulas presenciais. Ainda no mês de março, houve um avanço da Covid-19 e trouxe o maior número de casos, superando dezembro de 2020, o que acarretou nos novos decretos publicados pela prefeitura para o controle da população.

As medidas adotadas por meio de decretos no mês de março foram bem rígidas, ficando autorizada a abertura e funcionamento somente de alguns estabelecimentos, como supermercados, padarias, açougues, farmácias, dentre outros. Mesmo com o decreto do Estado do Paraná, ainda permaneceram suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas, seguindo os decretos estabelecidos pela prefeitura do município. O diretor do Colégio X (E18), fala sobre as medidas adotadas pela prefeitura nesse período e o cumprimento dessas medidas pelo colégio:

A gente respeitou os decretos da prefeitura sempre, né, então quando houve a solicitação para que fosse afastado a gente afastou, quando houve uma solicitação para voltar a gente voltou. O que houve nesse período entre março e abril era essa discrepância, essa dissonância entre o que estava disposto pelo governo do estado que permitia às aulas presenciais desde que com 30% da capacidade total da instituição e o que a prefeitura dizia que era a proibição das aulas presenciais né. E aí nesse momento houve um movimento por parte do sindicato que nos representa.

Em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra) poderes e desenvolvem (contra) projetos e o Estado pode apresentar contradições internas que oferecem pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados pelos movimentos sociais (SOUZA, 2010). Nesse sentido, com as contradições entre as medidas impostas pelo Estado e pela prefeitura municipal, as instituições de representação dos colégios entraram com ações judiciais, com o objetivo de que o decreto municipal seguisse de acordo com o do Estado.

Dessa forma, houve uma liminar expedida no dia 12 de março de 2021, autorizando que as instituições filiadas ao Sinepe-NOPR retomassem as aulas presenciais. O E17 explicou sobre essa ação:

Nós ganhamos né no começo deste ano depois de conversar, conversar, conversar e não ser ouvidos. A gente entrou na justiça e nós ganhamos no dia 12 de março a nossa ação contra o município de Maringá e essa ação foi recorrida pelo município, foi para Curitiba e quando chegou em Curitiba um outro juiz solicitou que a ação voltasse porque ele queria julgar, porque nós tínhamos já uma ação com ele, e nós entramos com a segunda caiu em outro juiz e esse juiz deu favorável a nós. Mandou para Curitiba certo, e quando o juiz que nos julgou primeiro solicitou, ela veio para cá e o

juiz que deu favorável não abriu mão, daí voltou para o tribunal da justiça do paraná, o município entrou e perdeu de novo, daí o município recorreu, foi para o supremo e o supremo deu a grande causa para nós. O que nós queríamos aquele momento em março? Nós queríamos que o decreto do Estado fosse seguido pelo município. O estado já permitiu o retorno às aulas, o município não. Então nós entendemos que o governo estadual que cuida dos 399 municípios tem essa visão, porque um perfeito desses 399 vai contra? E a gente argumentou tudo isso e a gente foi ganhando.

Assim, com a autorização do retorno às aulas presenciais por meio dessa ação judicial, algumas escolas particulares, que são representadas pelo Sinepe-NOPR, retornaram em 16 de março de 2021. Essa ação, concedida ao Sinepe-NOPR no dia 12 de março de 2021, tomou como base o decreto estadual n. 7.020/2021, que autorizou a retomada das aulas presenciais na rede privada a partir do dia 10 de março de 2021 no Paraná. Nesse sentido, o sindicato pediu a liminar porque a legislação estadual atribuiu natureza essencial às atividades educacionais presenciais e autorizou a retomada das aulas presenciais, sendo que esse direito das escolas não estava sendo cumprido em Maringá.

O pai de um aluno do Colégio A (E19), fala sobre a ação concedida ao Sinepe-NOPR para o retorno às aulas presenciais e a importância do sindicato representando os colégios particulares:

Nós nunca nos manifestamos com receio das represálias que a gente sabe que pode passar, politicamente falando né. Mas tínhamos uma boa representação no sindicato das escolas particulares. O Sinepe sempre se manifestou muito bem. Então a gente foi bem amparado, a gente teve um jurídico muito forte que conseguiu nosso retorno na rede privada, de uma forma até imperativa né, a gente conseguiu na marra, mas isso fez com que a gente conseguisse trabalhar e foi bastante produtivo.

Nesse sentido, a resistência torna-se um ato obrigatório para viver na cidade, sendo uma forma de estabelecer seus interesses individuais ou coletivos contra imposições de atores sociais hegemônicos (PAULO; CHAGAS; ANDRIAN, 2020). As autoras afirmam que essas resistências podem ser visíveis ou não, planejadas ou espontâneas, e dotada de contradições, pois estão ligadas ao processo de consciência dos indivíduos.

Além da resistência da comunidade escolar de escolas privadas, também foi possível verificar a resistência por parte da prefeitura do município, que por meio dos decretos mais rígidos do que o do estado, tentava manter ainda as aulas presenciais suspensas. Dessa forma, o poder público municipal expressou a prática de resistência contra as demandas, e ações que eram favoráveis ao retorno das aulas presenciais e decretou medidas mais rígidas para conter o avanço da Covid-19 na cidade.

Com a retomada das aulas nos colégios particulares, foi possível identificar a organização do Colégio B para o retorno das aulas presenciais nesse período e também as desigualdades entre colégios particulares e públicos:

Então o que eu gostaria muito, gostaria que as políticas públicas fossem mais avançadas, eu gostaria que nós pudéssemos colaborar mais, por exemplo, eu mesmo me coloquei à disposição para ajudar nos protocolos deles, para ajudar nas informações, por exemplo, o diagnóstico que a gente fez lá no primeiro trimestre né, a minha pergunta é como foi isso na rede pública? Nós já aplicamos a sondagem, nós já aplicamos o apoio pedagógico, nós já aplicamos outra avaliação. Então nós já tivemos diversas ações para mensurar as aprendizagens das crianças. Não é que eles não querem, eles não têm essa condição de fazer o que a gente fez esse ano. E todas as nossas sondagens elas já vieram pronta em rede, entendeu? E que os professores também não teriam tempo de preparar tanta coisa. Como a gente trabalha em rede isso também favoreceu. Então a gente conseguiu avançar mais rápido. Então eu entendo que o público terá uma certa dificuldade por questões financeiras, por limitações e consequentemente as crianças acabam sendo prejudicadas nesse sentido (E4, DIRETORA DO COLÉGIO B).

Nas próximas entrevistas, também é possível identificar as desigualdades entre o ensino público e o privado:

Nossa grande preocupação, claro, primeiro com a saúde, era de que iríamos aumentar a defasagem de conteúdos que já existe entre a rede pública e a rede privada. Porque a rede privada onde temos pais de alunos com maior poder aquisitivo, eles conseguiram ter em casa mais de um computador, ter smartphones, eles já tinham internet né com alta velocidade, eles tinham os professores da rede privada já fazendo o atendimento emergencial, remoto emergencial. Então a coisa estava andando, muito bem né, tratando-se de uma emergência, nas escolas privadas e isso não acontecia nas públicas. E sempre que a gente argumentava nós tínhamos assim a resposta: “é mas as escolas públicas não tem como atender” (E17, REPRESENTANTE DO SINDICATO).

Assim, a escola privada ela voltou porque ela enfrentou as medidas municipais né, então eu vejo os dois lados né, eu estou com meu filho numa escola particular e eu sou professora na escola pública, sabe, então é incrivelmente diferente né, e a gente vê todo o atraso que teve nessa pandemia e que distanciou ainda mais o abismo que existe entre a escola pública e a privada. Então, é algo bem preocupante do que virá pelos anos aí à frente, sabe (E5, MÃE DE UM ALUNO DO COLÉGIO B).

Nós tivemos alunas que saíram daqui e foram para o público e retornaram esse ano. Então a defasagem foi muito grande. Eles não tiveram esse contato online mesmo que nós tivemos com aulas gravadas, videoaulas, eles não tiveram, eram só folhas que eram enviadas para casa e nem todos os pais têm condições de ajudar, auxiliar, então assim, tiveram um prejuízo muito grande, pedagogicamente, socialmente, foi muito triste né, mas sempre há tempo de recuperar (E1, COORDENADORA DO COLÉGIO A).

Nesse período as escolas municipais continuaram sem as aulas presenciais e os pais e/ou responsáveis retiravam os materiais impressos com atividades para serem realizadas em casa. Após a realização das atividades, esses materiais eram devolvidos nas escolas.

A Secretaria de Educação do Estado do Paraná emitiu um termo de responsabilidade e consentimento aos pais informando sobre o uso de protocolos de segurança e passando a responsabilidade aos pais sobre a possível contaminação da comunidade escolar de escolas privadas e seu entorno.

A mãe de uma aluna do Colégio A (E2), fala sobre o termo de autorização e de responsabilidade que precisou assinar para mandar a sua filha à escola presencialmente:

O prefeito falou que não era para voltar, mas eles entraram com uma ação aí a gente voltou antes. Aí eu tive que assinar um termo de autorização e de responsabilidade, porque o decreto não permitia ainda, mas as escolas entraram e ganharam o retorno. Então tive que assinar um termo dizendo: “você está ciente que se alguém da família tiver com febre, tiver viajado, com alguma coisa suspeita né, que não pode mandar para a escola”. Por causa dos outros amigos, enfim, todo mundo, professor e tudo, aí vai voltar para casa de novo.

Com o aumento expressivo de confirmações e óbitos por Covid-19, mais ações da prefeitura foram expressas para diminuir os impactos da pandemia na cidade no mês de março de 2021. Dentre as ações da prefeitura, tem-se a: contratação de mais profissionais da saúde; habilitação de novos leitos exclusivos para Covid-19; novos equipamentos, como respiradores; fiscalizações; complexo de atendimento para Covid-19; desinfecção de espaços públicos; vacinação; assistência Social e Programas emergenciais (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021). Somente no mês de março desse ano, 126 pessoas foram multadas por falta de máscara ou por não respeitar o toque de recolher e 34 estabelecimentos foram autuados por desrespeitarem os decretos municipais (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021).

Dessa forma, após um ano de luta e enfrentamento da Covid-19, a Prefeitura de Maringá seguiu reestruturando o sistema de saúde, contratando profissionais, investindo em equipamentos, estrutura e vacinação (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021). A campanha de imunização contra a Covid-19 iniciou no dia 19 de janeiro de 2021 em Maringá. Na primeira etapa, foram vacinados os profissionais da saúde atuantes na linha de frente, idosos e trabalhadores das instituições de longa permanência para idosos (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021).

O Plano de Vacinação da Secretaria de Saúde de Maringá seguiu o documento elaborado pelo Governo Federal que foi dividido em fases. A primeira fase destinada para os trabalhadores da saúde, moradores e trabalhadores de asilos, a segunda fase, para pessoas maiores de 60 anos, na terceira fase, pessoas com comorbidades, e na quarta fase, os moradores em situação de rua,

trabalhadores educacionais e da assistência social, dentre outros (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021).

A vacinação dos trabalhadores da Educação teve início no dia 13 de maio de 2021. Foram vacinados, no primeiro momento, trabalhadores da educação com 59 anos que atuam na rede básica, como: a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos, das escolas municipais, estaduais e particulares da cidade (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2021).

Em 13 de maio de 2021, vereadores de Maringá aprovaram projeto de lei que considera a educação como atividade essencial no município. De acordo com a reportagem da RPC Maringá (2021), o texto aprovado é uma versão mais branda do que a proposta original, ele abre a possibilidade de novas suspensões das aulas presenciais. Na primeira versão do projeto de lei, apresentado em fevereiro de 2021, um dos trechos trazia a seguinte redação: “o exercício das atividades presenciais não estará sujeito a suspensão ou interrupção”. O projeto substitutivo mudou o trecho para “as restrições ao direito de exercício dessas atividades, determinadas pelo poder público, deverão ser precedidas de decisão administrativa do chefe do Poder Executivo municipal, que indicará a extensão, os motivos e os critérios técnicos e científicos” (RPC MARINGÁ, 2021).

Mesmo com o retorno às aulas presenciais das instituições de ensino privadas filiadas ao SINEPE/NOPR, no formato híbrido, a Prefeitura do Município de Maringá só liberou o retorno às aulas presenciais a partir de julho de 2021 com o decreto n. 1406/2021. Esse autoriza o retorno às aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino a partir de 28 de julho de 2021. Nesse sentido, os pais ou responsáveis pelos alunos precisaram assinar um termo de responsabilidade com a adesão ou não ao formato de aulas escalonadas (ensino com aulas presenciais e não presenciais). Ainda de acordo com o decreto, cada turma será dividida em, pelo menos, dois grupos (Grupo A e Grupo B), respeitando o distanciamento de, no mínimo, 1,5 metro (um metro e meio) entre os alunos, enquanto permanecerem na Unidade de Ensino (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2021). Os alunos da rede municipal de ensino de Maringá estavam há um ano e meio sem aulas presenciais, apenas com ensino remoto e atividades em casa.

Com todo esse tempo sem aula, a mãe de um aluno do Colégio Z (E7), fala sobre os prejuízos causados:

Eu tenho uma madrastra que é professora de escola, e a gente sabe que, tanto estadual quanto municipal, eles ficaram assim muito debilitados, porque tudo depende de licitação, diferente de um particular que depende de um diretor e eles compram de

maneira muito rápida as coisas que precisam. Os outros colégios não, eles dependem de uma licitação grande, um planejamento, uma organização, então é muito pior. E ela estava comentando comigo o que ela tá passando agora com os alunos: depressão, tentativa de suicídio e isso no ensino fundamental, tipo ela pegou 3 crianças que tomaram cartela de medicação, outras que tem fobia de ficar perto de pessoas. E ela falou que nem os professores estão conseguindo lidar com isso, os professores às vezes acabavam interagindo, mas as crianças não. Então assim, ela falou que hoje eles estão assim, tentando fazer parceria com a saúde para conseguir tratar e ajudar essas crianças. É aquela questão socioeconômica né, o pai que está o dia inteiro, porque a escola parou, mas o pai não parou né. E quem foi ensinar essa criança em casa? Porque por mais que a gente colocasse vídeo, tinha coisa que eles não entendem né, às vezes precisa o pai complementar. Então isso foi um prejuízo. No colégio particular, esse ano meu filho teve aula de manhã para repor essa perda, e as outras que não tiveram?

A Resolução da SESA n. 860/2021, de 23 de setembro de 2021, dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da Covid-19 nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná. Dentre as principais medidas, prevê que o retorno presencial às atividades de ensino deve ser priorizado, sendo garantido o ensino remoto somente aos estudantes que estiverem em isolamento ou quarentena para Covid-19, bem como para aqueles com comorbidade ou a critério médico (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2021). Desse modo, essa Resolução não permite mais a opção dos pais em escolherem o ensino híbrido ou somente remoto, priorizando o retorno presencial, com exceção nos casos acima referidos. Ademais, o ensino remoto foi instituído em caráter de emergência, em razão das condições sanitárias e o risco de vida da população decorrente da Covid-19.

A coordenadora do Colégio A (E1), explicou como o colégio se organizou diante dessa Resolução da SESA:

Quando veio essa orientação da secretaria de saúde, a secretaria de educação não se manifestou ainda até agora, dizendo que seria obrigatório os alunos retornarem. Então o que está escrito na secretaria de saúde é que o retorno do aluno presencial deve ser priorizado. A palavra é priorizado e não obrigado. Aqui a gente tem um termo para os pais assinarem, porque a secretaria de educação orientou para que nós fizessemos esse termo. Nós fizemos dois termos. Esse que o Estado exigiu, isentando o Estado de toda e qualquer responsabilidade caso o aluno seja contaminado e outro termo interno do Colégio, dos pais se responsabilizando, assim, acompanhar os filhos nas aulas, fazer com que ele assistisse online, não tivesse faltas e realizasse todas as atividades.

Nesse contexto, o retorno foi de acordo com as deliberações da Secretaria Estadual de Saúde. A mãe de um aluno do Colégio X (E13), fala sobre seu posicionamento contra o retorno às aulas presenciais e diz que mandou o filho apenas em setembro de 2021 com a obrigatoriedade do retorno presencial:

Eu fui contra, tanto é que eu só mandei quando eu fui obrigada mesmo, foi agora final do ano, ele entrou quando voltou a ser obrigatório o presencial, foi em setembro. Até

então ele estava no remoto. Eu respondi que não mandaria e não mandei mesmo, e ele continuou por um bom tempo, muitas crianças presenciais e ele no remoto, porque ele tem asma, porque eu tinha medo, ainda muitos casos, os casos né estourando e as crianças na escola, eu não levei não. Fui contra mesmo, meu posicionamento foi contrário. O máximo que eu consegui em casa eu mantive em casa.

Em 15 de outubro de 2021, houve uma mobilização organizada por pais e com apoio da APP-Sindicato, na frente da Secretaria de Estado da Educação de Maringá. Familiares denunciaram a medida autoritária do governador do Estado do Paraná em obrigar o retorno presencial para estudantes do ensino público estadual (APPSINDICATO, 2021). A principal demanda era para manter a opção de aulas remotas para os pais que não se sentiam seguros em enviar o filho(a) para a escola até a imunização completa. Com a vacinação da faixa etária em fase inicial, os estudantes ainda não tinham recebido as doses necessárias para um retorno presencial obrigatório sem riscos (APPSINDICATO, 2021). Essa mobilização ocorreu na Secretaria de Estado da Educação de Maringá, conforme mostra a figura 25, a seguir.

Figura 25 - Mobilização na Secretaria de Estado da Educação em Maringá (15/10/21)



Fonte: APP – Sindicato. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/vacina-primeiro-maes-e-pais-cobram-direito-de-manter-aulas-remotas-ate-imunizacao-completa-dosas-filhosas/>>. Acesso em: 28 Mar. 2022.

Nesse período, a prefeitura do município manteve a flexibilização das últimas medidas decretadas, diante da redução de números de casos positivados de Covid-19 na cidade. Assim,

o decreto n. 1862/2021 permitiu que algumas atividades tivessem a ocupação máxima de até 70% da capacidade do local.

No dia 26 de outubro de 2021, a Prefeitura de Maringá vacinou as pessoas com 12 anos ou mais com ou sem comorbidades. No dia 25 de janeiro de 2022, foram as crianças de 7 a 11 anos e no dia 26 de janeiro, de 6 a 11 anos, o que coloca Maringá em destaque como a mais avançada na vacinação de crianças do Paraná, quando comparada às cidades de grande porte (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2022). No dia 28 do mesmo mês, a campanha foi destinada para crianças de 5 a 11 anos sem e com comorbidades ou deficiência permanente.

A partir do dia 29 de março de 2022, o uso de máscara em locais fechados passou a não ser mais obrigatório. A medida já liberava o uso em ambientes ao ar livre. No entanto, o uso permaneceu obrigatório em locais destinados à prestação de serviços de saúde, nos meios de transporte coletivo de passageiros e respectivos locais de acesso, embarque e desembarque e por qualquer pessoa que apresente sintomas da Covid-19 ou gripais, em ambientes fechados e abertos (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 2022). O uso de máscara na cidade de Maringá era obrigatório desde 18 de abril de 2020 e, com a estabilidade da pandemia de Covid-19 na cidade, foi decretada essa mudança.

Dentro desse contexto, manifestam-se muitas contradições e resistência às tentativas de dominação e controle impostas na cidade. Há uma constante relação de poder entre os atores sociais e a resistência também é vista por parte dos grupos dominantes, os quais resistem às novas formas de ocupação na cidade. Assim, com a Covid-19, gerou-se um campo de disputas e contradições para apropriar e dominar os espaços da cidade.

O quadro 6 apresenta uma síntese de alguns decretos de 2020 e 2021 da Prefeitura do Município de Maringá, as demandas expressas pela comunidade escolar de escolas privadas nesse período e as práticas organizativas e espaciais.

Quadro 6 – Síntese dos Decretos/demandas e as práticas organizativas e espaciais na cidade de Maringá (2020)

Decreto n. 436/2020 de 17/03/20: Suspensão de atividades e eventos com 50 pessoas ou mais por 30 dias.	Decreto n. 445/2020 de 18/03/20: Suspensão das aulas e do atendimento presencial nas instituições de ensino, públicas ou privadas. Suspensão de 30 dias do funcionamento de estabelecimentos e atividades na cidade.	Decreto n. 566/2020 de 18/04/20: Retomada gradual da economia na cidade; continua suspensas as aulas presenciais; uso obrigatório de máscara;	Decreto n. 1360/2020 de 15/09/20: Autorização de esportes a partir de 01/10/2020; autorizado o funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes com atendimento presencial até às 23h.
---	---	--	---

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em 07/08/2020: Sindicatos realizaram carreta em Maringá contra a volta às aulas presenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo. ➤ Práticas organizativas: Planejamento, organização, representação e resistência.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em 20/09/2020: Houve mobilização na praça da catedral de Maringá, solicitando o retorno das aulas presenciais de forma facultativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prática espacial de territorialização em sentido amplo. ➤ Práticas organizativas: Planejamento, organização, representação e resistência.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em 08/10/2020: Houve carreta solicitando a retomada das atividades educacionais de forma facultativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo. ➤ Práticas organizativas: Planejamento, organização, representação e resistência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

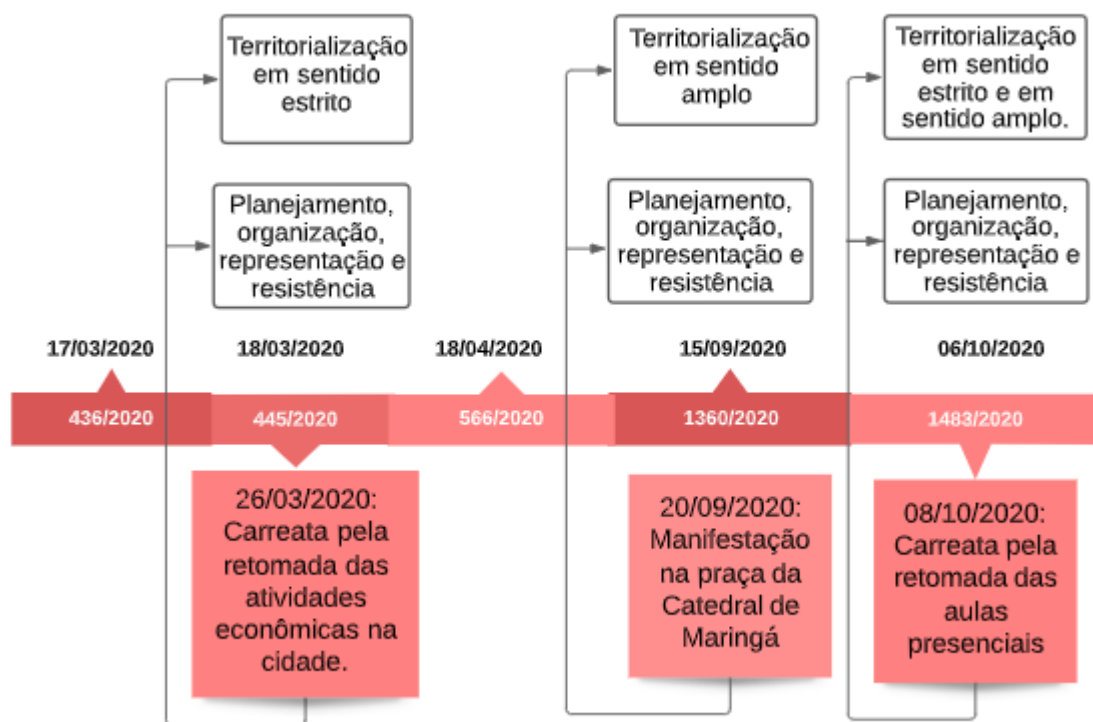
Quadro 7 – Síntese dos Decretos/demandas e as práticas organizativas e espaciais na cidade de Maringá (2021)

Decreto n. 354/2021 de 25/01/21: Ficam liberadas as atividades escolares presenciais, em conformidade com o Decreto n. 6637/2021 do Governo do Estado do Paraná.	Decreto n. 546/2021 de 22/02/21: Ficam suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas a partir de 24/02/21 até 07/03/2021.	Decreto n. 632/2021 de 08/03/21: Permanecem suspensas as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e privadas, prorrogando o art. 4º do Decreto Municipal n. 546/2021.	Decreto n. 1406/2021 de 22/07/21: Autorizado o retorno às aulas presenciais nas redes públicas e privadas de ensino a partir de 28/07/2021; o plano de Aprendizagem é em formato escalonado e não presencial.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em 16/01/2021: o movimento nacional Apoie sua Escola pede o retorno às aulas presenciais por meio de carreta. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito, em sentido amplo e construção de redes espaciais. ➤ Práticas organizativas: Planejamento, organização, representação e resistência. 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em 23/02/21: A comunidade escolar de escolas privadas protesta em frente à câmara municipal (um grupo contra e outro a favor à suspensão de aulas presenciais). 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo. ➤ Práticas organizativas: Planejamento, organização, representação e resistência. 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em 7/03/21: A comunidade escolar de escolas privadas realiza uma carreta solicitando o retorno das aulas presenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas espaciais de territorialização em sentido estrito e em sentido amplo. ➤ Práticas organizativas: Planejamento, organização, representação e resistência. 		

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

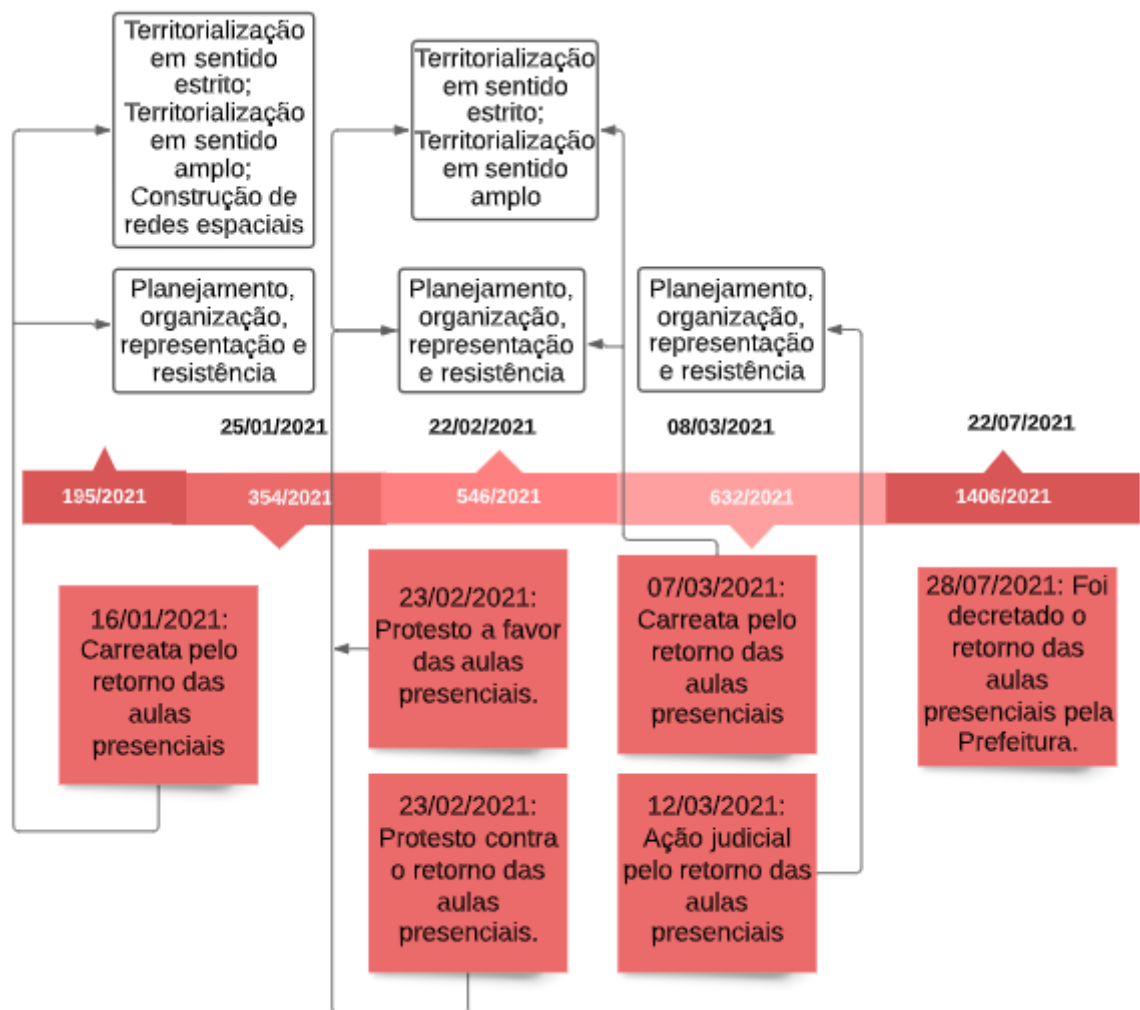
Buscando compreender as práticas organizativas e espaciais relacionadas ao terceiro objetivo desta pesquisa, as Figuras 26 e 27 representam alguns decretos da prefeitura, no período de 2020 e 2021, na cidade de Maringá, e as práticas organizativas e espaciais expressas pela comunidade escolar de escolas privadas.

Figura 26 – Linha do tempo 2020: decretos, práticas organizativas e espaciais em Maringá pela Comunidade escolar de escolas privadas



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Figura 27 – Linha do tempo 2021: decretos, práticas organizativas e espaciais em Maringá pela Comunidade escolar de escolas privadas



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Assim, verificou-se que a comunidade escolar de escolas privadas expressou na cidade as práticas organizativas de planejamento, organização, representação e resistência. Além das práticas espaciais em sentido estrito, em sentido amplo e a construção de redes espaciais. Já o poder público municipal expressou as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, controle e resistência.

Nesse contexto de pandemia, em que as aulas presenciais foram suspensas, a comunidade escolar de escolas privadas resistiu às medidas decretadas pela Prefeitura Municipal, buscando por meio das práticas organizativas e espaciais manifestar os seu desejos e interesses. Assim, a territorialização da comunidade escolar de escolas privadas reflete os conflitos e as contradições das relações sociais pela disputa dos espaços da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa dissertação foi compreender as práticas organizativas e espaciais da comunidade escolar de escolas privadas na cidade de Maringá. Para seu alcance, foram realizadas entrevistas nos meses de novembro e dezembro de 2021 e em fevereiro de 2022 devido ao período letivo. As entrevistas foram realizadas com diretores, professores e coordenadores de colégios particulares de Maringá, com representantes de sindicatos e com pais e/ou responsáveis de alunos dos colégios selecionados para essa pesquisa. Foi possível perceber que a comunidade escolar de escolas privadas expressou suas práticas organizativas e espaciais na cidade, assim como o próprio poder público. A cidade se mostrou um palco de lutas, onde a comunidade escolar de escolas privadas se apropriou por meio de suas práticas de territorialização.

O objetivo geral se desmembrou em três objetivos específicos. O primeiro deles foi descrever as ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Maringá no combate ao avanço do Covid-19 a partir do decreto n. 436/2020. Por meio de documentos, site da prefeitura e reportagens, pode-se compreender as ações da instituição de poder em questão. Essas ações foram medidas decretadas na cidade para conter o avanço da Covid-19.

O segundo objetivo específico foi levantar as ações e demandas produzidas pela comunidade escolar de escolas privadas, que buscaram intervir em decisões e políticas concernentes ao combate da Covid-19 no município. Assim, as ações e demandas se configuraram em práticas espaciais e organizativas da comunidade escolar de escolas privadas. Identificou-se que essas demandas expressaram práticas organizativas de planejamento, organização, representação e resistência. Além dessas práticas, a comunidade escolar de escolas privadas expressou também as práticas espaciais de territorialização em sentido estrito, em sentido amplo e a construção de redes espaciais.

Por último, o terceiro objetivo específico buscou compreender as práticas espaciais e organizativas expressas pela comunidade escolar de escolas privadas na cidade de Maringá, com o propósito de intervir em decisões, ações e políticas concernentes ao combate da Covid-19 no município a partir do decreto n. 436/2020. Nas práticas espaciais e organizativas, identificou-se as relações de poder, disputas, contradições às medidas decretadas pela prefeitura, além da desigualdade educacional, prejuízos psicológicos, de socialização e de aprendizagem nos estudantes.

Nesse período em que ocorreu a pesquisa foi possível identificar pelo poder público municipal as práticas organizativas de planejamento, organização, representação, controle e

resistência. Em relação à comunidade escolar de escolas privadas, além das práticas organizativas de planejamento, organização e representação, teve destaques para as práticas organizativas de resistência, predominando tanto no espaço material quanto o virtual.

A comunidade escolar de escolas privadas, por meio de sua territorialização na cidade, mostrou o seu importante papel na busca de promover a Educação como essencialidade, além de seguir todos os protocolos de segurança nesse contexto de pandemia da Covid-19. Assim, esse estudo contribui empiricamente ao aprofundar a análise desse espaço da cidade, mostrando que ele pode ser ocupado por diferentes grupos, que ele pode ser palco das manifestações e protestos contra ou a favor do poder hegemônico. E que o poder também está presente nos movimentos sociais, como um contrapoder, um poder autônomo. Nesse sentido, as práticas espaciais são expressas tanto à dominação, com leis e normas que regulam a sociedade quanto à autonomia, na busca de interesses de um grupo ou sociedade.

Como objeto de estudo da Administração, a cidade é entendida como um grande território e uma organização-cidade repleta de conflitos, disputas e contradições. A cidade é constituída a partir das interações entre os atores sociais, das práticas organizativas e espaciais expressas em diferentes territórios. Dessa forma, esse trabalho buscou compreender como a comunidade escolar de escolas privadas ocupou a cidade por meio das práticas organizativas e espaciais expressas na cidade de Maringá, Paraná.

Nas manifestações que aconteceram na cidade de Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas foi possível identificar as práticas espaciais de territorialização em sentido estrito com a apropriação e controle do espaço com a presença física dos diversos atores sociais. Quanto à escala temporal, as territorializações foram de curta duração, se expressando na cidade por algumas horas. Foram em sua maioria ruidosas, acompanhadas de protestos e buzinaço, conduzidas publicamente. Além da prática espacial de territorialização em sentido estrito, também observou-se a prática espacial de territorialização em sentido amplo, sem a presença física duradoura dos atores sociais e muitas vezes é considerada uma prática espacial silenciosa, como os cartazes e a sala de aula simbólica que foi organizada na praça da Catedral da cidade de Maringá. E por fim, identificou-se a prática espacial de construção de redes espaciais, que são práticas multiescalares integrando diversas experiências de resistência local ou regional. Essa integração ocorreu em uma das manifestações que foi a nível nacional, alcançando sinergias na questão da visibilidade pública de demandas e protestos.

Nessas manifestações da comunidade escolar de escolas privadas houve também a resistência, os conflitos e contradições, envolvendo as relações de poder entre a comunidade escolar de escolas privadas e o poder público municipal. Em uma das manifestações foi possível

perceber um grupo de manifestantes contra o retorno das aulas presenciais e outro a favor das aulas presenciais, demonstrando como esses grupos tomaram caminhos opostos. Assim, essas mobilizações nesses espaços da cidade, demonstrou a disputa pela privatização da educação no município e as formas de resistência contra as medidas decretadas pela prefeitura, que foi ganhando força junto ao sindicato das escolas particulares para recorrerem na justiça quanto aos seus direitos.

Nesse sentido, o papel do poder judiciário nessa disputa foi de mediador e tomador de decisão. O conflito entre o poder público municipal e a comunidade escolar de escolas privadas foi resolvido no judiciário, que tomou como base o decreto estadual, favorecendo assim ao poder econômico. O estado do Paraná atribuiu natureza essencial às atividades educacionais presenciais e o judiciário considerando as medidas decretadas pelo estado, autorizou o retorno das aulas presenciais para as instituições de ensino privada no município, em março de 2021. Com isso, o judiciário teve um importante papel nesse contexto de pandemia, para decidir sobre o retorno das aulas presenciais na cidade de Maringá, sendo que suas decisões se pautaram a favor da comunidade escolar de escolas privadas.

Mesmo com o retorno às aulas presenciais das instituições de ensino privadas filiadas ao SINEPE/NOPR, no formato híbrido nesse período, a Prefeitura do Município de Maringá só liberou o retorno às aulas presenciais a partir de julho de 2021 com o decreto n. 1406/2021. Nesse sentido, a prática de resistência também esteve presente no poder público municipal, que priorizando a vida, decretou medidas de prevenção da Covid-19, sendo uma delas a suspensão das aulas presenciais. Essa resistência se mostrou presente por meio dos decretos municipais.

Dessa forma, a pesquisa pretendeu apresentar contribuições para outros estudos que compreendem a cidade como organização, na perspectiva das práticas organizativas e espaciais, acerca das mobilizações ocorridas na cidade de Maringá pela comunidade escolar de escolas privadas. Assim, foi possível aplicar os conceitos de território, as práticas organizativas de Viegas e Saraiva (2015) e as práticas espaciais de territorialização de acordo com Souza (2010; 2021), para compreender as mobilizações que aconteceram na cidade e entender como esses conceitos estão interligados ao conceito de organização-cidade apresentados por Mac-Allister (2004).

Assim, foi possível contribuir para o avanço de estudos no campo da administração que tomam a cidade como um espaço marcado por relações de poder, sendo a cidade constituída por múltiplos territórios, em que distintos grupos se apropriam e disputam esses espaços. Assim, a cidade é um campo de lutas, onde acontecem os conflitos, as contradições pelos indivíduos que nela habitam.

Como sugestão para futuras pesquisas aponta-se a necessidade de realizar estudos sobre as práticas organizativas e espaciais também em outras cidades para além do setor educacional, visto que essas práticas podem ser expressas por distintos grupos e em diversas regiões.

REFERÊNCIAS

ABE, T. K.; CHAGAS, P. B. Contorno Norte: reflexos sobre o Conjunto Habitacional Requião em Maringá, PR, Brasil. **Terr@ plural (UEPG. ONLINE)**, v. 13, 2019, p. 296-312.

APP-Sindicato. Vacina primeiro: mães e pais cobram direito de manter aulas remotas até imunização completa dos(as) filhos(as). Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/vacina-primeiro-maes-e-pais-cobram-direito-de-manter-aulas-remotas-ate-imunizacao-completas-dos-filhos/>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LIMA, A. A. de. **Ginásio Maringá (1952-1963) história da implantação de uma instituição escolar**. 2011. 188 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ALENCAR, T. de O. S.; NASCIMENTO, M. A. A. do; ALENCAR, B. R. Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre acesso do usuário à Assistência Farmacêutica. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** (UNIFOR. Impresso), v. 25, 2012, p. 243-250.

AMBROZIO, J. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de geografia**. V. 3, n. 2, 2013.

ARAÚJO, J. N. G. de. Infância e Pandemia. **Caderno De Administração**, v. 28, jun. 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUER, Martin W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: Bauer, M.; Gaskell, G (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (7ª ed.). Petrópolis: Vozes, 39-63, 2008.

BERNARDO, P.; ICHIKAWA, E. Y. Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades. In: Saraiva, L. A. S.; Enoque, A. G. (Orgs). **Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário**. Ituiutaba: Barlavento, 2019, p. 75-104.

BEZERRA, M. M.; LOPES, L. L. S.; SILVA, J. S.; IPIRANGA, A. S. R. Spatial practices in the city: The kidnapping of an arts organization. **Brazilian Administration Review**, 16(4), 1-23, 2019. doi: 10.1590/1807-7692bar2019180163.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Editora Porto, 1994.

BORGES, A. F.; ENOQUE, A. G.; KATRIB, C. M. I.; GONÇAVES, L. R. D. Práticas Organizativas: Um Estudo sobre o Congado na Região do Triângulo Mineiro. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. v. 5, n. 1, 2016, p.129-151.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Especialistas do Brasil e exterior discutem o cuidado e tratamento clínico do Covid-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt->

br/assuntos/noticias/especialistas-do-brasil-e-exterior-discutem-o-cuidado-e-tratamento-clinico-do-Covid-19>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. **GESTÃO. Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, 11(2), 247-270. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21921>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CARAÇATO, V. de O. B. **Colégio estadual dr. Gastão Vidigal (1953-1975): uma história no ensino maringaense**. 2014. 145 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

CARDOSO, M. F.; SANTOS, A. C. B.; ALLOUFA, J. M. de L. Sujeito, Linguagem, Ideologia, Mundo: Técnica Hermenêutico-dialética para Análise de Dados Qualitativos de Estudos Críticos em Administração. **XXXVII Encontro da Anpad – EnANPAD**, 2013.

CARNEIRO, C. M. Q. Estrutura e ação: aproximações entre Giddens e Bourdieu. **Tempo da Ciência**, 2006, p. 39-47.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A institucionalização da feira *hippie* de Belo Horizonte. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 44, 2008, p. 63-79.

CASTRO, R. R. de; NUNES, A. C. do N.; TEODÓSIO, A. dos S. de S. Práticas Organizativas de Mobilidade e Políticas Urbanas: um olhar sobre Belo Horizonte disposta na prateleira de bicicletas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Nov., 2020.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. O pensar e o repensar o direito à cidade em tempos de (e pós) pandemia. In: **Nuevo Blog**, 08 jul. 2020. Disponível em: <<https://nuevoblog.com/2020/07/08/o-pensar-e-o-repensar-o-direito-a-cidade-em-tempos-de-e-pos-pandemia/>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO, K. da Silva. **A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar**. 358f. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, 2013, p. 34-46.

CONEGERO, L. **Covid-19: Em 3 meses, Prefeitura de Maringá publicou 19 decretos**. GMCONLINE. Maringá: 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://gmconline.com.br/noticias/Covid-19-em-3-meses-prefeitura-de-maringa-publicou-19-decretos/>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CONEGERO, L. **Confirma o calendário escolar de instituições públicas e privadas**. CBN Maringá. Disponível em: <<https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/confirma-o-calendario-escolar-de-instituicoes-publicas-e-privadas>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CONEGERO, L. **Maringá: Liminar autoriza volta às aulas presenciais em escolas filiadas ao Sinepe**. CBN Maringá. Disponível em: <<https://cbnmaringa.com.br/noticia/maringa-liminar-autoriza-volta-as-aulas-presenciais-em-escolas-filiadas-ao-sinepe>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CORDOVIL, Fabiola. Castelo de Souza. **A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR, 1947 a 1982**. Escola de engenharia de São Carlos. São Carlos, set. 2010.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Espaço, um conceito chave da geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 41-51.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

CORREIA, G. F. A.; SANTOS, J. V. P. dos.; CARRIERI, A. de Pádua. Futebol como tradição ou invenção? A prática de representar a cidade no Museu Brasileiro de Futebol de Belo Horizonte. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). **Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

COSTA JUNIOR, V.; OLIVEIRA, J. S. As emoções nas práticas de organização das cidades: etnografia com a população em situação de rua na cidade de Maringá, Paraná Autores. In: **XLIII Encontro da ANPAD, 2019**, São Paulo. En ANPAD 2019. Maringá: ANPAD, 2019, p. 1-15.

DAMASIO FILHO, M.A.; et al. Avanços dos estudos de espaço e território nos Estudos organizacionais: uma análise no Congresso brasileiro de estudos Organizacionais (CBEO). **Caderno de Administração**, Universidade Estadual de Maringá, v. 25, n. 1 (2017).

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOMINGUES, F. F.; FANTINEL, L. D.; FIGUEIREDO, M. D. A feira como entrecruzamento de espaços: entre o concebido e o vivido, o praticado. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, 2016.

DOMINGUES, F. F.; FANTINEL, L. D.; FIGUEIREDO, M. D. Entre os concebidos e os vivos, os praticados: a passagem de espaços na feira de artes e ofícios da praça namorados em vitória / es, brasil In: **Revista Organizações & Sociedade** - v. 26, n. 88, jan./mar. 2019, p. 28-49.

DOMINGUES, F. F. Meu nome é Pedro, mais conhecido como Pedro Louco. Saraiva, L.A.S. (Orgs). **Diferenças e territorialidades na cidade**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

FANTINEL, L.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante Chale da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **RAM**. Revista de Administração Mackenzie (Online), v. 11, 2010, p. 6-37.

FANTINEL, L. D. O organizar multiespécie da cidade. In: Saraiva, L.A.S. Ipiranga, A.S.R. (Orgs). **Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.
 FERNANDES, P. H. C. Ações de estado, serviços públicos de saúde e o avanço da Covid-19 no norte do estado do paraná. TÔWS, R. L. et al. (Org.). **Pandemia, espaço e tempos: reflexões geográficas**. Maringá, PR: PGE - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020, p. 103-126.

FERREIRA, D. da S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista campo-território**, v. 9, n. 17, maio, 2014.

FELDMAN, S.; ORLIKOWSKI, J. Theorizing Practice and Practicing Theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, 2011, p. 1240-1253.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: Fischer, T. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FISCHER, T. et al. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: Prestes Motta, F.C.; Caldas, M.P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

Foucault, M. **Microfísica do Poder**. RJ. Graal, 1979.

FRANCO, B. L.; OLIVEIRA, J. S. Práticas organizativas e antropologia do direito no campo da cultura: Compreendendo a organização do forró pé de serra na luta pelos direitos à cidade em Brasília, Distrito Federal. In **XLI Encontro da ANPAD – EnANPAD 2017**, São Paulo, SP.

GHERARDI, S. Introduction: The critical power of the ‘practice lens’. **Management Learning**, v. 40, n. 2, 2009.

GOMES, P. C. C. Introdução. In: _____. **A condição Urbana: ensaios de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 11-20.

GOMES, R.; CARDOSO, S. P.; DOMINGUES, F.F. A (re)produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa? **Gestão & Regionalidade**. São Caetano do Sul, SP, v.37, n. 110, maio/ago. 2021, p. 43-63.

GUARNIERI, F.; CHAGAS, P. B. VIEIRA, F. G. D. A territorialização do cotidiano a partir de intervenções governamentais: o caso das academias da terceira idade (ATIS). **Alcance**. Jan./abr. 2018, p. 61-78.

GULLA, A. S. **História e memória da fundação do colégio santa cruz de maringá (1952)**. 2009. 147 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Universidade de Nova York, 2012.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades. In: HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F.G. de. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v. 14, n. 36, out./dez. 2016, p. 158-186.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: <[file:///C:/Users/ACER/Desktop/Projeto%20da%20disserta%C3%A7%C3%A3o/resumo_tecnico_do_estado_do_parana_censo_da_educacao_basica_2020%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ACER/Desktop/Projeto%20da%20disserta%C3%A7%C3%A3o/resumo_tecnico_do_estado_do_parana_censo_da_educacao_basica_2020%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura das cidades e seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1. São Paulo, jan./fev. 2010, p. 65- 91.

ITO, N. C.; PONGELUPPE, L. S. O surto da Covid-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. **RAP-Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, jul. - ago. 2020.

KVALE, Steinar. The Social Construction of Validity. **Qualitative Inquiry**. 1995.

KNOX, H. Cities and organisation: The information city and urban form. **Culture and Organization**, 16:3, 185-195, 2010. DOI: 10.1080/14759551.2010.503496.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: prefeitura municipal de Maringá, 1997.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. (Tese de doutorado). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 2001.

_____. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**. Salvador, 2004, p. 171-181.

_____. Para além de organização-cidade: OrganiCidade. In: Saraiva, L. A. S.; Enoque, A. G. (Orgs). **Cidades e estudos organizacionais**: um debate necessário. Ituiutaba: Barlavento, 2019, p. 75-104.

MANGANARO, M. **Escolas particulares de Maringá retomam aulas presenciais a partir de segunda-feira**. GMC ONLINE. Disponível: <<https://gmconline.com.br/noticias/cidade/rede-privada-de-ensino-de-maringa-retoma-aulas-presenciais-a-partir-de-segunda-feira/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MANGANARO, M. **Escolas particulares de Maringá retomam aulas presenciais a partir de segunda-feira**. CBN Maringá. Disponível: <<https://cbnmaringa.com.br/noticia/o-que-muda-em-maringa-com-o-novo-decreto-publicado-pelo-estado>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SALDANHA, M. **Sindicato de escolas particulares entra na Justiça contra suspensão das aulas presenciais**. Maringá Post, 2021. Disponível em: <<https://maringapost.com.br/cidade/2021/02/25/sindicato-de-escolas-particulares-entra-na-justica-contrasuspensao-das-aulas-presenciais/#.Yt60YXbMLIU>>. Acesso em 15 nov. 2021.

SALDANHA, M. **Sindicatos realizam carreata em Maringá na sexta-feira (7/8) contra volta às aulas presenciais**. Maringá Post, 2020. Disponível em: <<https://maringapost.com.br/cidade/2020/08/06/sindicatos-realizam-carreata-em-maringa-na-sexta-feira-6-8-contraa-volta-as-aulas-presenciais/#.Yt6zhHbMLIU>>. Acesso em 15 nov. 2021.

MARQUES, D. D. A. **Informativo nosso rumo: educação e memória em maringá (1984 a 1987)**. 2020. 143 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

MARTINS, M. P. **Análise dos processos de territorialização dos atores sociais na travessa Jorge amado, Maringá/Pr**. 2021. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2021.

MARTINS, M. P.; CHAGAS, P. B. O espaço público é de quem? Conflitos e contradições na apropriação da travessa Jorge Amado pelo mercadão de Maringá. In: Saraiva, L.A.S.; Ipiranga, A.S.R. (Orgs). **Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 4, n. 1, 2012, p. 123-140.

MERRIAM, S.B. **Case study research in education: A qualitative approach**. Jossey-Bass, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Principais decretos estaduais sobre o enfrentamento ao Coronavírus**. Disponível em: <<https://saude.mppr.mp.br/pagina-1238.html>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Ofício circular - Retomada das atividades educacionais**. <<https://educacao.mppr.mp.br/2021/02/38/OFICIO-CIRCULAR-Retomada-das-atividades-educacionais.html>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. E.; MARQUESAN, F. F. S. Práticas organizativas de uma organização - cidade deslocada compulsoriamente: o caso de Jaguaribara/ce. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**. V. 6, out. 2019.

MONGANARO, Monique. Escolas particulares de Maringá retomam aulas presenciais a partir de segunda-feira (1º). **CBN Maringá**. Disponível em: <<https://cbnmaringa.com.br/noticia/escolas-particulares-de-maringa-retomam-aulas-presenciais-a-partir-de-segunda-feira>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

NASH, L. Performing Place: A Rhythmanalysis of the City of London. *Organization Studies*, 2018.

NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 69-86, Jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4728>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

O FATO MARINGÁ, 2021. **Servidores municipais protestam em frente à Câmara contra projeto que faz da educação atividade essencial**. Disponível em: <<https://www.ofatomaringa.com.br/blog/ler?link=servidores-municipais-protestam-em-frente-a-camara-ontra-projeto-que-faz-da-educacao-atividade-essencial->>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

OLIVEIRA, M. M. Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético. **Interfaces Brasil/Canadá**, Porto Alegre, v1, n. 1, 2001.

OLIVEIRA, A. A.; CHAGAS, P. B. Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de aceleração do crescimento (PAC): a reterritorialização, pelos moradores, do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR. Anais do IV **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, RS, 2016.

OLIVEIRA, J. S. Práticas organizativas e emoções: contribuições para as pesquisas sobre organizações culturais. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 51-68, 2016.

OLIVEIRA, L. R. de; SANTOS, A. de O. Educação em tempos de pandemia - o que dizer àqueles que sempre estiveram à margem do ensino público no país? In: GUIMARÃES, L. de. V. M; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. (Orgs). **Janelas da pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.

OLIVEIRA, V. M. **A moda no centro das práticas organizacionais**: uma etnografia na Rua José Avelino, Fortaleza-CE. 160 f. Dissertação (mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, mar. 2009, p. 88-98.

PAULO, Carla F. de O. **(Des)(Re)Territorialização e produção do espaço urbano**: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

PAULO, C. F. O.; CHAGAS, P. B. O processo de des(re)territorialização das famílias da Escola Delfim Moreira: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR. Anais do **V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (V CBEO)**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, 2018.

PAULO, C. F. O.; CHAGAS, P. B. ANDRIAN, N. H. Práticas organizativas de resistência em uma ocupação e remoção. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, V.14 jul./set. 2020.

PEÑA, L. **Donos de escolas particulares de Maringá farão protesto neste domingo**. GMCONLINE. Maringá: 19 set. 2020. Disponível em: <<https://gmconline.com.br/noticias/cidade/donos-de-escolas-de-maringa-farao-protesto-neste-domingo/>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

_____. **Escolas particulares de Maringá iniciam ano letivo com aulas presenciais**. GMCONLINE. Disponível em: <<https://gmconline.com.br/noticias/cidade/escolas-particulares-de-maringa-iniciam-ano-letivo-com-aulas-presenciais/>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

_____. **Resolução da Sesa prevê retomada de aulas presenciais de forma escalonada**. CBN Maringá. Disponível em: <<https://cbnmaringa.com.br/noticia/resolucao-da-sesa-preve-retomada-de-aulas-presenciais-de-forma-escalonada>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

_____. **Secretário de Saúde fala sobre o que está autorizado ou não a funcionar em Maringá.** CBN MARINGÁ. Disponível em:

<<https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/secretario-de-saude-fala-sobre-o-que-esta-autorizado-ou-nao-a-funcionar-em-maringa>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. **Pais e professores contra e a favor de aulas presenciais se manifestam em frente à Câmara de Maringá.** CBN MARINGÁ. Disponível em:

<<https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/pais-e-professores-contr-a-e-a-favor-de-aulas-presenciais-se-manifestam-em-frente-a-camara-de-maringa>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PENSO, M. A.; SENA, D. P. A. de. Relações amorosas em tempos de isolamento social. In: GUIMARÃES, L. de. V. M; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. (Orgs). **Janelas da pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jul. 2007, p. 11-23.

PEERI, C. N. et al. The SARS, MERS and novel coronavirus (Covid-19) epidemics, the newest and biggest global health threats: what lessons have we learned? **Journal of Epidemiology**, 717-726. February, 2020.

PICHETH, S. F.; CHAGAS, P. B. Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. **Caderno EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, 2018, p. 788-801.

PINTO, B. de O. S.; OBERG, L. P. Educação a distância e pandemia: momento remoto de ensino ou educação colonizada? In: GUIMARÃES, L. de. V. M; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. (Orgs). **Janelas da pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.

PIVETA, A. M. **O processo de (des)(re)territorialização dos moradores de Presidente Castelo Branco-PR com a duplicação da BR 376**. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil, 2020.

POHLMANN, P. et al. Ensaio sobre território: integração de territorialidades para a construção do lugar. **1º Congresso Internacional Espaços Públicos**. Porto Alegre/RS, out. 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Reunião define 'pacto pela vida' no enfrentamento da pandemia**. Disponível em:

<<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=70e8ab92c65570&id=36855>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. JORGETO, Natalia. **Maringá libera uso de máscara em locais fechados**. Disponível em:

<<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2022/03/29/maringa-libera-uso-de-mascara-em-locais-fechados/39556>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Boletim Epidemiológico**. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/saude/?cod=boletimcorona>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Notícias**. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/vacinamaringa/home/noticias/5>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Plano de contingência da Covid-19. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/cdn-imprensa/planodecontingencia2021.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2021.

RABELLO, A. M. V. et al. Educação remota em tempos de Covid-19. In: GUIMARÃES, L. de. V. M.; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. (Orgs). **Janelas da pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RATZEL, F. **RATZEL**. Tradução de Antonio Carlos Robert de Moraes (1ª ed). São Paulo: Ática, 1990.

REIS, Osvaldo. **Maringá: a História em conta-gotas**. 2.ed. Maringá: Gráfica Primavera, 2004.

RITZ, J. (2020, 16 de setembro). Transferências de alunos de escolas particulares para rede pública sobem 88,2% no Paraná. **Bem Paraná**. Disponível em: <<https://www.bemparana.com.br/noticia/transferencias-de-alunos-de-escolas-particulares-para-rede-publica-sobem-882-no-parana#.X-pYc9hKjIU>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ROCHA, R.A., CERETTA, P.S. Pesquisa qualitativa: um desafio a ciência social. In: **XXII EnANPAD**. Anais...Foz do Iguaçu, 1998.

RODRIGUES, A. L. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá** (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil, 2004.

RODRIGUES, A. S. **Educação de jovens e adultos: memórias do grupo escolar noturno visconde de nácar em maringá (1947-1958)**. 2009. 108 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Editora Brasiliense, 1995.

RONDINI, C. A.; et al. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas**. V.10, n.1, Aracaju, 2020. p. 41 – 57.

RPC MARINGÁ. LINJARDI, F. **Justiça autoriza volta de aulas presenciais em escolas e faculdades particulares, em Maringá**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/11/05/justica-autoriza-volta-das-aulas-presenciais-em-escolas-e-faculdades-particulares-em-maringa.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RPC MARINGÁ. **Coronavírus: Comerciantes e empresários fazem 'buzinação' em protesto contra fechamento do comércio, em Maringá**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2020/11/05/comerciantes-e-empresarios-fazem-buzinacao-em-protesto-contra-fechamento-do-comercio-em-maringa.ghtml>>.

noroeste/noticia/2020/03/26/coronavirus-comerciantes-e-empresarios-fazem-buzinaco-em-protesto-contrafechamento-do-comercio-em-maringa.shtml>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RUFINO, et al. Práticas Organizativas de uma Quadrilha Junina Competitiva. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. V. 6 n. 1, jan./abr. 2017.

SANTOS, L. L. da S.; SILVEIRA, R. A. Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. **Revista Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 22, n. 72, jan./mar. 2015, p. 79-98.

SANTOS, E. C. dos; ALMEIDA, M. F. de; HELAL, S. H. Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE. **FAROL – Revista de estudos organizacionais e sociedade**. Belo Horizonte, V. 3, n. 8, Dezembro, 2016.

SANTOS, L.; CHAGAS, P. B.; OLIVEIRA, J. S. Organizar cidades, territorializar espaços: notas etnográficas sobre cooperativas de materiais recicláveis na cidade de Maringá-PR. V **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais** (V CBEO), 2018.

SANTOS, L. S. Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **RAP-Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, ago. 2020.

SANTOS, M. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SANTOS, C. H. F.; MAC-ALLISTER, M. A. Prática de ciclismo utilitário em Fortaleza. In: Saraiva, L.A.S.; Ipiranga, A.S.R. (Orgs). **Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, 2007, p. 55-76.

_____. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; 2009. p. 73-94.

_____. **Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão**. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008, p. 24-42.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, mar./abr. 2012.

SARAIVA, L. A. S. Os estudos organizacionais e a cidade. SARAIVA, L. A. S.; ENOQUE, A.G. (Org.). **Cidade e estudos organizacionais: um debate necessário**. Ituiutaba: Barlavento, p. 433, 2019.

SARAIVA, L. A. S. Diferenças e territorialidades na cidade como ponto de partida. In: SARAIVA, L. A. S. (Org.). **Diferenças e territorialidades na cidade**. Ituiutaba: Barlavento, 2020, p.158.

SARAIVA, L. A. S. Isolamento social e solidões na cidade. GUIMARÃES, L. V. M.; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. (Org.). **Janelas da Pandemia**. Belo Horizonte: Instituto DH, 2020.

SARAIVA, L. A. S.; IPIRANGA, A. S. R. (Org.). **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020, p. 379.

SCHATZKI, T. R. Introduction. Practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001, p. 10-23.

SCHATZKI, T. Practices and People . **Teoria e Prática em Administração**, v. 7, n. 1, 2017, p. 26-53.

SCORTECCI, C. (2020, 06 de novembro). No Paraná, ao menos 16 mil estudantes migraram para o ensino público em 2020. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/estudantes-migraram-ensino-publico-parana-2020/>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SCHUHARDT; O. L. CHAGAS, P. B. O direito à cidade em discussão: a luta pelo direito de ter direito. **Revista de Administração da UEG**. Jan./abr. 2020.

SILVA, M. F. P.; GOMES, D. H. **ACIM: A solidez de um legado**. Maringá: Ed. Carlos Alexandre Venancio, 2016. 448p. Disponível em: <https://issuu.com/maringahistorica/docs/acim_livro_2016_web>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, N. B. P. da. **“Quem vai organizar? Ainda não entrou na minha cabeça!”**: Etnografando o carnaval de congo de máscaras de roda D’água/cariacica (ES). Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2018.

SILVA; C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Cidades criativas e a (re)invenção do discurso sobre o espaço urbano. **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (IV CBEO)**. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais, 2016.

SILVA, D. A. de S.; ICHIKAWA, E. Y. Práticas Cotidianas e Processos de Territorialização: Enxergando o Invisível Trabalhador Informal nos Semáforos da Cidade de Maringá. **XLIII EnANPAD**. São Paulo/SP, out. 2019.

SINEPE/NORPR. Disponível em: <<http://www.sinepenopr.com.br/>>. Acesso em: Mar. 2021.

SILVA, R. C. de M.; ALMEIDA, L. A. de ; DANTAS, H. L. de L.; LIMA, V. V. R. da S. S. .; OLIVEIRA , K. C. P. do N. Impact of Covid-19 on children. **Research, Society and Development**. v. 10, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18506>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18506>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SCHMIDT, L. P.; COSTA, L. F. da S.; MENDES, C. M. A verticalização periférica de Maringá - Paraná - Brasil: o caso das zonas 17 e 27. In: **8º Encontro de Geógrafos de América Latina**, 2001, Santiago. CD ROM do Encontro de Geógrafos de América Latina, 2001.

SINEPE. **Histórico do SINEPE/NOPR**. Disponível em: <<http://www.sinepenopr.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SISMMAR. **Servidores conseguem vitória após embate na Câmara**. Disponível em: <<https://www.sismmarmaringa.com.br/arquivos/24999>>. Acesso em 24 de fev. 2021.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, M. L. **Abc do desenvolvimento urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, v. 1, p. 147-166.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, Presidente Prudente-SP, v. 7, n. 11, 2010, p. 13-47.

_____. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SOUZA, V. M. de. Sobre espaços e tempos da infância: a urgência dos direitos das crianças no mundo em tempos de Covid-19. TÔWS, R. L. et al. (Org.). **Pandemia, espaço e tempos**: reflexões geográficas. Maringá, PR: PGE - Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020, p. 161-184.

STAHLHOEFER, J. M. C.; RODRIGUES, A. L. (Des)articulações territoriais urbanas: a privatização de áreas públicas. In: Simpósio Paranaense de Estudos climáticos, 2, 2010, Maringá. **Anais...** Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2010.

TÖWS, R. L. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

TÖWS, R. L.; MALYSZ, S. T.; ENDLICH, A. M. **Pandemia, espaço e tempo: reflexões geográficas**. Maringá, PR: PGE - Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DIJK, T.A.V.; KOCH, I G.V. **Cognição, discurso e interação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

VALADARES, M. Coronavírus faz educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperiência dos alunos. **G1 (Educação)**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/03/23/coronavirus-faz-educacao-a-distancia-esbarrar-no-desafio-do-acesso-a-internet-e-da-inexperiencia-dos-alunos. ghtml>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

VALE, A.L.F.; SAQUET, M.A.; SANTOS, R.A. dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, 2005, p. 11.

VERCEZI, J. T.; LIZ, T. M. A disseminação da Covid-19, rede urbana e metropolização. TÖWS, R. L. et al. (Org.). **Pandemia, espaço e tempos: reflexões geográficas**. Maringá, PR : PGE - Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020, p. 63-86.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião pública**, 2001.

VIEGAS, G. C. F. S. **Dinâmica urbana e pichação: entre preto fosco e tons de concreto, há quem prefira outras cores**. 2014. 286 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa e PósGraduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, out. 2015, p. 68-94.

VIEIRA, R. de A.; MARTINIAK, V. L. Notas sobre a origem do curso de formação de docentes em maringá: da escola normal à modalidade normal. **X Congresso Nacional de educação – EDUCERE**. Curitiba, nov. 2011.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS DONOS/RESPONSÁVEIS PELOS COLÉGIOS

- 1) Quais ações (protocolo sanitário, mobilização, disponibilização álcool em gel, aferição de temperatura) foram expressas pela escola desde março de 2020 mediante decretos da prefeitura de Maringá referente ao combate à Covid-19?
- 2) Como aconteceu a comunicação entre os colégios e entre o colégio e o sindicato?
- 3) Houve cooperação entre os colégios em busca de soluções para o retorno às aulas presenciais?
- 4) O colégio participou de alguma mobilização/protesto frente aos decretos da prefeitura para o retorno às aulas presenciais? Em caso positivo, quem tomou a liderança, o sindicato ou o(os) colégio(os) e como foi a organização/planejamento de tais protestos? (Utilizaram redes sociais).
- 5) Houve alguma fiscalização/controle ou diálogo com a Prefeitura Municipal de Maringá nesse momento de pandemia?
- 6) Houve alguma ação judicial contra medidas decretadas pela prefeitura de suspensão das aulas presenciais?
- 7) Quais foram as posições dos pais e responsáveis dos alunos sobre as aulas durante a pandemia?
- 8) Depois do retorno às aulas presenciais em março de 2021, alguns pais ainda continuaram preferindo a modalidade remota?
- 9) Em quais modalidades os estudantes estão tendo aulas nesse momento (remoto/híbrido/presencial)? Como está a demanda por essas modalidades?
- 10) Como se deu a representação do colégio (manifestações dos pais, curtidas) nas mídias digitais (site institucional e mídias sociais)?
- 11) Quais canais de comunicação eram utilizados pelo colégio para o contato com os pais/responsáveis durante o período em que as aulas foram suspensas?
- 12) Em sua opinião, o que significa para os estudantes frequentar o colégio presencialmente?
- 13) Gostaria de falar algo mais sobre o retorno às aulas presenciais na cidade?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS PAIS DE ALUNOS QUE ESTUDAM NOS COLÉGIOS PARTICULARES

- 1) Qual colégio seu filho (a) está matriculado (a) e quais ações foram expressas pela escola mediante decretos da prefeitura de Maringá referente ao combate à Covid-19?
- 2) Você participou de algum protesto contra/a favor ao retorno às aulas presenciais? Como eram divulgados os protestos? Em caso afirmativo, como soube da mobilização?
- 4) Quanto às mobilizações, como se organizaram frente aos decretos da prefeitura? Quem tomou a liderança, os pais, o sindicato ou o(os) colégio(os)?
- 5) Houve um planejamento para as mobilizações solicitando o retorno às aulas presenciais?
- 6) Como foi a organização desse movimento? Utilizaram redes sociais?
- 7) Quais canais de comunicação eram utilizados pelo colégio para o contato com os pais/responsáveis durante o período em que as aulas presenciais foram suspensas?
- 8) Como foi o seu posicionamento sobre as aulas presenciais em momentos mais graves da pandemia?
- 9) Depois do retorno às aulas presenciais em março de 2021, qual foi o seu posicionamento?
- 10) Como se deu a representação do colégio nas mídias digitais (site institucional e mídias sociais)?
- 11) Houve cooperação entre o colégio e os pais na busca de soluções para o retorno às aulas presenciais?
- 12) Como se organizaram para acompanhar o estudante no momento em que as aulas estavam na modalidade remota. (Quem acompanhava a criança com os estudos).
- 13) Em sua opinião, o que significa para as crianças frequentar o colégio presencialmente?
- 14) Como você avalia o aprendizado/desempenho do/a seu/sua filho/a durante a pandemia?
- 15) Gostaria de falar algo mais sobre o retorno às aulas presenciais na cidade?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DOS COLÉGIOS – SINEPE/NOPR.

- 1) Quais ações foram realizadas, mediante decretos da prefeitura ao combate do Covid-19, em prol aos Colégios filiados ao sindicato?
- 2) Como se deu a comunicação entre o colégio e o sindicato?
- 3) Como foi a comunicação entre a prefeitura e o sindicato? Houve contatos com a prefeitura para manifestações contra as medidas decretadas no combate à Covid-19?
- 4) Houve protestos para o retorno às aulas presenciais? Como eram tomadas as decisões?
- 5) Quanto às mobilizações, como se organizaram frente aos decretos da prefeitura? Quem tomou a liderança, o sindicato ou o(os) colégio(os)?
- 6) Quais Colégios manifestam maiores pressões frente às medidas decretadas pela prefeitura do município?
- 7) Houve um planejamento para as mobilizações solicitando o retorno às aulas presenciais?
- 8) Como foi a organização desse movimento? Utilizaram redes sociais?
- 9) Como está sendo a fiscalização e o diálogo com a Prefeitura Municipal de Maringá nesse momento?
- 10) Houve alguma conquista favorável aos Colégios neste contexto de pandemia, por meio de mobilizações realizadas na cidade?
- 11) Quais os maiores desafios enfrentados pelo Sindicato, neste momento de pandemia?
- 12) Houve alguma ação judicial contra medidas decretadas pela prefeitura de suspensão das aulas presenciais?
- 13) Como se deu a representação do sindicato nas mídias sociais?
- 14) Houve cooperação entre os colégios e o sindicato em busca de soluções para o retorno às aulas presenciais?
- 15) O Sindicato representou os Colégios em alguma manifestação na cidade? Se afirmativo, estava presente nas mobilizações?
- 16) Em sua opinião, o que significa para os estudantes frequentar o colégio presencialmente?
- 17) Gostaria de falar algo mais sobre o retorno às aulas presenciais na cidade?